JUVENTUDE DESIGUAL

Um desafio para o desenvolvimento do Cone Sul

Virginia Queijo
Marisol Rodríguez Chatruc
Belén Sotto

BID

JUVENTUDE DESIGUAL

Um desafio para o desenvolvimento do Cone Sul

Virginia Queijo, Marisol Rodríguez Chatruc
e Belén Sotto

BID

Catalogação na fonte fornecida pela
Biblioteca Felipe Herrera do
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Queijo von Heideken, Virginia.

Juventude desigual: um desafio para o desenvolvimento do Cone Sul / Virginia Queijo, Marisol Rodríguez Chatruc, Belén Sotto.

p. cm. — (Monografía do BID ; 1253)

Inclui referências bibliográficas.

1. Youth-Education-Southern Cone of South America. 2. Youth-Employment-Southern Cone of South America. 3. Youth-Economic conditions-Southern Cone of South America. 4. Youth-Social conditions-Southern Cone of South America. I. Rodríguez Chatruc, Marisol. II. Sotto, Belén. III. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Departamento de Países do Cone Sul. IV. Título. V. Série.

IDB-MG-1253

Palavras-chave: Juventude; educação; emprego jovem; pobreza juvenil; saúde mental; violência juvenil.

JEL códigos: H52, I14, I15, I23, I24, I25, I26, I28, I32, I38, J08, J15, J16, J24.

Copyright © 2024 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons CC BY 3.0 IGO (https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo/legalcode). Os termos e condições indicados no link URL devem ser atendidos e o respectivo reconhecimento deve ser concedido ao BID.

Além da seção 8 da licença acima, qualquer mediação relacionada a disputas decorrentes de tal licença deve ser conduzida de acordo com as Regras de Mediação da OMPI. Qualquer controvérsia relacionada ao uso das obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente deverá ser submetida à arbitragem de acordo com as regras da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). O uso do nome do BID para qualquer finalidade que não seja atribuição e o uso do logotipo do BID estarão sujeitos a um contrato de licença por escrito separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença.

Observe que o link da URL inclui termos e condições que são parte integrante desta licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.

http://www.iadb.org

Agradecimentos

Este trabalho faz parte da agenda de conhecimento do Departamento dos Países do Cone Sul do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As autoras agradecem à Arturo Galindo, Morgan Doyle e Florencia Attademo-Hirt o inestimável apoio na realização deste estudo. Agradecem igualmente, as contribuições de especialistas da equipe de Segurança Cidadã e Justiça do BID, compiladas por Heather Sutton, para a elaboração do capítulo 5; à Suzanne Duryea, por sua colaboração na seleção e no monitoramento dos estudos incluídos neste documento, no âmbito da chamada de propostas para estudos do BID sobre a juventude no Cone Sul; à Verónica Amarante, pela revisão bibliográfica; e à David Evans, Gregory Elacqua, María Fernanda Prada, João Cossi Fernandes, Tamara Vinacur, Analía Jaimovich, Verónica Alaimo, Graciana Rucci, Julieth Santamaria, Soledad Feal, Gisele Teixeira Braun, Carolina Rivas, Leopoldo Tornarolli e especialistas da Divisão de Gênero e Diversidade do BID, por suas valiosas contribuições ao documento. Quaisquer erros são de nossa total responsabilidade.

Conteúdo

Agradecimentos 3

Sumário Executivo 7

Impacto das intervenções: o que dizem as evidências? 11

Abreviaturas 13

Capítulo 1
Desafios e desigualdades em uma etapa-chave 15

Este estudo 20

Capítulo 2
Trajetórias educacionais: avanços no acesso, mas defasagens nos resultados 23

O desafio de concluir o ensino médio 26
Aprendizagem defasada e desigual 33
Educação profissional técnica 35
Foco na educação superior 38
Impacto das intervenções: o que dizem as evidências? 42
Em resumo 45

Capítulo 3.
Navegando no mercado de trabalho: desafios e oportunidades para a juventude 47

Trabalhar ou estudar? 49
O desafio do desemprego juvenil 52
Condições de trabalho precárias: um problema generalizado 55
O papel das habilidades socioemocionais e as aspirações dos jovens 60
O desafio dos nem-nem e dos nem-nem-nem 64
Impacto das intervenções: o que dizem as evidências? 69
Em resumo 73

Capítulo 4
Além da educação e do emprego: as condições de vida e a saúde dos jovens 75

A face mais extrema da desigualdade juvenil: pobreza e vulnerabilidade 76
O papel da saúde física e mental 83
Impacto das intervenções: o que dizem as evidências? 89
Em resumo 91

Capítulo 5
A exposição dos jovens à violência e à criminalidade 93

Impacto das intervenções: o que dizem as evidências? 102
Em resumo 106

Capítulo 6
Considerações Finais 107

Referências 112

Anexos 126

Lista de quadros

Quadro 1.1.
Nota metodológica 21

Quadro 2.1.
A segregação educacional e sua ligação com o território 31

Quadro 3.1.
O caminho do empreendedorismo 58

Quadro 3.2.
Aspirações versus realidade no Uruguai 63

Quadro 4.1.
Vulnerabilidade em jovens indígenas e afrodescendentes 81

Quadro 4.2.
Como o uso da internet impacta o bem-estar socioemocional dos jovens? 87

Quadro 5.1.
Experiências adversas na infância (EAI) 95

Sumário Executivo

Os jovens são um ativo fundamental para o crescimento econômico do Cone Sul. Em um contexto de acumulação insuficiente de capital humano e rápido envelhecimento populacional – situação pela qual passam vários países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) – a contribuição de cada jovem para o crescimento futuro torna-se cada vez mais relevante. Embora muitos estudos destaquem a importância de intervir na primeira infância, a adolescência e a juventude também são etapas cruciais, nas quais decisões determinantes para trajetórias futuras são tomadas e a identidade das pessoas é formada. Portanto, as intervenções nessa etapa são fundamentais, uma vez que a falta de oportunidades educacionais e de trabalho nesse período crítico pode ter repercussões significativas e permanentes, tanto individualmente quanto para a acumulação de capital humano dos países.

Mais da metade dos 44 milhões de jovens de 15 a 24 anos que vivem no Cone Sul enfrentam desafios como desemprego, informalidade e pobreza, ou não estão envolvidos em atividades de estudo nem de trabalho (são nem-nem, não estudam nem trabalham). Dos 44 milhões de jovens que vivem no Cone Sul, 18 milhões estão empregados no mercado de trabalho (12 milhões apenas trabalham e 6 milhões trabalham e estudam), 17 milhões se dedicam exclusivamente ao estudo e 9 milhões não estudam nem trabalham (quase 21 milhões não frequentam o sistema educacional). O desemprego afeta 5 milhões de jovens, a informalidade, 9 milhões e o subemprego, 2 milhões. Além disso, mais de 8,5 milhões de jovens vivem em famílias pobres com renda inferior a USD 5 per capita por dia (PPC 2011).

Os jovens do Cone Sul enfrentam lacunas socioeconômicas maiores do que os jovens de outras regiões, o que destaca a necessidade de políticas pró-equidade. A desigualdade entre os jovens se manifesta em várias dimensões, que vão do acesso desigual a recursos educacionais e oportunidades de trabalho a diferenças marcantes nas condições de vida e na exposição a riscos sociais. Os jovens de contextos desfavorecidos enfrentam barreiras sistemáticas que restringem seu acesso a uma educação de qualidade, ampliando, assim, uma lacuna que aumenta cada vez mais em comparação com seus pares de estratos de renda mais alta. Essa disparidade não apenas perpetua a desigualdade de oportunidades, mas também reforça os ciclos de pobreza e exclusão. No Cone Sul, a segregação socioeconômica se traduz em desigualdades educacionais e de trabalho significativas, que afetam a capacidade dos jovens de atingir seu potencial e melhorar suas condições de vida. Essa realidade ressalta a necessidade urgente de políticas que abordem integralmente as disparidades e promovam um ambiente mais equitativo para todos os jovens da região.

Apesar dos grandes avanços obtidos no acesso à educação, o Cone Sul está defasado em qualidade e equidade, com altas taxas de evasão e repetência e baixos resultados em competências básicas. Atualmente, há mais estudantes com acesso à educação do que no passado e do que no restante da região, embora a cobertura continue sendo inferior à média da OCDE. A taxa líquida de cobertura do ensino médio no Cone Sul aumentou, atingindo em média 89 por cento em 2021-22. Apesar disso, a taxa de conclusão do ensino médio entre jovens de 21 a 23 anos é, em média, de apenas 71 por cento. As taxas de evasão antes da conclusão do ensino médio e a repetência são altas, especialmente no Uruguai e no Paraguai.

Embora os jovens permaneçam mais tempo no sistema educacional do que no passado, os resultados em competências básicas, como matemática, leitura e ciências, continuam sendo baixos em comparação com a OCDE. Três de cada quatro estudantes do Cone Sul não atingem níveis básicos em matemática. Além disso, há uma lacuna digital significativa, principalmente nas áreas rurais e entre estudantes de renda mais baixa. Muitos jovens carecem de habilidades cognitivas e técnicas adequadas ao mercado de trabalho. Embora a matrícula no ensino superior tenha aumentado na região, a taxa de graduação permanece baixa (perto de 15 por cento na Argentina, Chile e Uruguai, em comparação com 48 por cento na OCDE). Há também diferenças de gênero: a proporção de mulheres jovens que concluem o ensino médio no Cone Sul é, em média, entre 2 e 13 pontos percentuais superior à de homens, o que se traduz em uma taxa maior de matrícula de mulheres no ensino superior. No entanto, as mulheres continuam sendo minoria no acesso à educação na área de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês de *Science, Technology, Engineering and Mathematics*): do total de graduados do ensino superior em STEM, 37 por cento são mulheres no Brasil, 44 por cento no Uruguai e apenas 19 por cento no Chile.

As lacunas educacionais entre os quintis mais pobres e mais ricos são maiores do que no resto da região, afetando a conclusão do ensino médio e o acesso ao ensino superior e perpetuando desigualdades salariais. Em uma série de indicadores educacionais, as lacunas no Cone Sul entre os quintis mais pobres e mais ricos são superiores à média da América Latina e do Caribe. Enquanto os jovens do quintil 5 conseguem concluir o ensino médio a uma taxa semelhante à dos países da OCDE, os jovens de menor renda apresentam taxas baixas de conclusão. Da mesma forma, a probabilidade de acesso dos jovens do quintil mais rico ao ensino superior é três vezes maior do que a dos seus pares do quintil mais pobre. Como a educação é um determinante chave da renda futura, a grande desigualdade na educação provavelmente se traduzirá em grande desigualdade salarial e de renda. A falta de acesso às tecnologias e competências digitais necessárias agrava ainda mais as desigualdades educacionais.

No mercado de trabalho, os jovens do Cone Sul enfrentam altas taxas de desemprego e condições de trabalho precárias; mulheres, jovens indígenas e

afrodescendentes e aqueles de famílias de baixa renda são os mais afetados. Em termos de educação, as vantagens dos jovens do Cone Sul em relação aos do restante da região não são transferidas para o mercado de trabalho. Em comparação com os países da OCDE, os jovens do Cone Sul têm menor probabilidade de estudar e maior probabilidade não apenas de trabalhar, mas também de estarem desempregados ou de serem nem-nem (não estudam nem trabalham). A taxa de desemprego juvenil no Cone Sul (21 por cento) e a diferença entre o desemprego juvenil e adulto é significativamente maior do que na América Latina e Caribe e na OCDE. Mulheres, jovens indígenas e afrodescendentes e de famílias de baixa renda são desproporcionalmente afetados. Embora superem os homens em termos de resultados educacionais, as mulheres jovens normalmente enfrentam taxas mais altas de desemprego e mais baixas de participação no trabalho e no emprego, dedicando aproximadamente o dobro do tempo a tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas. Entre os jovens que conseguem um emprego, em média 60 por cento trabalham em empregos informais ou em condições de subemprego, o que resulta em baixos níveis de produtividade e menores salários, bem como em menor acesso a benefícios trabalhistas e de proteção social. Além disso, torna-os mais vulneráveis a crises econômicas, o que pode afetar de forma duradoura suas trajetórias de trabalho futuras (*scarring effects*; do inglês scar, cicatriz, ou seja, efeitos que deixam cicatrizes). Em termos de habilidades socioemocionais, embora resultados positivos sejam encontrados em algumas habilidades, há carências em competências-chave, como liderança e trabalho em equipe. Em geral, as aspirações dos jovens no Cone Sul são otimistas, o que gera uma lacuna em relação às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho e os expõe ao risco de frustrações.

No Cone Sul há mais de 8,5 milhões de jovens nem-nem, dos quais quase 6 milhões são nem-nem-nem; a maioria deles está nos quintis de renda mais baixos. A proporção de jovens que não estudam nem trabalham (nem-nem) e que tampouco procuram emprego (nem-nem-nem) contribui para a transmissão intergeracional da pobreza e representa um desafio persistente. As taxas variam de acordo com o país: em 2022, a Argentina tinha uma taxa de 15 por cento de nem-nem, o Brasil, 21 por cento, o Chile ,15 por cento, o Paraguai, 17 por cento e o Uruguai, 16 por cento. Na última década, a proporção de nem-nem diminuiu na Argentina, no Chile e no Uruguai e aumentou no Brasil e no Paraguai. Embora a proporção de mulheres nem-nem continue sendo maior do que a de homens nos cinco países, na Argentina, no Chile e no Uruguai, a lacuna de gênero quase fechou (menos de 4 pontos percentuais em todos os casos). Isso pode estar associado à queda da gravidez na adolescência observada nesses países e à redução das tarefas de cuidado que isso implica. No Brasil e no Uruguai, 30 por cento das mulheres jovens afrodescendentes e indígenas não estudam nem trabalham. Na média dos países do Cone Sul, a proporção de nem-nem no quintil de renda mais baixo é quase três vezes maior do que no quintil mais alto, e essa lacuna é maior do que na América Latina e no Caribe. A maioria dos nem-nem se dedica a tarefas domésticas e ao cuidado de familiares, com diferenças marcantes por gênero.

Quase 6 em cada 10 jovens no Cone Sul vivem em famílias pobres ou vulneráveis. No Cone Sul, cerca de 25 milhões de jovens vivem em famílias pobres ou vulneráveis. Destes, mais de 8,5 milhões vivem em famílias em situação de pobreza (com renda inferior a USD 5 per capita por dia em dólares PPC de 2011). E mais de 16 milhões vivem em famílias vulneráveis (com renda entre USD 5 e 12,4 per capita por dia). Embora não estejam em situação de pobreza, esses jovens têm uma alta probabilidade de cair nela. Dos mais de 8,5 milhões dos jovens que são pobres, cerca de 4 milhões vivem em condições de pobreza extrema (com renda inferior a USD 3,1 per capita por dia em dólares PPC de 2011). Isso significa que, em cada 10 jovens no Cone Sul, 1 vive em uma família em situação de pobreza extrema, 1 em uma família em situação de pobreza e 4 em famílias vulneráveis. Considerando a média dos cinco países, 15 por cento e 37 por cento dos jovens do Cone Sul vivem em situação de pobreza e de vulnerabilidade, respectivamente. Brasil e Paraguai têm as maiores taxas de pobreza juvenil, superior a 20 por cento. A pobreza afeta mais os jovens do que os adultos, especialmente na faixa etária de 15 a 19 anos, com taxas de pobreza duas vezes maior do que a de adultos. Mulheres jovens e jovens indígenas e afrodescendentes têm taxas mais altas de pobreza. Os jovens pobres têm duas vezes mais probabilidade de estar desempregados ou de ser nem-nem do que os jovens não pobres, e a maioria trabalha em empregos informais. A pobreza também afeta sua saúde, especialmente a saúde mental, agravada pelo estresse e pelo acesso limitado a cuidados de saúde.

Os jovens no Cone Sul enfrentam riscos maiores à saúde associados a causas evitáveis do que outras faixas etárias, bem como problemas de saúde mental e desigualdades em saúde sexual e reprodutiva. Considerando as mortes de jovens entre 15 e 29 anos em 2019, 80 por cento ocorreram entre homens e mais de 60 por cento por causas evitáveis. Violência interpessoal, acidentes de trânsito e lesões autoprovocadas são as três principais causas de morte entre jovens no Cone Sul. O suicídio é a terceira causa de morte nessa faixa etária no Brasil e no Paraguai, a segunda na Argentina e no Chile e a primeira no Uruguai. A pandemia de Covid-19 agravou a saúde mental dos jovens, aumentando o estresse e a ansiedade. Além disso, há preocupações com o impacto do uso da tecnologia no desempenho escolar e na saúde mental. O acesso equitativo à saúde sexual e reprodutiva é outro desafio; embora a gravidez na adolescência tenha caído acentuadamente desde 2010 na maioria dos países do Cone Sul, ainda é alta e maior do que na OCDE, afetando especialmente os segmentos mais vulneráveis.

Os jovens do Cone Sul enfrentam uma exposição desproporcional ao crime e à violência, como vítimas e como perpetradores. A violência interpessoal é responsável por 4 em cada 10 mortes de jovens de 15 a 29 anos no Cone Sul, em comparação com 1 em cada 10 globalmente, sendo a principal causa de morte entre os jovens. A existência de gangues e do crime organizado e a exclusão socioeconômica agravam a situação; os homens são mais afetados por homicídios, e as mulheres sofrem mais violência sexual e por parceiro íntimo. A violência nas escolas, o impacto

do uso da internet e a divulgação de imagens íntimas sem consentimento também são problemas emergentes.

As grandes diferenças nos resultados dos jovens de acordo com nível socioeconômico, gênero e pertencimento étnico-racial evidenciam a necessidade urgente de implementar políticas destinadas a melhorar as condições dos jovens de grupos mais desfavorecidos. As políticas de educação e emprego devem ser acompanhadas de iniciativas abrangentes, centradas nos jovens em maior defasagem, tendo em conta suas condições de vida, sua saúde física e mental e sua exposição à violência. Os altos retornos da educação, que se traduzem em salários mais altos para aqueles que conseguem concluir os níveis médio e superior, concentram-se em poucos jovens, em geral oriundos de contextos mais favorecidas, perpetuando a transmissão intergeracional da desigualdade. Ao mesmo tempo, esses altos níveis de retorno mostram que a educação é uma das ferramentas mais poderosas para combater a pobreza e a desigualdade na região. Além disso, a educação demonstrou ter impactos positivos nos jovens em outras áreas como saúde e disposição para condutas criminosas.

Em última análise, o desenvolvimento futuro da região depende em grande medida das intervenções que forem feitas hoje para melhorar as perspectivas dos jovens. Avançar nesse caminho é essencial não apenas para cada um dos jovens da região, mas também para as possibilidades de desenvolvimento do Cone Sul em geral. Promover o desenvolvimento da região implica passar da vulnerabilidade atual para a oportunidade de investir nos jovens.

Impacto das intervenções: o que dizem as evidências?

Os dados apresentados neste relatório mostram a importância de desenvolver políticas específicas, que visem melhorar a educação e a formação dos jovens dos grupos mais desfavorecidos e compensar as diferenças no processo educacional. Os esforços deveriam abordar as causas do abandono do ensino médio, que no Cone Sul estão relacionadas com os custos de oportunidade (trabalho principalmente no caso dos homens e tarefas domésticas e de cuidados principalmente entre as mulheres), bem como a falta de interesse. Políticas de apoio financeiro, como bolsas de estudo e transferências, têm mostrado efeitos positivos na matrícula e retenção de alunos. Políticas de acesso mais igualitário na educação superior, como ações afirmativas e cotas, contribuem para uma redistribuição mais equitativa de oportunidades educacionais, melhorando a mobilidade social dos jovens de contextos vulneráveis.

Diante dos desafios de trabalho, programas com abordagens abrangentes que combinam formação, intermediação e mentoria e alinhados às demandas do mercado de trabalho têm sido bem-sucedidos. No âmbito do trabalho, há programas de formação especializados, iniciativas de inserção no mercado de trabalho

e regulamentos específicos para a população jovem. Programas de formação dual – que combinam aulas teóricas e aprendizagem no local de trabalho – e ferramentas como e-learning demonstraram ter efeitos positivos na empregabilidade dos jovens, especialmente quando integram competências técnicas e socioemocionais. Essas políticas deveriam ajustar educação e treinamento às necessidades dos empregadores, incentivando a colaboração público-privada para preparar os trabalhadores com as habilidades exigidas hoje e no futuro. Abordagens abrangentes que combinem educação, emprego e apoio psicológico são fundamentais para abordar a situação dos jovens que não estudam nem trabalham (nem-nem).

Os programas de transferência e aqueles destinados a melhorar a saúde mental e reprodutiva dos jovens complementam as intervenções que buscam fortalecer a educação e a inserção no mercado de trabalho. Os programas de transferência condicionada de renda têm tido um impacto positivo na pobreza e no uso de serviços de saúde e educação, embora os efeitos sobre os jovens sejam menos contundentes do que sobre as crianças. Em termos de saúde mental, as ações preventivas e o uso da tecnologia representam uma oportunidade. Por outro lado, há evidências no Cone Sul dos impactos positivos das políticas públicas de saúde reprodutiva e de acesso a contraceptivos.

A criminalidade e a violência podem ser prevenidas, e as intervenções centradas nos jovens podem ser especialmente eficazes. Além de estarem em transição social e cognitiva para a vida adulta, os jovens também estão em uma etapa de plasticidade, o que apresenta oportunidades de intervenção. Há evidências de que abordagens meramente punitivas sem serviços de tratamento e reabilitação não são eficazes. As evidências mais sólidas mostram que os programas que abordam os fatores de risco e proteção associados ao envolvimento na criminalidade e na violência são os mais eficazes. As intervenções mais promissoras incluem terapia cognitivo-comportamental, programas que fortalecem o ambiente familiar e educação, entre outros.

Abreviaturas

ALC	América Latina e Caribe
AVD	Anos Vividos com Deficiência
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CAF	Corporação Andina de Fomento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIMA	Centro de Informação para a Melhoria da Aprendizagem
EAI	Experiências Adversas na Infância
ERCE	Estudo Regional Comparativo e Explicativo
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
NBI	Necessidades Básicas Insatisfeitas
Nem-nem	Não estuda nem trabalha
Nem-nem-nem	Não estuda, não trabalha nem procura trabalho
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIJ	Organização Internacional da Juventude para a Ibero-América
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAIF	Programa de Atenção Familiar Integral
PAML	Políticas Ativas do Mercado de Trabalho
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa para a Avaliação internacional dos Estudantes
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
TCC	Terapia Cognitivo-Comportamental
TFF	Terapia Familiar Funcional
TMS	Terapia Multissistêmica
SCL	Setor Social do BID
STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
USD	Dólar dos Estados Unidos
WEF	Fórum Econômico Mundial

CAPÍTULO 1
DESAFIOS E DESIGUALDADES EM UMA ETAPA-CHAVE

A juventude é um período crucial para a acumulação de habilidades fundamentais para a vida adulta. O desenvolvimento do cérebro atinge o pico durante os primeiros anos (0-5 anos) e novamente por volta da puberdade (Abizanda et al., 2022). Na adolescência ocorre um momento crítico no desenvolvimento do cérebro, especificamente em áreas associadas a funções executivas que permitem aos indivíduos concentrar sua atenção, inibir impulsos e tomar decisões (Albert e Steinberg, 2011; BID, 2017; Spear, 2009; Steinberg et al., 2009). Isso representa uma oportunidade para realizar intervenções que possam ter um impacto duradouro no desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Na adolescência e na juventude, decisões fundamentais para trajetórias futuras são tomadas, e a identidade das pessoas é formada (Arnett, 2000). É nessa etapa que começa o processo de emancipação para a vida adulta.

A falta de oportunidades educacionais e de emprego durante esse período crítico pode ter repercussões significativas e permanentes. A falta de educação e de empregos de qualidade durante a juventude afeta o processo de acumulação de capital humano e pode causar efeitos permanentes (Bell e Blanchflower, 2010; Cruces et al., 2012; Gregg e Tominey, 2005; Oreopoulos e Salvanes, 2011). A falta de oportunidades educacionais e de emprego pode inclusive levar os jovens a adotar comportamentos de risco, tais como envolvimento em atividades criminosas, uso de substâncias ou gravidez em idade precoce (Maleš e Vásquez, 2017). Evidências em vários contextos do mundo mostram que frequentar a escola ajuda a evitar que os jovens cometam atos violentos, participem de gangues e tenham comportamentos problemáticos relacionados com a criminalidade (Henry et al., 1999; Leban e Masterson, 2022; OMS, 2016).

A pandemia de Covid-19 agravou os problemas dos jovens na América Latina e no Caribe (ALC). De acordo com um estudo do BID, isso se deve à redução das horas dedicadas a atividades acadêmicas, o que resultou em perdas de aprendizagem, aumento das desigualdades e consequências na saúde mental dos jovens (Abizanda et al., 2022). O tempo de interrupção da educação presencial foi especialmente prolongado em alguns países do Cone Sul: no Brasil e na Argentina, o fechamento total e parcial das instituições de ensino durou cerca de 80 semanas, e no Chile e no Paraguai, cerca de 70 semanas; no Uruguai, a interrupção foi menor e alinhada à média mundial de 40 semanas (Huepe et al., 2022).

A relevância do capital humano acumulado pelos jovens é maior em contextos de mudança demográfica. Embora não exista uma definição universal de juventude, este artigo segue a definição das Nações Unidas, que define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos de idade.[1] Nos países do Cone Sul – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – a participação de jovens de 15 a 24 anos na população

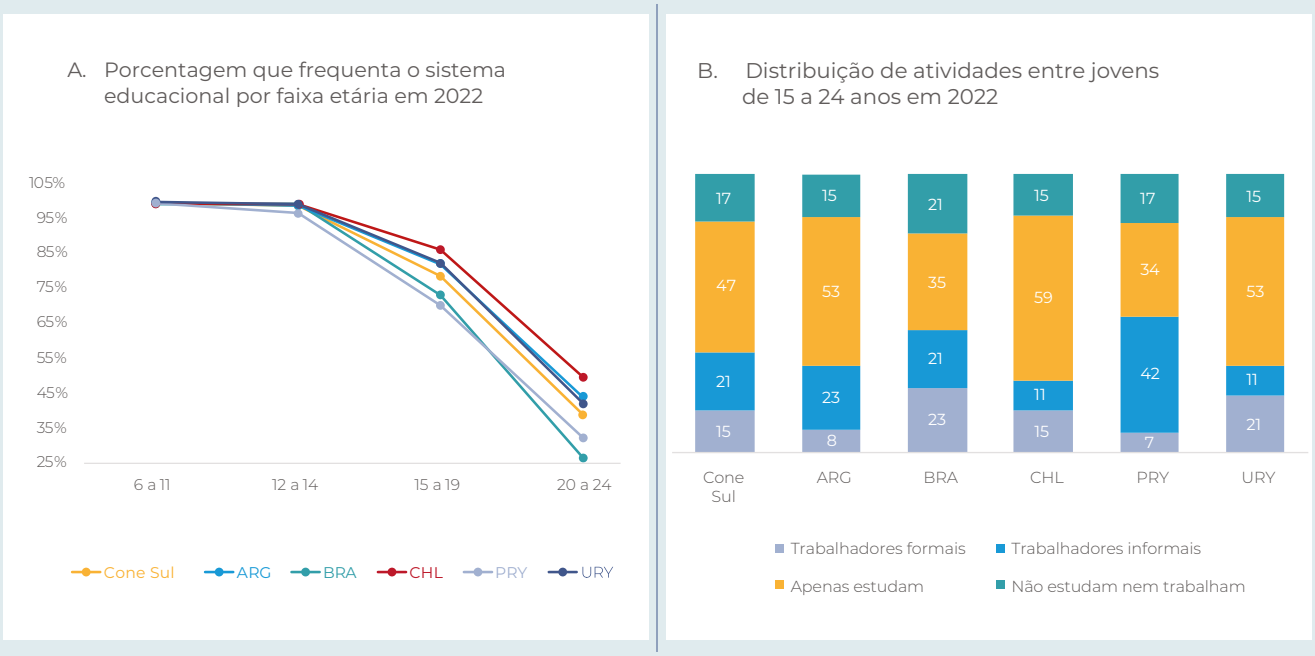
1 Essa definição é usada em todo o documento, a menos que outra faixa etária seja especificada.

total caiu significativamente desde o início do século XXI, sendo de 13 por cento no Chile, 14 por cento no Uruguai, 15 por cento na Argentina e no Brasil e 18 por cento no Paraguai. Em média, no Cone Sul os jovens representam 15 por cento da população total, enquanto na América Latina e no Caribe representam 17 por cento e na OCDE, 12 por cento.[2] Argentina, Chile e Uruguai, seguidos pelo Brasil, foram os primeiros países da América Latina e do Caribe a iniciar a transição demográfica e, portanto, estão em uma fase mais avançada do que os demais. O Paraguai ainda está passando por etapas intermediárias nesse processo (Turra e Fernandes, 2021). Essa transição gerou mudanças significativas na estrutura da população, com uma diminuição na proporção de jovens e um aumento na proporção de pessoas acima de 65 anos. Segundo estimativas do BID, o número de pessoas com mais de 65 anos triplicará na América Latina nos próximos 30 anos, e esse aumento ocorrerá mais rapidamente e com níveis de renda menores em comparação com o processo de envelhecimento na Europa (Izquierdo et al., 2018). Nesse contexto, haverá menos pessoas ativas, que deverão ser mais produtivas para manter o crescimento e promover o desenvolvimento dos países, de modo que a contribuição de cada jovem se tornará cada vez mais importante.

No Cone Sul há cerca de 44 milhões de jovens que vivem majoritariamente em áreas urbanas, dos quais mais da metade enfrenta problemas como desemprego, informalidade, pobreza ou desfiliação institucional. Mais de 85 por cento dos jovens da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai e cerca de 65 por cento dos do Paraguai vivem em áreas urbanas. Na média dos países do Cone Sul, 79 por cento dos jovens de 15 a 19 anos frequentam um centro educacional, em comparação com apenas 39 por cento dos jovens de 20 a 24 anos (painel A do Gráfico 1.1). Dos 44 milhões de jovens que vivem no Cone Sul, 18 milhões estão ocupados no mercado de trabalho (12 milhões apenas trabalham e 6 milhões trabalham e estudam), 17 milhões se dedicam exclusivamente ao estudo e 9 milhões não estudam nem trabalham (painel B do Gráfico 1.1). O desemprego afeta 5 milhões de jovens, a informalidade, 9 milhões e o subemprego, 2 milhões. Além disso, mais de 8,5 milhões de jovens vivem em famílias pobres, com renda inferior a USD 5 per capita por dia (PPP 2011).

2 Os dados regionais são calculados como médias simples. Os dados da OCDE incluem todos os países membros; os dados da América Latina e do Caribe incluem Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Dados obtidos de: https://ourworldindata.org/grapher/population-by-age-group.

Gráfico 1.1. A que se dedicam os jovens entre 15 e 24 anos no Cone Sul?

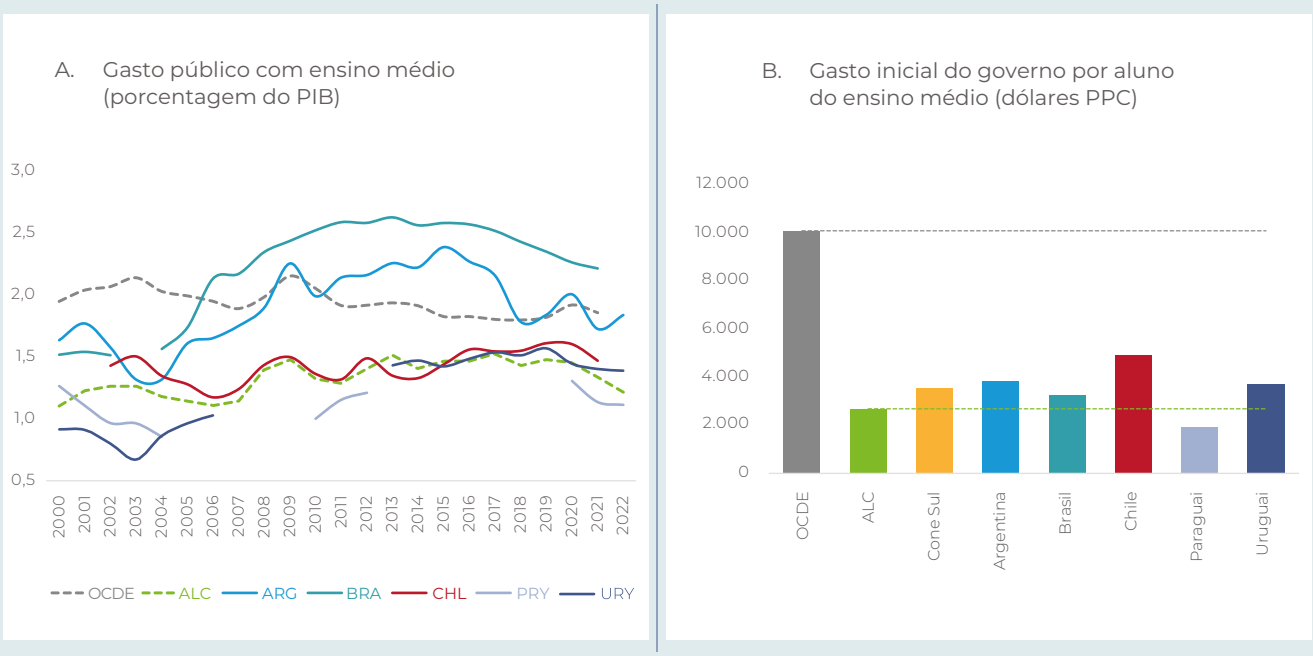


Fonte: Elaboração das autoras com base no SCL Data-BID. Os dados do Cone Sul correspondem à média simples de seus países.

Nos países do Cone Sul, o gasto público com o ensino médio – que é o principal item orçamentário destinado à juventude – aumentou desde 2000 como proporção do produto interno bruto (PIB), mas o gasto por aluno continua sendo comparativamente baixo. A despeito da disparidade entre os países do Cone Sul no gasto público com o ensino médio como porcentagem do PIB (painel A da Gráfico 1.2.) - que em alguns casos excede o nível da OCDE -, o gasto por aluno é, em todos os casos, consideravelmente inferior ao da OCDE (embora superior, exceto no Paraguai, à média da América Latina e do Caribe) (painel B do Gráfico 1.2.). Enquanto a OCDE gasta em média mais de USD 10 mil por aluno matriculado no ensino médio (medido em dólares PPC), o Chile, país do Cone Sul que mais investe em educação em termos de gasto per capita, mal chega a USD 5 mil.[3]

3 Dado que o nível de evasão no nível médio é maior no Cone Sul do que na OCDE, a lacuna de gasto por aluno em relação à OCDE poderia ser maior se fosse ajustada por população potencial.

Gráfico 1.2. Gasto com ensino médio



Fonte: UNESCO.

Notas: Os dados do painel B correspondem ao ano mais recente disponível a partir de 2017. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da OCDE incluem todos os países membros, exceto o Canadá. Os dados da ALC incluem Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Peru, Paraguai e Uruguai.

No futuro, o envelhecimento da população aumentará a carga fiscal destinada aos idosos e deixará uma margem menor para investir nos jovens. De acordo com estimativas do BID, os governos da América Latina já gastam quatro vezes mais com pessoas com mais de 65 anos do que com jovens entre 10 e 25 anos (Izquierdo et al., 2018). Em alguns países do Cone Sul, essa tendência parece ainda mais acentuada. Em países como Argentina, Brasil e Uruguai, já se gasta mais em aposentadorias em termos de PIB do que na média da União Europeia, mesmo com menos pessoas em idade avançada.[4] A carga fiscal com aposentadorias e benefícios de saúde, que aumentará nas próximas décadas, deixará uma menor margem fiscal para investir em outras políticas de longo prazo cujos principais beneficiários são geralmente os jovens, como educação, combate à pobreza, pesquisa e desenvolvimento (P&D), habitação, mudanças climáticas e segurança, entre outras.

4 O gasto com aposentadorias em 2015 atingiu 12,5 por cento do PIB no Brasil, 12,1 por cento no Uruguai, 11,4 por cento na Argentina, 3,5 por cento no Chile e 3,1 por cento no Paraguai, enquanto na União Europeia, em média, é de cerca de 10 por cento do PIB.

Este estudo

O objetivo deste estudo é caracterizar a situação dos jovens no Cone Sul e identificar os principais desafios que inibem sua acumulação de capital humano e restringem seu bem-estar. O documento tem como objetivo identificar os maiores desafios enfrentados pelos jovens do Cone Sul, bem como as diferenças entre os países e dentro dessa faixa etária, com vistas à implementação de políticas públicas focalizadas e efetivas. Na sequência deste capítulo introdutório, o Capítulo 2 concentra-se na aquisição dos conhecimentos e das habilidades necessários para a vida adulta, por meio do sistema educacional. O capítulo 3 trata de emprego, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e da desfiliação institucional a que alguns jovens estão expostos. O Capítulo 4 analisa outras dimensões do bem-estar com impacto significativo na vida dos jovens do Cone Sul, como suas condições de vida, cobertura de necessidades básicas e sua saúde, especialmente a saúde mental e reprodutiva. Finalmente, o Capítulo 5 discute a exposição dos jovens à violência e à criminalidade. Cabe ressaltar que este estudo não discute outros elementos relevantes durante a juventude, como participação cívica e política dos jovens, acesso a moradia e uso de drogas e álcool. Da mesma forma, o estudo não aborda em profundidade os problemas estruturais do sistema educacional ou do mercado de trabalho de cada país, nem as causas desses problemas. Esse tipo de análise específica é desenvolvido em outros documentos do BID com foco na educação ou no mercado de trabalho e que são citados ao longo do texto.

O estudo constata que, no Cone Sul, os jovens enfrentam desafios educacionais, de emprego, bem-estar e exposição à criminalidade e à violência, que geralmente são maiores entre mulheres, jovens indígenas e afrodescendentes e aqueles provenientes de contextos socioeconômicos desfavorecidos. Além de caracterizar cada um desses pontos, cada capítulo discute de forma sucinta as evidências existentes de políticas públicas que têm buscado melhorar a situação dos jovens em cada uma dessas dimensões.

O desenvolvimento dos jovens e sua contribuição positiva para a sociedade dependem da capacidade de resposta a esses problemas e da implementação de medidas adequadas. As oportunidades futuras de desenvolvimento social e econômico dos países estão diretamente ligadas às habilidades e capacidades adquiridas por seus jovens. Embora o Cone Sul tenha feito progressos no sentido de fechar as lacunas de desigualdade no acesso à educação, isso não eliminou a desigualdade dos resultados educacionais e de trabalho. Por isso, é preciso pensar uma segunda geração de políticas que visem atacar essas desigualdades, em um contexto de vulnerabilidade e para além da educação e do trabalho. Em particular, os altos retornos da educação, que se traduzem em salários mais altos para aqueles que conseguem concluir os níveis médio e superior, indicam que a educação é uma das ferramentas mais poderosas para combater a pobreza e a desigualdade na região. Além disso, a educação demonstrou ter impactos positivos nos jovens em outras áreas, tais como saúde e disposição para condutas criminosas.

Quadro 1.1. Nota metodológica

- Os dados usados neste documento provêm em sua maioria do SCL Data-BID, disponível em https://scldata.iadb.org/. Esse repositório de dados contém pesquisas domiciliares harmonizadas para países da América Latina e do Caribe. A harmonização fornece dados comparáveis e consistentes que, em alguns casos, podem diferir dos dados provenientes de fontes oficiais. Também são usados dados do CIMA (disponíveis em https://cima.iadb.org/), da UNESCO (disponível em http://sdg4-data.uis.unesco.org/) e do Banco Mundial (disponível em https://datos.bancomundial.org/).
- Os indicadores regionais foram calculados como médias simples dos indicadores calculados para os diferentes países. Isso garante uma representação equilibrada de todos os países.
- Para o cálculo dos valores absolutos foram empregadas as porcentagens estimadas das pesquisas domiciliares, aplicadas às projeções populacionais de acordo com os censos de cada país. Na Argentina, a cobertura geográfica da pesquisa domiciliar é limitada às áreas urbanas, onde residem mais de 85 por cento dos jovens argentinos.

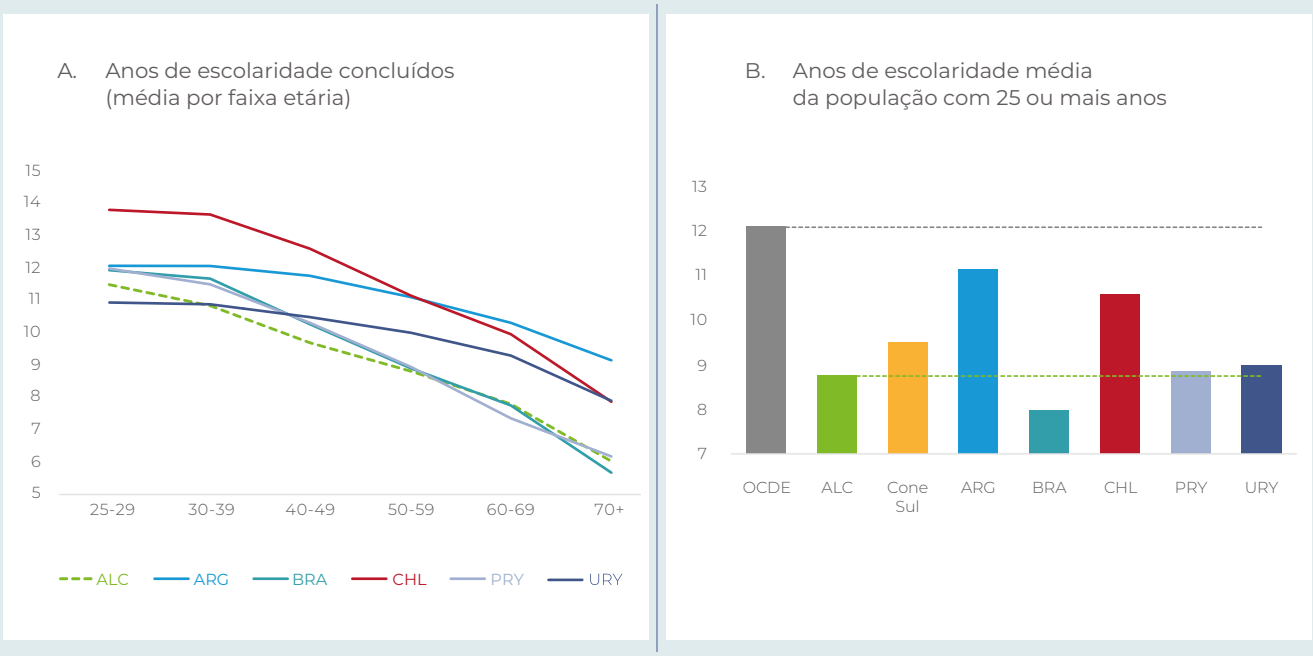
CAPÍTULO 2
TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS: AVANÇOS NO ACESSO, MAS DEFASAGENS NOS RESULTADOS

Nos últimos anos, houve avanços na educação de jovens no Cone Sul, principalmente na dimensão de acesso, mas o desenvolvimento educacional apresenta heterogeneidade entre países e uma defasagem persistente em relação aos países desenvolvidos. Os recursos financeiros investidos na educação são essenciais para garantir que todos os estudantes tenham acesso (cobertura) e consigam concluir seus estudos (eficiência) para alcançar o objetivo final, que é a aquisição das habilidades necessárias (aprendizagem) (Arias et al., 2024). Esta seção apresenta uma análise comparativa que aprofunda essas três dimensões-chaves do desenvolvimento educacional: cobertura, eficiência e aprendizagem. Os principais desafios educacionais para os jovens do Cone Sul estão concentrados nas taxas de conclusão do ensino médio, bem como no nível de desempenho e na relevância da aprendizagem, o que afeta o desenvolvimento integral dos estudantes no nível pessoal e sua capacidade para integrar-se socialmente.

As coortes mais jovens tendem a ter mais anos de escolaridade, indicando uma acumulação crescente de capital humano ao longo do tempo (painel A da Gráfico 2.1.). A Argentina é, para as coortes que hoje têm 60 anos de idade ou mais, o país com o maior número de anos de escolaridade média aprovados, mas é superada pelo Chile em coortes mais jovens. O Brasil e o Paraguai têm os níveis mais baixos de anos de escolaridade aprovados entre as coortes mais velhas, mas apresentam melhorias importantes nas coortes mais jovens. O Uruguai perdeu para as coortes com menos de 40 anos, a vantagem relativa que tinha quando comparado ao Brasil e ao Paraguai.

No entanto, o número médio de anos de escolaridade é menor do que nos países da OCDE. O número médio de anos de escolaridade da população com mais de 25 anos de idade no Cone Sul é de aproximadamente 10 anos (painel B da Gráfico 2.1.), o que equivale à conclusão dos anos finais do ensino fundamental e ao início do ensino médio. Isso representa uma defasagem de mais de 2 anos de escolaridade em relação à média da OCDE. No Cone Sul, o intervalo varia de 11 anos na Argentina a 8 anos no Brasil.

Gráfico 2.1. Anos de escolaridade



Fonte: Elaboração das autoras com base no SCL Data-BID (painel A) e UNESCO (painel B).

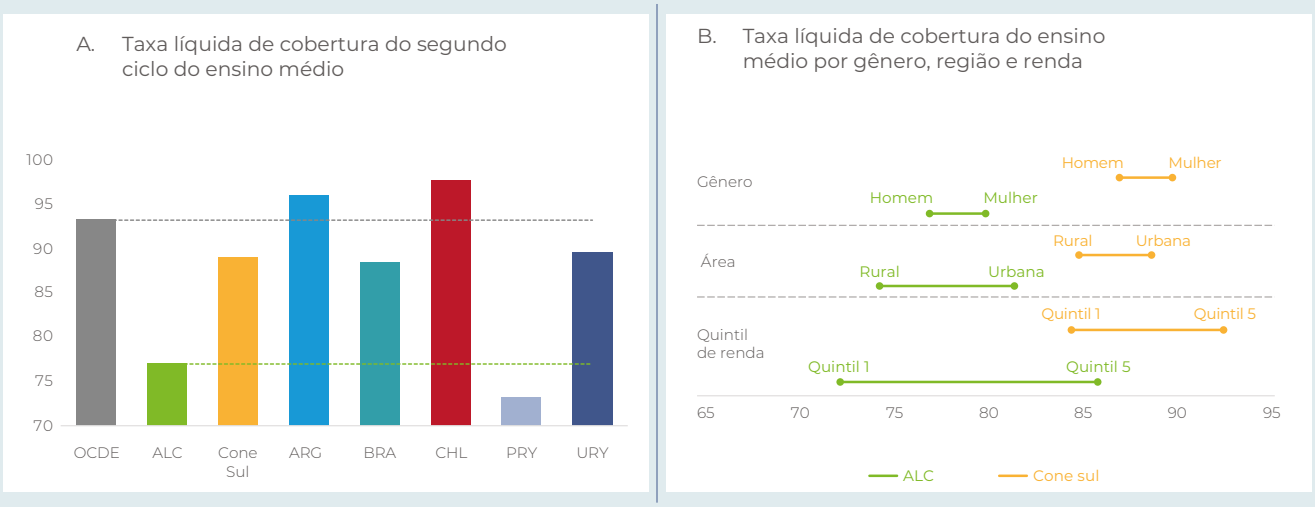
Notas: Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados do Painel A correspondentes à ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Os dados do Painel B correspondem ao ano mais recente disponível a partir de 2017. Os dados da OCDE incluem todos os países membros, exceto Canadá, República da Coreia, Israel e Luxemburgo, e os dados da ALC incluem Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai.

Os dados sugerem que, no futuro, os países do Cone Sul continuarão em uma trajetória de acumulação crescente de capital humano. O número total de anos de escolaridade que uma criança de 4 anos pode esperar receber no futuro é de cerca de 16 anos ou mais no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile. Trata-se de um nível semelhante à média da OCDE, mas devido ao efeito da repetência, o número esperado de anos não coincidirá necessariamente com o número esperado de séries concluídas (UNESCO, 2009) (Gráfico A1 do Anexo). Essa expectativa de vida escolar relativamente alta indica uma maior probabilidade de que aqueles que agora são crianças, dediquem mais anos à sua educação e está associada a taxas de retenção mais altas no sistema educacional.

O desafio de concluir o ensino médio

O Cone Sul avançou em termos de cobertura, mas ainda persistem desafios, em menor grau do que no restante da América Latina, no segundo ciclo do nível médio. Na última década, a taxa média de cobertura líquida do segundo ciclo do ensino médio[5] no Cone Sul passou de 82 por cento em 2012 para 89 por cento em 2021-22. Argentina, Chile e Uruguai foram os países com maiores avanços nesse sentido (aumento de 10 pontos percentuais no período). Esse valor está 12 pontos percentuais acima da média da América Latina e do Caribe e 4 pontos percentuais abaixo da média da OCDE (painel A da Gráfico 2.2). Isso indica que a matrícula de adolescentes em idade teórica para o segundo ciclo do ensino médio está em um nível mais próximo ao da OCDE do que ao resto da América Latina na maioria dos países do Cone Sul.

Gráfico 2.2. Taxa de cobertura líquida do ensino médio



Fonte: Elaboração dos autores com base na UNESCO (painel A) e no CIMA (painel B).

Notas: Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados do painel A correspondem ao ano mais recente disponível a partir de 2017. Os dados da OCDE incluem todos os países membros, e os dados da ALC incluem Argentina, Barbados, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Os dados do Painel B correspondem ao ano mais recente disponível a partir de 2020; os da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Peru, Paraguai, Suriname, Uruguai e Venezuela. A divisão por área urbana ou rural não inclui Argentina, Bolívia, Suriname e Venezuela.

A exceção é o Paraguai, que tem cobertura abaixo da média da região. No entanto, com os dados dos dois ciclos do ensino médio, observam-se lacunas de cobertura por sexo (a favor das mulheres), por região (a favor de quem vive em regiões urbanas) e, a maior lacuna, por quintil de renda (painel B da Gráfico 2.2). Há também

5 A cobertura líquida é definida como o número de estudantes que frequentam o segundo ciclo do ensino médio e que têm idade correspondente ao nível, dividido pela população nessa faixa etária.

A taxa de conclusão do ensino médio é, em média, de 71 por cento.

lacunas étnico-raciais em desvantagem para as populações indígenas e afrodescendentes, que são discutidas no Capítulo 4.

Apesar desses avanços, a eficiência medida como a capacidade dos estudantes de concluir o ensino médio é, em geral, comparativamente baixa. Ao considerar os jovens entre 21 e 23 anos, a taxa de conclusão do ensino médio é, em média, de 71 por cento (painel A da Gráfico 2.3). Com exceção do Chile, que está acima da média da OCDE, os países do Cone Sul estão mais próximos dos níveis médios de conclusão da América Latina e do Caribe, com o Uruguai se destacando com níveis muito baixos de conclusão. A relação com o nível de escolaridade é discutida na próxima seção.

Os problemas na conclusão do ensino médio são amplificados entre os jovens de baixa renda, e a diferença segundo o nível socioeconômico é maior no Cone Sul do que na média da América Latina e do Caribe. Como pode ser visto no painel B do Gráfico 2.3., as maiores diferenças nos indicadores de eficiência são por quintil de renda. Em média, quase metade dos jovens de 21 a 23 anos pertencentes ao primeiro quintil de renda não concluiu o ensino médio, e um terço dos jovens de 18 a 24 anos no quintil 1 abandonou o sistema educacional sem ter concluído o ensino médio (painel B do Gráfico 2.4). A diferença entre o primeiro e o quinto quintis de renda na taxa de conclusão é maior no Cone Sul do que na média da América Latina. Isso ocorre porque os jovens do quintil 5 do Cone Sul têm, em média, uma taxa de conclusão superior à média da OCDE (85 por cento) (Gráfico 2.3).[6] A defasagem entre os jovens de baixa renda é especialmente preocupante, em um contexto em que os retornos educacionais mostram que uma pessoa sem o ensino médio completo no Cone Sul ganha entre 30 por cento e 40 por cento menos do que uma que o conclui – na OCDE, essa diferença é, em média, inferior a 20 por cento -, perpetuando, assim, a desigualdade (Fernández et al., 2024).

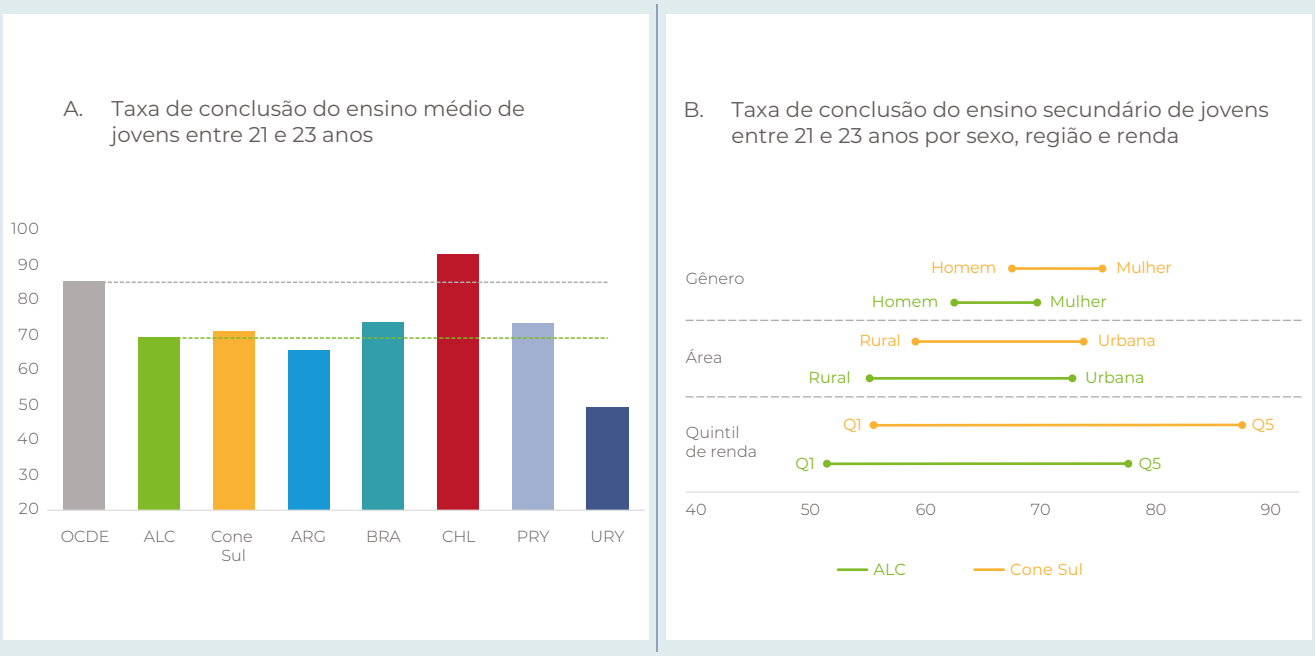
Os problemas na conclusão do ensino médio são amplificados entre os jovens de baixa renda, e a diferença segundo o nível socioeconômico é maior no Cone Sul do que na média da América Latina e do Caribe.

Além disso, observam-se diferenças por sexo (em favor das mulheres), área de residência e étnico-racial. Assim como nos países da OCDE e no restante da América Latina e do Caribe, a desigualdade de gênero na educação foi revertida em alguns indicadores (Berniell et al., 2023), e

6 Em comparação com a média da OCDE (85 por cento), as taxas de conclusão do quintil cinco são: 86 por cento na Argentina, 89 por cento no Brasil, 93 por cento no Chile, 89 por cento no Paraguai e 82 por cento no Uruguai.

a proporção de mulheres que concluem o ensino médio nos países do Cone Sul é entre 2 e 13 pontos percentuais maior do que a dos homens. Além disso, existem diferenças étnico-raciais em desfavor das populações indígenas e afrodescendentes, tema que será desenvolvido com maior profundidade no Capítulo 4.

Gráfico 2.3. Conclusão do ensino médio



Fonte: Elaboração das autoras com base na UNESCO (painel A) e no CIMA (painel B).

Notas: Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados do painel A correspondem ao ano mais recente disponível a partir de 2017. Os dados da OCDE incluem todos os países membros, exceto Israel, Turquia, Japão, República da Coreia e Nova Zelândia, e os dados da ALC incluem Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiana, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Os dados do Painel B correspondem ao ano mais recente disponível a partir de 2020, e os dados da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Peru, Paraguai, Suriname, Uruguai e Venezuela. A divisão por área urbana ou rural não inclui Argentina, Suriname e Venezuela.

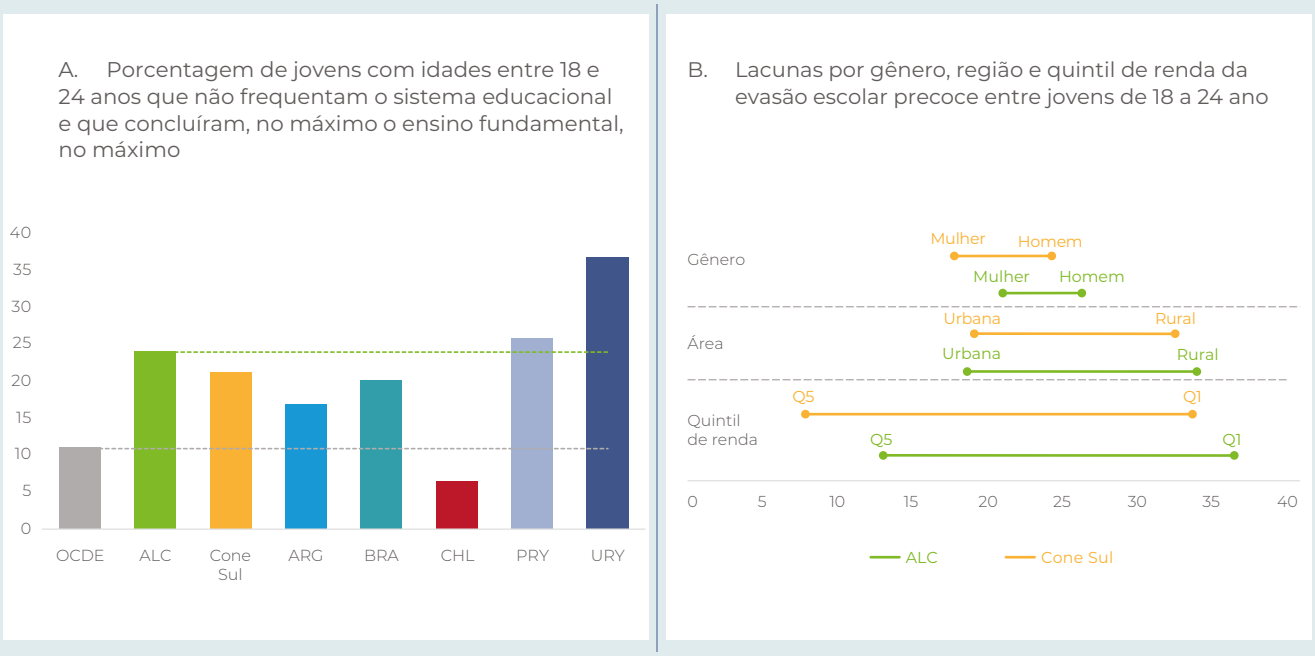
A taxa de evasão escolar precoce, é em média de 21 por cento no Cone Sul.

As baixas taxas de conclusão do ensino médio estão associadas a uma alta evasão escolar precoce do sistema educacional e a taxas elevadas de repetência. A taxa de evasão escolar precoce, definida como a porcentagem de jovens de 18 a 24 anos que não frequentam nenhum nível de ensino e não concluíram o ensino médio, é em média de 21 por cento no Cone Sul. Esses números são o dobro da taxa média de evasão precoce na OCDE, que foi de 11 por cento em 2018 (Bonnet e Murtin, 2024). O caso do Uruguai se destaca, novamente, com uma taxa de evasão precoce ainda maior do que a média da América Latina (painel A da Gráfico 2.4). Nesse cenário, a educação técnica profissional, discutida mais adiante neste capítulo, apresenta oportunidades. Segundo um estudo do BID com dados do Brasil, as taxas de evasão são significativamente menores no nível médio técnico (Elacqua et al., 2019).

Os principais motivos da evasão escolar – segundo dados de pesquisas domiciliares do Chile, Paraguai e Uruguai – estão relacionados com o trabalho (principalmente entre os homens), tarefas domésticas e de cuidado (principalmente entre as mulheres) e falta de interesse. Dados do Chile em 2017 mostravam que jovens entre 18 e 24 anos que abandonaram os estudos sem concluir o ensino médio, relatavam que o fizeram pelos seguintes motivos: 41 por cento por trabalho; 22 por cento por afazeres domésticas, gravidez ou tarefas de cuidados; 12 por cento por falta de interesse (conteúdos não pertinentes e métodos de ensino pouco estimulantes); e 8 por cento por problemas econômicos. No caso das mulheres jovens que não frequentavam a escola, 47 por cento citavam como principal razão a gravidez ou a necessidade de cuidar das tarefas domésticas, e apenas 20 por cento mencionavam o trabalho como o principal motivo (esse número subia para 55 por cento entre os homens). No Paraguai, os principais motivos da evasão escolar relatados em 2022 eram problemas financeiros (30 por cento); trabalho (28 por cento); problemas familiares e de saúde (21 por cento); e falta de interesse (15 por cento). Entre as mulheres, a principal razão eram problemas familiares ou de saúde (33 por cento) e apenas 18 por cento mencionavam o trabalho. Em contrapartida, entre os homens, apenas 10 por cento mencionavam problemas familiares e 38 por cento motivos de trabalho. No Uruguai, os dados de 2022 mostram que a falta de interesse ou o interesse em aprender outras coisas, ou a falta de oferta da educação desejada eram a principal causa de evasão (47 por cento); seguida por trabalho (25 por cento); dificuldade das disciplinas (10 por cento); e gravidez ou cuidados familiares (9 por cento). Cabe notar que taxas mais altas de evasão escolar precoce são observadas entre os homens, jovens que vivem em áreas rurais, aqueles que vivem em famílias de baixa renda e jovens indígenas e afrodescendentes (as diferenças étnico-raciais são analisadas no Capítulo 4).

A taxa de repetência é mais alta nos países do Cone Sul do que na média da OCDE. Na OCDE, em média, 9 por cento dos estudantes de 15 anos repetiram pelo menos um ano do ensino fundamental ou médio; esse indicador é de 24 por cento no Uruguai; 22 por cento no Brasil; 18 por cento no Paraguai; 17 por cento no Chile; e 14 por cento na Argentina (PISA, 2022). O fenômeno da distorção idade-série faz com que alguns estudantes não consigam avançar nas trajetórias educacionais nos tempos previstos, atrasando-se em relação à sua coorte, o que pode resultar em evasão em idade precoce (Alexander et al., 2004; De Witte & Rogge, 2013; Manacorda, 2012).

Gráfico 2.4. Abandono escolar precoce



Fonte: Elaboração das autoras com base no CIMA e Bonnet e Murtin (2024).

Notas: Os dados correspondem a 2022. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da ALC incluem Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Peru, Paraguai, Suriname e Uruguai. A divisão por área urbana ou rural do painel B não inclui Argentina e Suriname.

Quadro 2.1. A segregação educacional e sua ligação com o território

Outro desafio apresentado pelos sistemas educacionais na América Latina e no Caribe é o dos níveis de segregação. Em sistemas com alta segregação, ou seja, onde os estudantes são muito semelhantes em termos socioeconômicos ou étnico-raciais, as oportunidades de intercâmbio entre alunos com capitais sociais diversos e a formação de redes heterogêneas que promovam a coesão social e a mobilidade ascendente são limitadas. A segregação limita o chamado *efeito de pares*, situação em que o comportamento e os resultados de um estudante são afetados por outros estudantes que compartilham um espaço educacional. Esse efeito tem se mostrado um determinante significativo dos resultados acadêmicos dos estudantes (Angrist e Lang, 2004; Hoxby, 2000). Além disso, a segregação dificulta o acesso equitativo a recursos educacionais e docentes de qualidade, que condicionam o desenvolvimento das habilidades básicas dos estudantes (Katzman e Retamoso, 2007).

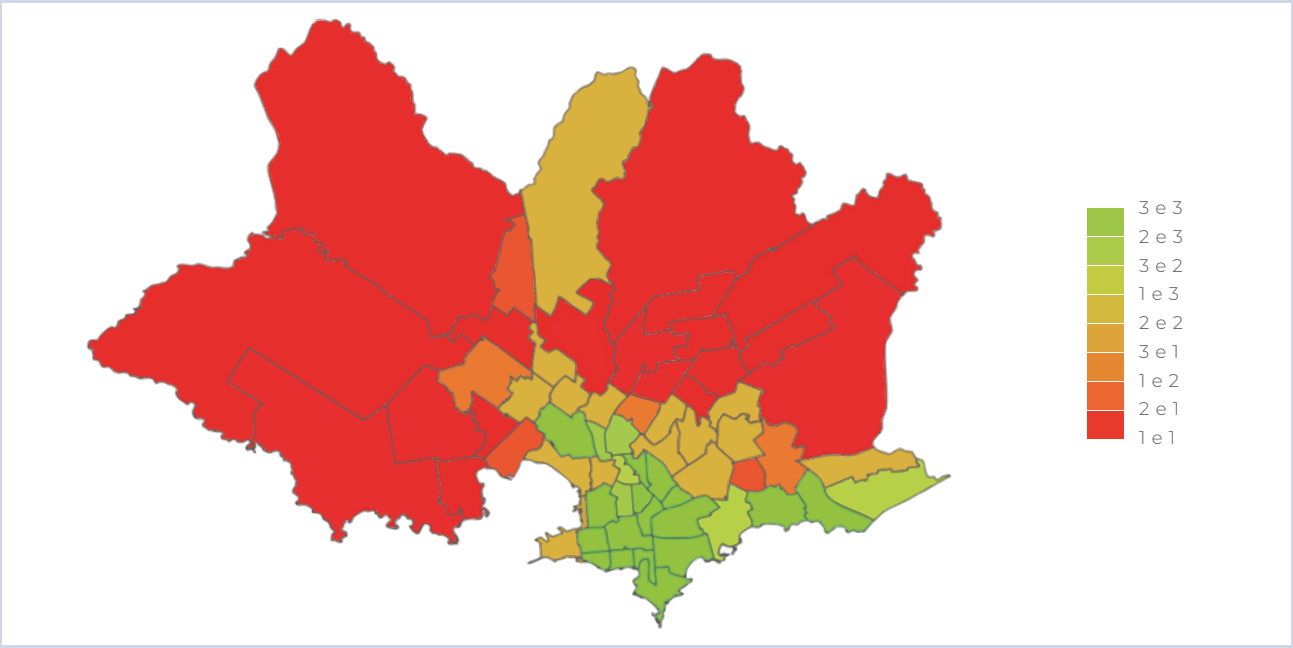
Estudos sobre segregação educacional na Argentina (Gasparini et al., 2011; Jaume, 2013), no Chile (Elacqua, 2012; Valenzuela et al., 2013) e no Uruguai (Ramírez, 2021) relatam níveis crescentes de segregação educacional por nível socioeconômico entre os setores público e privado, nos níveis fundamental e médio.[7] No Chile, um estudo mais recente mostra alguma estabilização (Gutiérrez & Carrasco, 2021).

No caso da cidade de Montevidéu, um estudo do BID quantifica os efeitos do bairro de residência nas decisões de acumulação de capital humano dos jovens e nos resultados educacionais (Acerenza et al., 2023). Com base em pesquisas domiciliares contínuas e tendo-se em conta a endogeneidade da localização das famílias de adolescentes, o estudo encontra um efeito positivo e estatisticamente significativo da vizinhança em anos de escolaridade, matrícula no ensino médio, conclusão do ensino médio, matrícula na universidade e conclusão da universidade. Os efeitos de vizinhança identificados neste estudo são de magnitude considerável e mais importantes para homens do que para mulheres.

Além disso, o estudo compara os indicadores das décadas de 1990 e 2010, para entender a evolução dessa desigualdade geográfica, e se os bairros com os piores indicadores iniciais conseguem eventualmente melhorar e convergir para os indicadores educacionais dos bairros com maior escolaridade. O Gráfico 2.5. mostra os resultados nos anos de educação formal, quando consideradas as características demográficas dos jovens e de suas famílias. Os bairros associados a piores resultados educacionais na década de 1990 tendem a permanecer associados a piores resultados na década de 2010. O contrário ocorre com os bairros com melhores resultados. Isso é evidência de uma alta dependência geográfica e temporal.

7 Conclusões semelhantes são obtidas por estudos que consideram outros países da região (Arcidiácono et al., 2014; Murillo e Martínez Garrido, 2017).

Gráfico 2.5. Efeitos condicionais do bairro nos anos de escolaridade



Fonte: Aceranza et al. (2023)

Notas: o mapa representa os diferentes bairros da cidade de Montevidéu. Os bairros são classificados em três grupos: grupo 1 com efeitos negativos (terço inferior), grupo 2 com efeitos médios (entre os percentis 34 e 66) e grupo 3 com efeitos positivos (terço superior). As áreas em vermelho representam os bairros que apresentavam situações mais negativas na década de 1990 e se mantêm assim na década de 2010 (1 e 1). As áreas em verde representam os bairros que apresentavam resultados mais positivos e continuaram dessa maneira (3 e 3).

Aprendizagem defasada e desigual

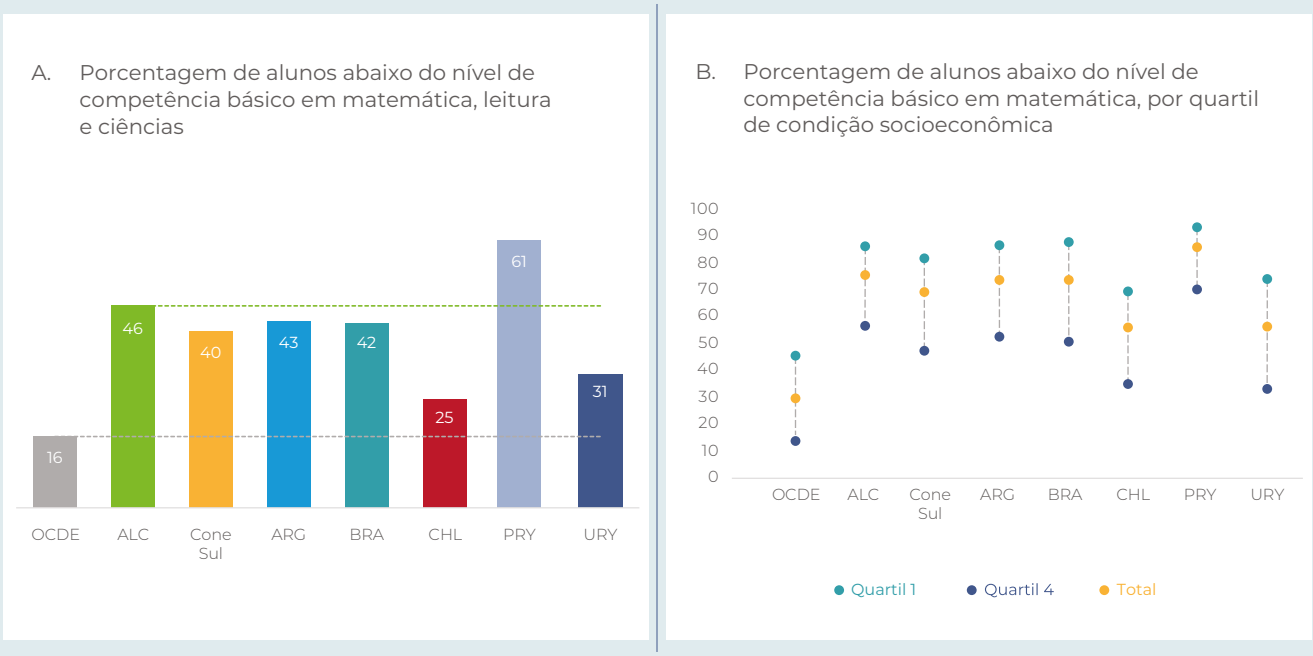
As competências básicas são uma base fundamental para a participação nas sociedades modernas e na aprendizagem permanente necessária em economias dinâmicas e globalizadas. O desenvolvimento econômico dos países depende em grande parte das competências da população (Hanushek e Woessmann, 2020). Portanto, o desafio não se limita a garantir que os jovens permaneçam na escola e concluam os níveis educacionais; é preciso melhorar a qualidade da educação que recebem. Além disso, no contexto atual de uma economia digital crescente e de globalização dos mercados de trabalho, a qualidade da educação não apenas deve melhorar em relação ao passado, mas também pelo menos equiparar-se à qualidade de outros países.

Os cinco países do Cone Sul apresentam defasagem na aquisição de aprendizagem, que é o objetivo último do sistema educacional. Os testes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) permitem comparar os resultados obtidos em competências básicas como leitura, matemática e ciências.[8] A alta porcentagem de estudantes que não conseguem desenvolver competências elementares nessas áreas é um importante desafio. De acordo com o PISA 2022, no Chile, país com os melhores resultados da América Latina em leitura, ciências e matemática, 1 em cada 4 estudantes não atinge o nível básico de competência em nenhuma das áreas avaliadas e, no Uruguai, quase 1 em cada 3 (painel A da Gráfico 2.6.). Os resultados da Argentina e do Brasil são piores: mais de 40 por cento dos estudantes apresentam baixo desempenho nas três áreas avaliadas. Finalmente, no Paraguai esse percentual chega a 61 por cento. Nos cinco países, as distâncias em relação à média da OCDE são grandes. O PISA 2022 foi a primeira avaliação internacional da aprendizagem após a pandemia e registrou uma queda significativa no desempenho da OCDE em matemática, com uma redução na pontuação média de 14,8 por cento. No Cone Sul, Brasil, Chile e Argentina conseguiram manter suas pontuações em matemática estáveis em relação a 2018. No Uruguai, a tendência era estável antes de 2018, mas em 2022 registrou uma queda no desempenho (-8,9 por cento), enquanto o Paraguai obteve uma melhora em relação a 2017 (+11,4 por cento).

Os cinco países do Cone Sul apresentam defasagem na aquisição de aprendizagem, que é o objetivo último do sistema educacional.

8 As competências básicas correspondem às competências do nível 1 do PISA, o mais baixo dos seis níveis de desempenho definidos na escala do PISA. Nesse nível, os alunos podem responder a perguntas sobre contextos familiares em que todas as informações relevantes estão presentes, e as perguntas estão claramente definidas. São capazes de identificar informações e realizar procedimentos de rotina seguindo instruções diretas em situações explícitas. Podem realizar ações que são quase sempre óbvias e imediatamente derivadas dos estímulos dados (OCDE, 2019).

Gráfico 2.6. PISA 2022: estudantes abaixo do nível de competência básico



Fonte: Elaboração das autoras com base no PISA 2022-OCDE.

Notas: Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. No painel A, os dados da OCDE incluem todos os países membros, exceto Luxemburgo, e os dados da ALC incluem Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. No painel B, os dados da OCDE incluem todos os países membros, exceto Costa Rica, Espanha e Luxemburgo, e os dados da ALC incluem todos os itens acima, exceto a Costa Rica.

Quase três quartos dos jovens no Cone Sul não atingem o nível de competência básico em matemática, e há uma desigualdade acentuada entre famílias de renda baixa e alta, bem como diferenças de gênero (painel B do Gráfico 2.6). Esse número contrasta com a média da OCDE, onde apenas pouco mais de um quarto dos jovens está abaixo desse nível de competência. No nível socioeconômico mais baixo (quartil 1), 8 em cada 10 jovens não atingem níveis básicos de competência em matemática no Cone Sul, enquanto essa proporção cai para quase metade dos jovens no quartil superior de condição socioeconômica. Mesmo para esse último grupo, a proporção é alta em comparação com a OCDE. Estudos sobre desigualdade de oportunidades no desempenho educacional com base nos testes do PISA mostram que essas desigualdades são substanciais no Cone Sul, e que a educação dos pais e o tipo de escola são fontes importantes e persistentes de desigualdade de oportunidades na América Latina (Gamboa e Waltenberg, 2012). Outras fontes de dados, como o Estudo Regional Comparativo e Explicativo (ERCE) de 2019, coordenado pela UNESCO, indicam que os níveis de desigualdade na aprendizagem ocorrem desde o ensino fundamental. Em 2019, a proporção de estudantes da sexta série do primeiro quintil de renda do Cone Sul que não atingiram o nível mínimo de competência em matemática foi de 38 por cento no Uruguai, 61 por cento no Brasil, 68 por cento na

Quase três quartos dos jovens no Cone Sul não atingem o nível de competência básico em matemática.

Argentina e 82 por cento no Paraguai. A proporção foi consideravelmente menor entre os estudantes do quintil cinco: apenas 8 por cento no Uruguai, 12 por cento no Brasil, 26 por cento na Argentina e 48 por cento no Paraguai. Por fim, existem diferenças por gênero: como em outros países da América Latina e do Caribe e na OCDE, nos países do Cone Sul (exceto o Paraguai) há uma diferença em favor dos homens nos testes de matemática do PISA e em favor das mulheres nos testes de leitura (Berniell et al., 2023).

Há também defasagens e desigualdades em competências digitais,[9] com implicações para futuras oportunidades de emprego. De acordo com dados do PISA 2018, na Argentina e no Brasil, menos da metade dos estudantes de 15 anos em áreas rurais tinha acesso a um computador para uso escolar (Berlanga et al., 2020). Diferenças importantes também são observadas por nível socioeconômico. De acordo com um estudo da CEPAL-UNESCO, 73 por cento dos estudantes de 15 anos no quartil de renda mais alto no Brasil tinham um laptop; no quartil mais baixo, essa proporção era de apenas 18 por cento (De Santiago, 2020). Essas diferenças são menos pronunciadas no Chile e no Uruguai, graças a programas públicos de distribuição de dispositivos digitais. Diferenças digitais importantes persistem também no que diz respeito aos países da OCDE. Na Argentina e no Brasil, apenas um terço dos estudantes de 15 anos dispunham de software educacional em casa em 2018, em comparação com o Chile e o Uruguai, com 40 por cento, e com a OCDE, com mais da metade dos estudantes, em média (De Santiago, 2020). Cabe notar que esses números baseados no PISA não revelam os jovens que já estão fora do sistema educacional. A falta de uma distribuição mais uniforme da expansão das tecnologias e de uma educação que se adapte e propicie as mesmas habilidades para explorá-las, pode exacerbar a disparidade.

Educação profissional técnica[10]

Os sistemas de formação profissional técnica podem contribuir para aumentar a produtividade dos jovens, facilitando sua integração no mercado de trabalho e seu desenvolvimento individual. De acordo com um estudo do BID que analisa sistemas de formação profissional técnica bem-sucedidos em todo o mundo, o potencial para conectar a oferta e a demanda de habilidades de trabalho torna esses sistemas fundamentais para a inserção dos jovens no mercado de trabalho (Amaral et al., 2017). A formação profissional técnica não apenas oferece uma alternativa viável à educação acadêmica, mas também dota os estudantes de habilidades práticas e de empregabilidade, facilita a transição fluida da escola

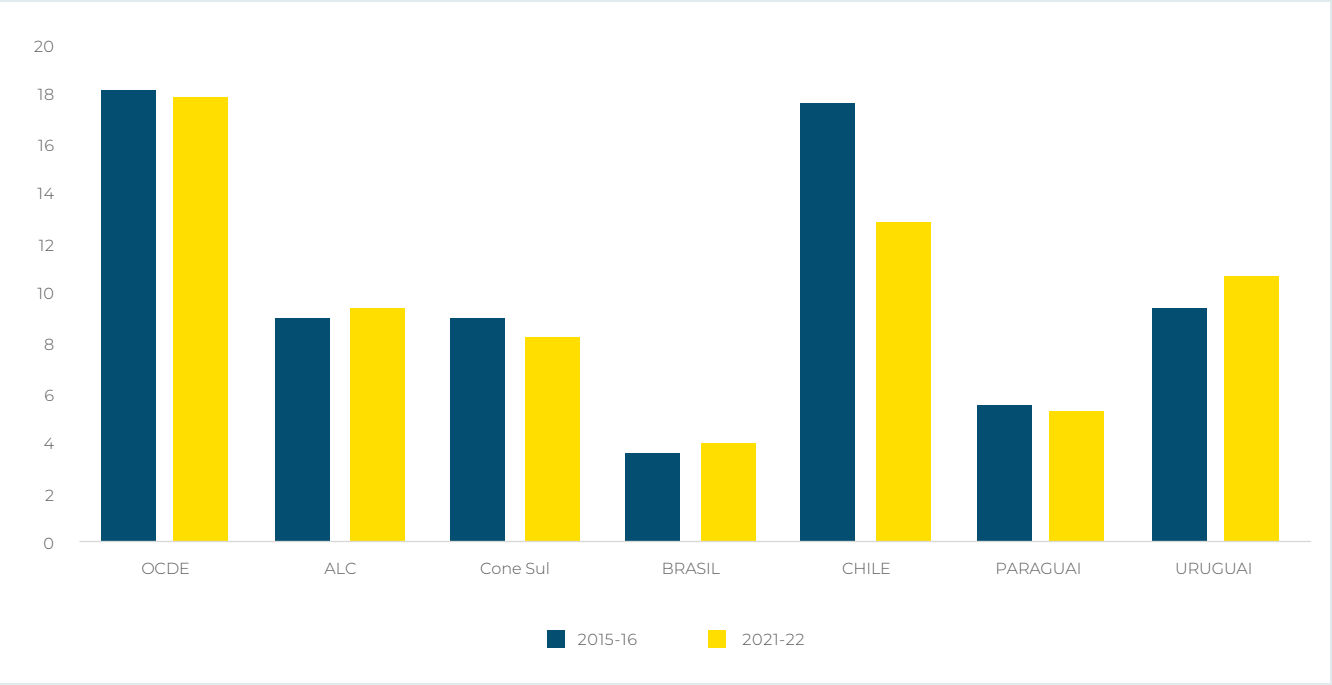
9 O conceito de competências digitais (ou alfabetização digital ou habilidades digitais) designa capacidade de um indivíduo para usar a tecnologia e a mídia digital de forma eficaz e segura.

10 Refere-se a modalidades educacionais que combinam aprendizagem teórica e prática relevante para uma ocupação ou área ocupacional específica.

para o mundo do trabalho e responde à crescente demanda das economias por trabalhadores qualificados (OCDE, 2023a).

A participação em programas de educação profissional técnica apresenta heterogeneidades entre os cinco países do Cone Sul, mas em todos está abaixo do nível da OCDE. No Chile e no Uruguai, a participação nesses programas ultrapassa 10 por cento, mas no Brasil e no Paraguai esse tipo de formação envolve uma porcentagem relativamente baixa de jovens, sem mudanças substanciais nos últimos anos (Gráfico 2.7).

Gráfico 2.7. Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos que participam de programas de educação profissional técnica



Fonte: Elaboração das autoras com base na UNESCO.

Notas: Número de jovens com idades entre os 15 e os 24 anos que frequentam o ensino técnico profissional de nível médio, pós-médio, não superior ou superior, em porcentagem da população do mesmo grupo etário. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da OCDE incluem todos os países membros, exceto Canadá, Colômbia, Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia e Turquia; os da ALC incluem Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

Os jovens do Cone Sul possuem habilidades pouco desenvolvidas, que são inadequadas para o mercado de trabalho em que devem ser inseridos.

O desafio continua sendo fazer com que os jovens considerem esses programas uma opção atraente. Mesmo nos países da OCDE, onde 44 por cento dos estudantes do ensino médio participam de programas de educação e formação profissional, cabe alertar que os programas de formação profissional tendem a ser vistos como última opção para estudantes que enfrentam dificuldades na escola ou não têm motivação, em vez de serem reconhecidos como uma primeira opção que conduz a trajetórias profissionais atraentes (OCDE, 2023). Estudos dos países do Cone Sul mostram que esses sistemas apresentam limitações, incluindo fragilidades na identificação das competências necessárias e no desenvolvimento de currículos pertinentes, baixa participação do setor produtivo e problemas de coordenação e financiamento (Sevilla, 2017; Amaral et al., 2017).

Por fim, os jovens do Cone Sul possuem habilidades pouco desenvolvidas, que são inadequadas para o mercado de trabalho em que devem ser inseridos. Nesse sentido, o desafio colocado pelo emprego juvenil – discutido no próximo capítulo e onde também há defasagens em algumas habilidades socioemocionais – poderia ser consequência de um descompasso entre as habilidades ensinadas na escola e aquelas exigidas em empregos de categoria inicial (Bassi et al., 2012). A proporção de empresas para as quais uma força de trabalho com as habilidades erradas (nível de escolaridade excessivamente alto, insuficiente ou que carece das habilidades adequadas) é um fator importante que restringe suas operações, é maior em todos os países do Cone Sul (em média 44 por cento) do que na OCDE (26 por cento) e na América Latina e Caribe (28 por cento).[11] Da mesma forma, um estudo do BID sobre jovens no Uruguai mostra que, embora os jovens acreditem que concluir o ensino médio é necessário para conseguir um bom emprego, mais da metade dos entrevistados acredita que o que é ensinado no sistema educacional não é útil para conseguir um bom emprego (Rodríguez Chatruc e Sotto, 2023).

11 Banco Mundial, Prosperity Data360. Em todos os casos, consideram-se os últimos dados disponível. Os dados da OCDE correspondem à média simples de 20 países e os da ALC, a 24 países. Os dados do Cone Sul incluem: Argentina, 40 por cento (2017); Brasil, 75 por cento (2009); Chile, 41 por cento (2010); Paraguai, 29 por cento (2017); e Uruguai, 37 por cento (2017).

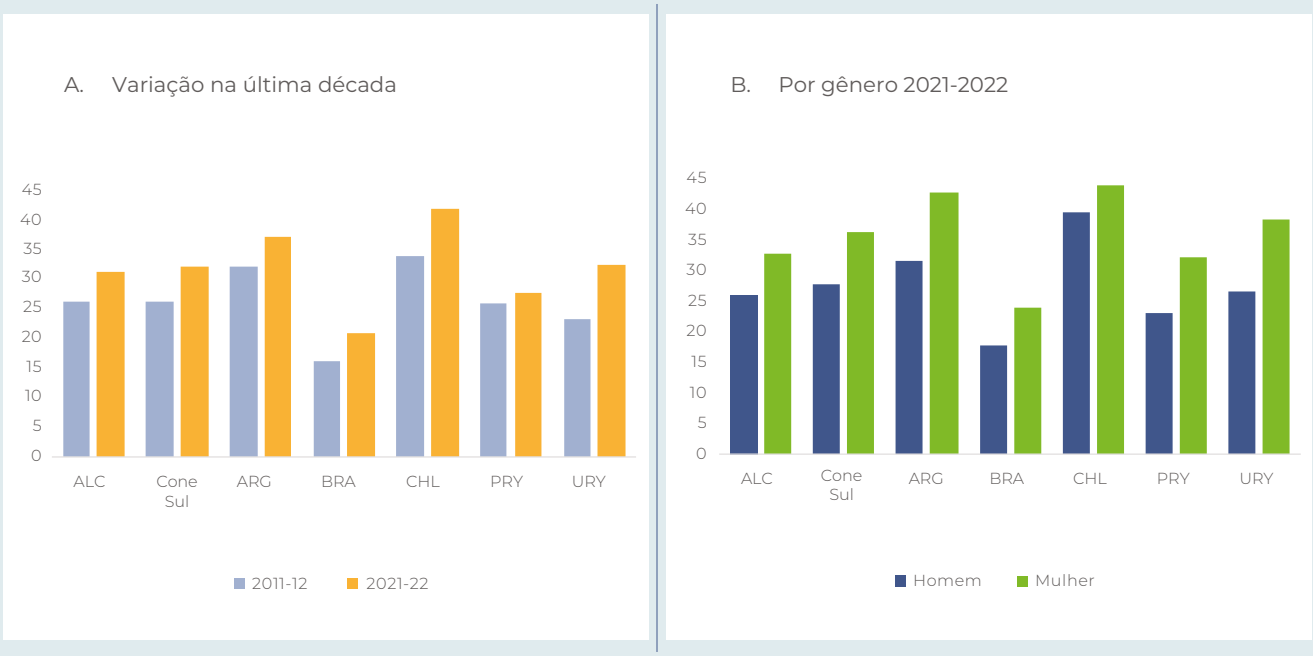
Foco na educação superior

A educação superior desempenha um papel fundamental para impulsionar a troca de conhecimentos, a pesquisa e a inovação, além de proporcionar competências que em geral são úteis para a adaptação a um mercado de trabalho em constante mutação. A educação superior tornou-se mais relevante no contexto da ascensão da economia do conhecimento e das indústrias intensivas em conhecimento, onde a demanda por trabalhadores altamente qualificados é fundamental para impulsionar o desenvolvimento e a competitividade. A educação superior abrange todos os tipos de educação – acadêmica, profissional, técnica, artística, pedagógica, à distância – ministrada por universidades ou institutos técnicos e destinada a estudantes que concluíram o ensino médio. É um componente-chave tanto no nível individual como no desenvolvimento social e econômico de um país, na medida em que promove a mobilidade social e contribui para a preparação de uma força de trabalho qualificada, adaptável e resiliente, com capacidade para gerar novo conhecimento ou adaptar o conhecimento internacional ao uso local (BID, 2017; Vieira do Nascimento, 2020). A medição de retornos educacionais mostra que, em média, no Cone Sul, uma pessoa com ensino superior completo ganha o dobro de uma pessoa sem ensino médio completo, enquanto na OCDE essa diferença é de apenas 50 por cento (Fernández et al., 2024).

A cobertura da educação superior tem aumentado, mas a eficiência ainda é baixa. Na América Latina e no Caribe, a matrícula líquida na educação superior dobrou nas últimas duas décadas (BID, 2020). Como em toda a região, no Cone Sul a cobertura vem aumentando, embora com disparidades entre os países (Gráfico 2.8). A matrícula líquida de jovens em idade teórica para frequentar esse nível é de cerca de 40 por cento no Chile e na Argentina, mas de apenas 20 por cento no Brasil. No entanto, a taxa de graduação no ensino superior ainda é baixa. Em 2021/22, a taxa bruta de graduação em bacharelado e/ou mestrado[12] foi próxima de 15 por cento na Argentina, no Chile e no Uruguai, enquanto na OCDE foi, em média, de cerca de 48 por cento.

12 Número de graduados em programas de bacharelado, mestrado ou especialização (níveis 6 e 7 da ISCED), expresso como porcentagem da população na idade teórica de graduação. Fonte: Banco de dados do Instituto de Estatística da UNESCO (UIS), http://data.uis.unesco.org, [08/2024].

Gráfico 2.8. Taxa líquida de matrícula no ensino superior



Fonte: Elaboração das autoras com base no CIMA-BID.

Notas: A taxa líquida é definida como o número de estudantes matriculados no ensino superior e que têm a idade correspondente ao nível, dividido pela população nessa faixa etária. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru, Paraguai, El Salvador, Uruguai e Venezuela.

Embora mais mulheres estejam se matriculando no ensino superior, há uma diferença em favor dos homens no acesso à educação na área de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês de *science, technology, engineering and mathematics*). Taxas mais altas de conclusão do ensino médio entre as mulheres se traduzem em taxas de matrícula no ensino superior nos cinco países do Cone Sul e no restante da América Latina e do Caribe (painel B do Gráfico 2.8). No entanto, existem diferenças em termos das áreas de estudo. Um estudo da região realizado pelo BID, que inclui todos os países do Cone Sul, mostra que as mulheres são minoria no campo da engenharia, indústria e construção e em tecnologias da informação e comunicação (López-Bassols et al., 2018). O Chile é um dos países com maiores disparidades nesse sentido. Segundo o WEF (2023), do total de graduados do ensino superior em STEM, 37 por cento são mulheres no Brasil, 44 por cento

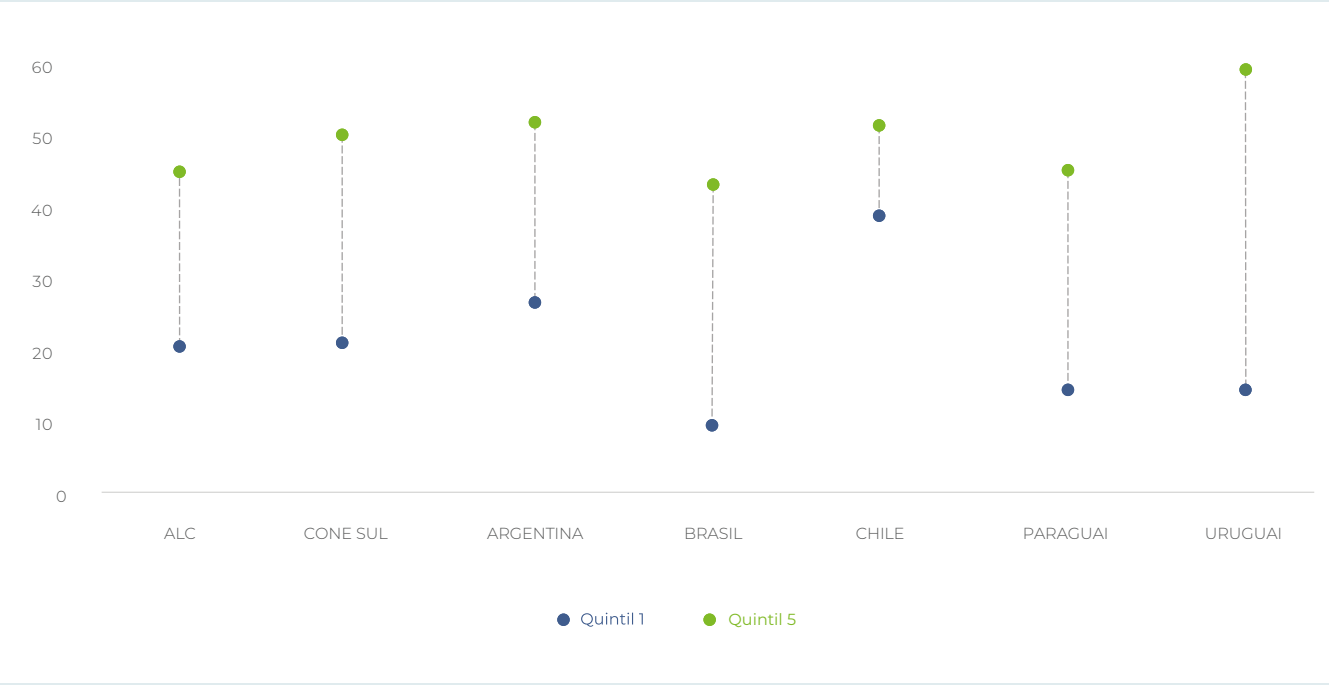
Embora mais mulheres estejam se matriculando no ensino superior, há uma diferença em favor dos homens no acesso à educação na área de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

no Uruguai e apenas 19 por cento no Chile, em comparação com cerca de 30 por cento na OCDE (Berniell et al., 2023). Nesses três países, como na maioria dos países da América Latina e do Caribe, a educação e a saúde se destacam como os dois campos de estudo onde as mulheres estão super-representadas, constituindo mais de 70 por cento dos graduados (Berniell et al., 2023). É importante observar esse ponto, pois os retornos do mercado de trabalho em carreiras de STEM são mais altos do que os de saúde ou educação, contribuindo para a diferença salarial de gênero em desfavor das mulheres.

No Cone Sul, a taxa líquida de matrícula no quintil mais rico é, em média, quase três vezes superior à do quintil mais pobre.

As desigualdades de acordo com o nível socioeconômico que ocorrem no ensino médio persistem no ensino superior. Os jovens do quintil superior de renda têm uma probabilidade significativamente maior do que os do primeiro quintil de chegar ao ensino superior. No Cone Sul, a taxa líquida de matrícula no quintil mais rico é, em média, quase três vezes superior à do quintil mais pobre (Gráfico 2.9.). De fato, a diferença entre o quintil mais rico e o mais pobre é maior no Cone Sul do que na América Latina e no Caribe como um todo. Embora o acesso do quintil mais pobre ao ensino superior tenha melhorado em todos os países do Cone Sul, para continuar avançando na redução dessas diferenças é preciso reverter os baixos níveis de conclusão do ensino médio entre os estudantes de menor renda. Além disso, pode ser que estudantes de origens socioeconômicas mais baixas estejam recebendo informações insuficientes sobre custos, oportunidades de financiamento e benefícios do ensino superior, além de enfrentar barreiras financeiras (BID, 2017). Embora exista a possibilidade de acesso ao ensino superior gratuito na região, há custos econômicos associados, como o deslocamento de jovens para outras cidades para estudar e a perda de renda devido a salários não percebidos.

Gráfico 2.9. Taxa líquida de matrícula no ensino superior por quintil de renda



Fonte: Elaboração das autoras com base na CIMA.

Notas: Os dados correspondem a 2021/22. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru, Paraguai, El Salvador, Uruguai e Venezuela.

Impacto das intervenções: o que dizem as evidências?[13]

Os dados apresentados neste capítulo destacam a importância da implementação de políticas específicas, que procurem melhorar a educação e a formação dos jovens de grupos desfavorecidos e compensar as diferenças do processo educacional.

Os dados apresentados neste capítulo destacam a importância da implementação de políticas específicas, que procurem melhorar a educação e a formação dos jovens de grupos desfavorecidos e compensar as diferenças do processo educacional. Além da focalização, os esforços também deveriam abordar as razões intrínsecas pelas quais os alunos abandonam o ensino médio, que na região estão relacionadas com altos custos de oportunidade e falta de interesse (BID, 2017). Em particular, os dados mostram que as três principais razões relatadas pelos jovens que abandonam precocemente o sistema educacional no Cone Sul são trabalho (principalmente entre homens), tarefas domésticas e de cuidados (principalmente entre mulheres) e falta de interesse.

Intervenções eficazes por parte da comunidade e da escola incluem detecção precoce de riscos, fornecimento de um ambiente escolar seguro e ofertas educacionais flexíveis e de qualidade. Do lado da oferta, busca-se abordar fatores institucionais e contextuais por meio de intervenções pedagógicas tradicionais, como aulas particulares, sistemas de detecção precoce de evasão escolar e ações no âmbito do sistema educacional, incluindo gestão de centros escolares, extensão de horários etc. Os sistemas de detecção precoce demonstraram reduzir a evasão escolar, ao permitir a tomada de medidas oportunas (Frazelle e Nagel, 2015). Programas de tutoria e *coaching* individual também reduzem as taxas de evasão (Sinclair et al., 1998, 2005; Banerjee et al., 2007). Os serviços de apoio podem incluir aconselhamento psicológico, orientação vocacional e apoio acadêmico adicional. Uma educação flexível, híbrida e modulável pode desempenhar um papel fundamental na retenção de alunos (De Witte e Rogge, 2013; Simpson, 2002; Wilkins e Bost, 2016). Para garantir que os graduados do ensino médio tenham as habilidades necessárias para continuar seus estudos ou ingressar no mercado de trabalho, é essencial ter professores qualificados e especializados nas disciplinas que lecionam, adotando abordagens pedagógicas relevantes e atualizadas (Betts et al., 2003; Clotfelter et al., 2010; Goldhaber e Brewer, 2000). Abordagens pedagógicas baseadas na resolução de problemas são mais eficazes do que a aprendizagem passiva na preparação de estudantes para o mercado de trabalho atual (Bando et al., 2019; Yew e Goh, 2016), pois promovem habilidades críticas e analíticas ao enfrentar problemas reais.

13 Esta seção foi construída com base no "Documento do Marco Setorial de Desenvolvimento de Competências do BID", Setor Social (BID, 2020), que discute detalhadamente os problemas estruturais dos sistemas educacionais e suas causas.

Os sistemas de formação profissional técnica apresentam uma oportunidade para muitos jovens, ao proporcionar habilidades práticas e responder à demanda por trabalhadores qualificados. Há evidências de que as taxas de evasão são significativamente mais baixas nas escolas técnicas de nível médio (CTE, 2020; Elacqua et al., 2019;). Mas é importante assegurar a relevância e a qualidade da formação profissional técnica, promovendo a transparência e a participação da indústria na definição de padrões. É crucial que as avaliações de resultados de aprendizagem sejam baseadas em demonstrações práticas no trabalho ou em ambientes simulados (Anane, 2013; ENQA-VET, 2009; OIT, 2017; UNESCO, 2013). Os professores de disciplinas técnicas devem ter experiência de trabalho na indústria e formação pedagógica suficiente (Florez e Jayaram, 2016; UNESCO, 2013), e as instituições devem oferecer acesso a infraestrutura e equipamentos especializados relevantes (Di Gropello, 2006; UNESCO, 2014). A prática de trabalho e os programas de aprendizagem dual têm se mostrado eficazes no desenvolvimento de habilidades técnicas, na redução do desemprego juvenil e na melhoria da inserção no mercado de trabalho, em comparação com outros tipos de educação técnica (Fazio et al., 2016; Quintini et al., 2007; Winkelmann, 1996).

Do ponto de vista individual e familiar, intervenções efetivas para reduzir a evasão escolar, especialmente em populações vulneráveis, são aquelas que reduzem as barreiras à frequência escolar. Mecanismos de apoio econômico, como transferências de renda e bolsas de estudo, tiveram efeitos positivos nas taxas de matrícula e retenção, no ensino médio, de alunos das populações mais vulneráveis no México, Colômbia, Chile, Argentina, Brasil e Uruguai (Attanasio et al., 2010; BID, 2017; Bérgolo et al., 2016; Edo e Marchionni, 2019; Gaiger Silveira et al., 2014; Glewwe e Kassouf, 2012; Riccio et al., 2013; Rodríguez-Planas, 2012). No entanto, a política de transferências condicionadas de renda para famílias vulneráveis não mostrou um impacto claro na aprendizagem escolar e nas habilidades cognitivas de crianças e jovens beneficiários (Fernald et al., 2009; Fiszbein et al., 2009). Isso pode ser devido a transferências insuficientes para remover outras barreiras que dificultam a aprendizagem, como problemas de nutrição e/ou saúde mental, baixa pertinência da educação ou acesso limitado a investimentos complementares, como livros e materiais didáticos (BID, 2017; Novella et al., 2018). Cabe destacar que os programas de transferência de renda geralmente são direcionados a famílias com filhos menores de 18 anos, excluindo jovens mais velhos. Em relação aos efeitos de longo prazo dessas políticas, que abrangem resultados na etapa da educação superior, as evidências são mais escassas e contraditórias, embora impactos positivos tenham sido relatados no Chile e em países fora do Cone Sul (Attanasio et al., 2021; Barrera-Osorio et al., 2019; Molina Millán et al., 2019a; Molina Millán et al., 2019b; Neidhofer e Niño-Zarazua, 2019; Parker e Vogl, 2018). No caso do Uruguai, Amarante e Katzkowicz (2023) mostram que quanto maior a exposição ao programa (meses de pagamento), maior a probabilidade de matrícula no ensino superior e de ser estudante universitário de primeira geração, mas não são detectados efeitos nas taxas de conclusão do ensino superior, nem impactos na frequência à universidade. Outro mecanismo adotado na região são as políticas de bolsas de estudo. Por exemplo, o programa Compromisso

Educativo no Uruguai apresentou resultados positivos em termos de queda da evasão e aumento de aprovações e matrículas (Queijo et al., 2018). Da mesma forma, intervenções que fortalecem o apoio familiar, prestando informações adequadas sobre os benefícios da graduação, promovem a matrícula, o desempenho acadêmico e a retenção nos níveis médio e pós-médio (Avitabile e de Hoyos, 2015; Bonilla et al., 2019; Jensen, 2010; Rogers e Feller, 2018). Por fim, destacam-se as intervenções que permitem articular o estudo com o cuidado, tema discutido no próximo capítulo.

Há evidências favoráveis dos efeitos das políticas de acesso mais igualitário ao ensino superior. O BID (2017) apresenta uma discussão detalhada das intervenções que promovem o acesso e, ao mesmo tempo, garantem a qualidade do ensino superior nos países da região. Essas intervenções giram em torno de dois eixos: aliviar as dificuldades financeiras para facilitar o acesso e estabelecer mecanismos para garantir qualidade e pertinência. Um exemplo na região é uma política de ação afirmativa para aumentar o acesso de estudantes do ensino médio público a uma universidade no Brasil. Verificou-se que a política produziu uma redistribuição significativa, uma vez que quase 10 por cento dos candidatos admitidos não teriam ingressado na universidade na ausência dessa política. Produz-se, assim, uma redistribuição de vagas de pessoas de contextos socioeconômicas mais favorecidas para outras de contextos menos favorecidas (Estevan et al., 2018). O estudo não detecta distorções de comportamento por parte dos candidatos. Também no Brasil, Duryea et al. (2023) detectaram que a frequência a uma universidade de prestígio com mensalidades gratuitas aumenta a renda de estudantes de baixo nível socioeconômico em 26 por cento, mas tem um efeito insignificante entre estudantes de renda alta. O resultado é explicado pelo fato de que, se não forem admitidos, a maioria dos candidatos de baixa renda se forma em cursos que implicam retornos mais baixos no mercado; por outro lado, os candidatos de alta renda que não são admitidos encontram alternativas (ensino particular, redes de contatos) em que suas trajetórias salariais não variam. Na mesma linha, os estudos sobre cotas na educação para estudantes tradicionalmente excluídos das universidades encontraram, em grande parte, impactos positivos; ver em BID (2022) uma análise detalhada desses tipos de políticas. Por exemplo, os efeitos positivos das cotas públicas para afrodescendentes e indígenas nas universidades do Brasil, a partir de 2010, foram documentados por vários trabalhos (Francis-Tan e Tannuri Pianto, 2018; Mello, 2022). Dado o papel do ensino superior como mecanismo de mobilidade social, esses resultados ressaltam a importância de avançar em mecanismos de acesso mais igualitários em termos de oportunidades, para minimizar o papel das circunstâncias.

Em resumo

- No Cone Sul, houve avanços importantes na cobertura e no aumento dos anos de escolaridade da população. Esses avanços permitiram que as gerações mais jovens tivessem mais anos de estudo do que as coortes mais velhas.

- No entanto, os jovens do Cone Sul, e especialmente aqueles de contextos socioeconômicos desfavorecidos, apresentam defasagens importantes em termos de conclusão e aprendizagem. Isso se reflete em baixo desempenho acadêmico, altas taxas de evasão escolar precoce, baixas taxas de matrícula no ensino superior e formação profissional insuficiente. Em vários indicadores educacionais apresentados, as diferenças no Cone Sul entre o quintil mais pobres e o mais rico são maiores do que na América Latina e no Caribe em geral.

- O Chile ocupa uma posição de destaque no Cone Sul em termos de financiamento, cobertura e eficiência do ensino médio, enquanto o Paraguai apresenta defasagens maiores em quase todas as dimensões. Em posição intermediária estão Argentina, Brasil e Uruguai, com níveis relativamente altos de cobertura no ensino médio (embora com espaço para melhorias, especialmente entre meninos, jovens de áreas rurais, de quintis mais baixos e jovens indígenas e afrodescendentes), mas com baixos níveis de eficiência em termos de taxas de conclusão do ensino médio, evasão precoce e altos percentuais de repetência.

- Os dados apresentados neste capítulo destacam a importância de contar com políticas específicas que visem melhorar a educação e a formação de jovens de grupos mais desfavorecidos e compensar as diferenças no processo educacional. Uma combinação de intervenções voltadas para a redução de barreiras, a criação de ambientes positivos, a relevância e qualidade dos programas educacionais e o foco na equidade é fundamental para garantir que todos os estudantes concluam o ensino médio com as habilidades necessárias para continuar aprendendo e obter empregos de alta qualidade.

CAPÍTULO 3.
NAVEGANDO NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A JUVENTUDE

Nos países do Cone Sul, a incorporação de jovens ao mercado de trabalho apresenta complexidades. Os jovens que decidem participar do mercado de trabalho enfrentam vários problemas, incluindo uma probabilidade relativamente baixa de conseguir emprego e uma baixa qualidade dos empregos em que conseguem se inserir. Isso se deve, entre outras coisas, a falta de experiência, desajuste de habilidades, pouca informação sobre o mercado de trabalho, ausência de redes de contatos e jornadas de trabalho incompatíveis com os estudos ou tarefas de cuidados e domésticas (BID, 2017; Novella et al., 2018; Rodríguez e Sotto, 2023). Os jovens que participam do mercado de trabalho tendem a apresentar taxas de desemprego mais altas. Esse fenômeno, presente em todo o mundo, deve-se, em certa medida, à rotatividade de mão de obra mais frequente nas etapas iniciais do ciclo de vida. Os dados indicam que, como em outras regiões, os jovens da América Latina e do Caribe passam mais tempo do que os trabalhadores mais velhos procurando empregos que correspondam às suas preferências (Cunningham et al., 2016).

Os jovens que decidem participar do mercado de trabalho enfrentam vários problemas, incluindo uma probabilidade relativamente baixa de conseguir emprego e uma baixa qualidade dos empregos em que conseguem se inserir.

A inatividade dos jovens pode ter efeitos permanentes (*scarring effects*) em suas trajetórias de trabalho futuras. Os episódios de desemprego durante a juventude, se forem de longa duração, podem ter efeitos de longo prazo na empregabilidade dos indivíduos, na sua renda e nas suas possibilidades de acesso a empregos de qualidade (Arulampalam et al., 2001; Bell e Blanchflower, 2010; Cruces et al., 2012). Os empresários podem considerar que os períodos de desemprego na juventude são um sinal negativo, associado à baixa produtividade do trabalhador, aumentando a probabilidade de não o contratar ou de lhe oferecer um cargo inferior. As evidências mostram que os períodos de desemprego durante a juventude podem gerar reduções de mais de 20 por cento na renda de trabalhadores com mais de 40 anos de idade (Gregg e Tominey, 2005), especialmente no caso de trabalhadores pouco qualificados (Burgess et al., 2003). Esses episódios também podem afetar a autoestima e até mesmo a saúde mental das pessoas no longo prazo (Strandh et al., 2014).

Trabalhar ou estudar?

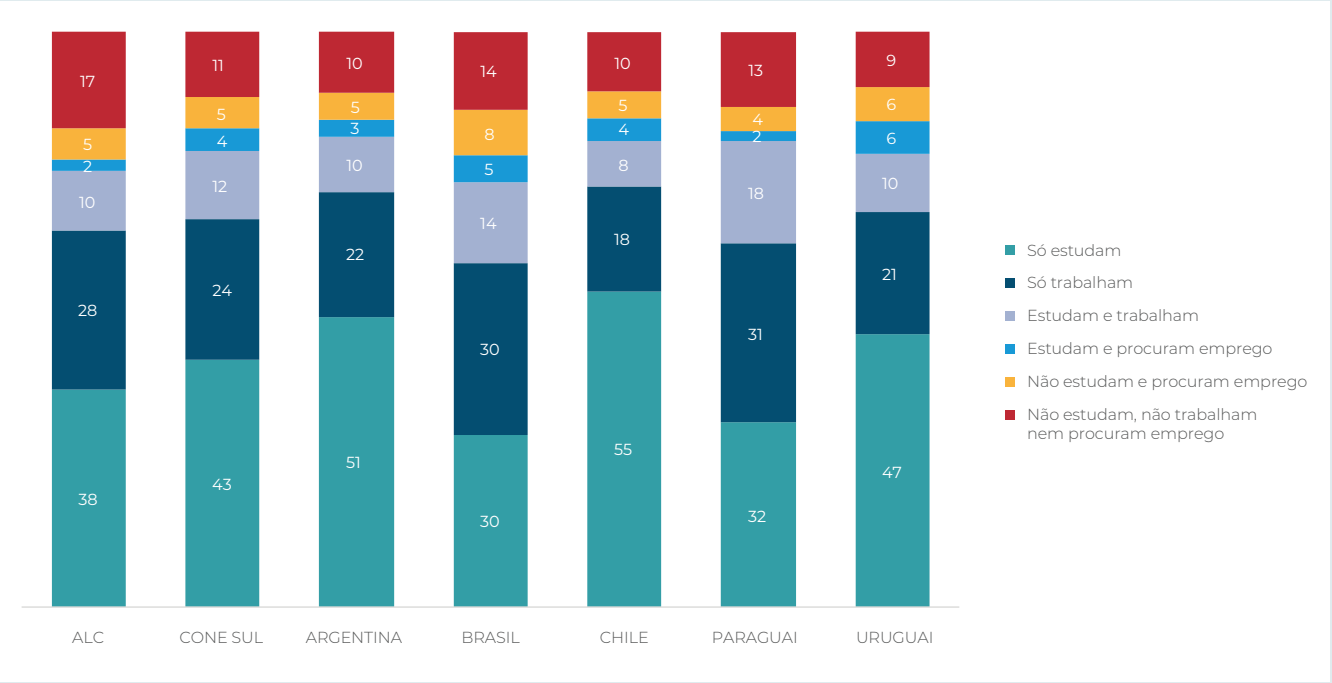
Dos 44 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos que viviam no Cone Sul em 2022, 23 milhões participavam do mercado de trabalho: 18 milhões estavam empregadas e 5 milhões desempregadas. Além disso, 15 milhões apenas estudavam e quase 6 milhões não estudavam, não trabalhavam nem procuravam trabalho (nem-nem-nem).

Aproximadamente metade dos jovens do Cone Sul participa do mercado de trabalho, número comparável ao dos países da OCDE.[14] Dos 44 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos que viviam no Cone Sul em 2022, 23 milhões participavam do mercado de trabalho: 18 milhões estavam empregadas e 5 milhões desempregadas. Além disso, 15 milhões apenas estudavam e quase 6 milhões não estudavam, não trabalhavam nem procuravam trabalho (nem-nem-nem). A participação dos jovens no mercado de trabalho é maior no Brasil e no Paraguai, onde a porcentagem que frequenta o sistema educacional é relativamente baixa, enquanto na Argentina, no Chile e no Uruguai, cerca de metade dos jovens se dedica exclusivamente aos estudos (porcentagem superior à média da América Latina e do Caribe).

Em comparação com a OCDE, no Cone Sul há, em termos relativos, menos jovens que apenas estudam, menos jovens que conseguem conciliar estudo e trabalho, mais jovens que se dedicam exclusivamente ao trabalho e mais nem-nem. Na faixa etária de 18 a 24 anos, a principal diferença em relação à média da OCDE está no percentual que estuda (Gráfico A2 do Anexo). Enquanto na OCDE, em média, 55 por cento dos jovens nessa faixa etária estão inseridos no sistema educacional, no Cone Sul essa porcentagem cai para 44 por cento (36 por cento na média da América Latina e do Caribe). Essa diferença é explicada principalmente por uma proporção maior de jovens no Cone Sul que não estuda nem trabalha (22 por cento no Cone Sul; 16 por cento na OCDE) e, em menor medida, por uma proporção maior de jovens que apenas trabalham. A proporção de jovens que trabalham nessa faixa etária é semelhante, em torno de 50 por cento na OCDE, na América Latina e Caribe e no Cone Sul; mas na OCDE, 17 por cento desses jovens conseguem conciliar trabalho com estudo, em comparação com 14 por cento no Cone Sul e 11 por cento na América Latina e no Caribe.

14 Um jovem que participa do mercado de trabalho é aquele que está empregado ou que, estando desempregado, está procurando ativamente um emprego.

Gráfico 3.1. Distribuição de jovens segundo atividades



Fonte: SCL Data-IDB.

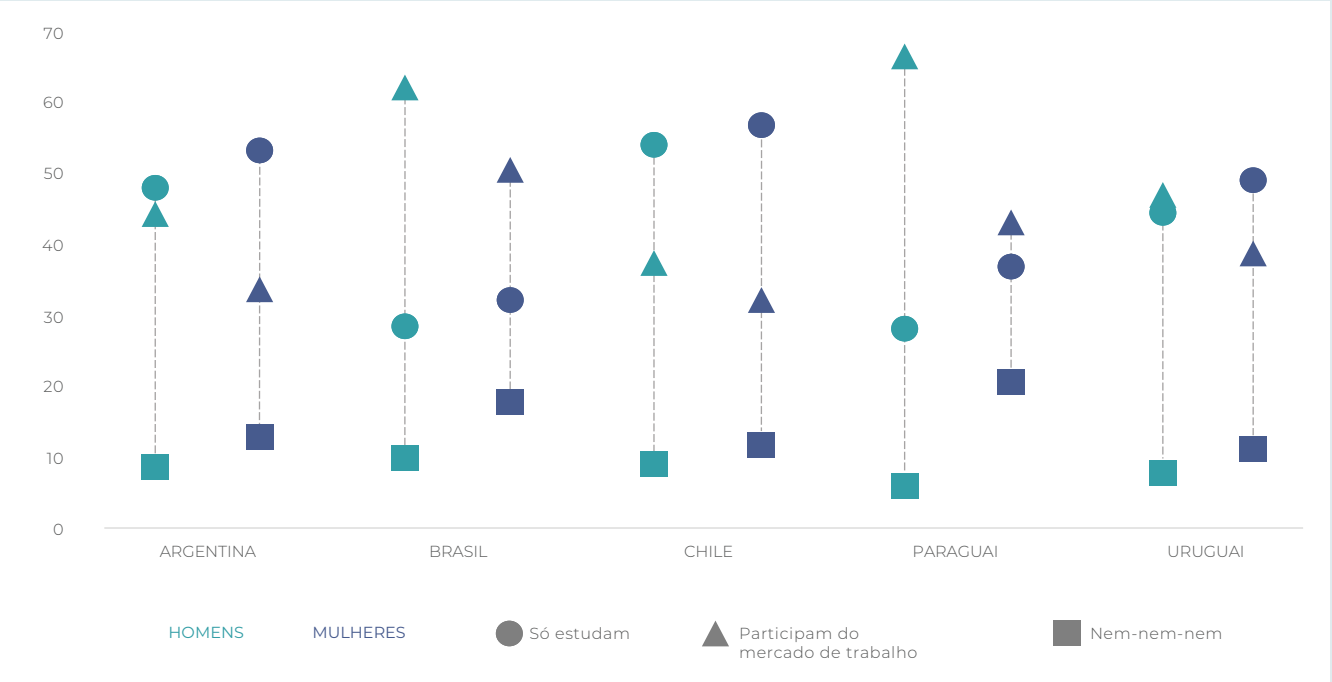
Notas: Os dados correspondem a 2021-2022. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Suriname e Venezuela.

Para os mais jovens (15 a 19 anos), as taxas de participação no mercado de trabalho e no emprego são menores, visto que há uma porcentagem maior que apenas estuda. A taxa de emprego no Cone Sul entre os mais jovens (15 a 19 anos) é, em média, de 18 por cento, e de 55 por cento no grupo de 20 a 24 anos (Gráfico A2 no Anexo). No grupo mais jovem, em média, 9 por cento dos jovens entre 15 e 19 anos se dedicam exclusivamente ao trabalho (entre 5 por cento no Chile e 15 por cento no Paraguai); no grupo de 20 e 24 anos, esse percentual chega a 31 por cento no Chile e 47 por cento no Paraguai (em média 40 por cento no Cone Sul). A entrada precoce no mercado de trabalho, associada ao desemprego ou ao emprego precário, conforme discutido mais adiante, e que limita as possibilidades de continuar frequentando o sistema educacional, representa um risco importante para adolescentes e jovens (Rossel e Filgueira, 2015).

Entre os jovens de 15 a 24 anos, os homens participam mais do mercado de trabalho. Essa diferença é explicada em todos os países tanto por uma maior proporção de mulheres que apenas estudam, como por mais mulheres que não estudam nem participam do mercado de trabalho (nem-nem-nem), o que está associado à realização de tarefas domésticas e de cuidados, que recaem predominantemente sobre as mulheres.

A lacuna de gênero no emprego é observada desde a juventude. Entre os jovens de 15 a 24 anos, os homens participam mais do mercado de trabalho (Gráfico 3.2). Isso é consistente com as evidências que mostram que as mulheres no Cone Sul estão defasadas em termos de participação no mercado de trabalho, horas trabalhadas e renda, e que dedicam aproximadamente o dobro de horas semanais ao trabalho não remunerado do que seus pares masculinos (Frisancho e Queijo, 2022; OCDE, 2022). A lacuna de gênero na participação dos jovens no mercado de trabalho é de 10 pontos percentuais na Argentina, 12 no Brasil, 5 no Chile, 23 no Paraguai e 8 no Uruguai. Essa diferença é explicada em todos os países tanto por uma maior proporção de mulheres que apenas estudam, como por mais mulheres que não estudam nem participam do mercado de trabalho (nem-nem-nem), o que está associado à realização de tarefas domésticas e de cuidados, que recaem predominantemente sobre as mulheres. Um ponto a destacar é que essa lacuna diminuiu significativamente entre 2011 e 2022, exceto no Paraguai, onde se manteve constante. Da mesma forma, essa lacuna de gênero é menor no caso dos jovens do que dos adultos, dentre os quais atinge cerca de 20 pontos percentuais, em média, nos países do Cone Sul.

Gráfico 3.2. Distribuição dos jovens segundo atividades, por gênero



Fonte: SCL Data-BID. Notas: homens em verde e mulheres em violeta. Os dados correspondem a 2022.

O desafio do desemprego juvenil

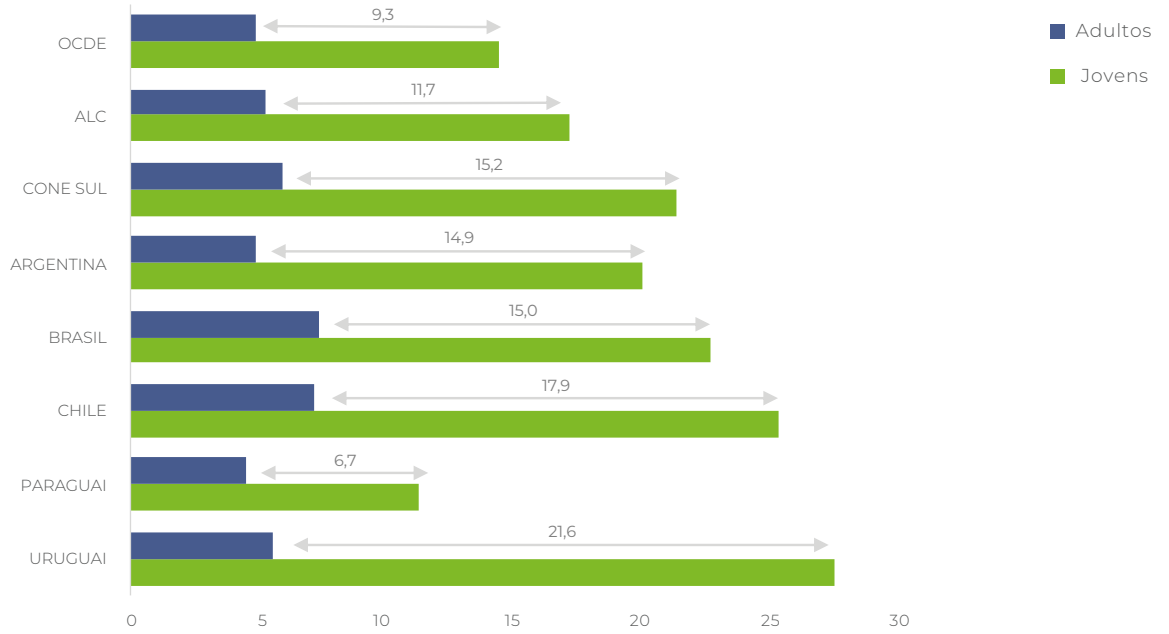
Tanto o nível de desemprego juvenil como sua diferença com o desemprego adulto são maiores no Cone Sul do que na América Latina e Caribe e na OCDE. Em 2022, a taxa de desemprego juvenil no Cone Sul foi de 21 por cento - acima média da região e da OCDE - e três vezes e meia superior à das pessoas com mais de 25 anos, que foi de 6 por cento (Gráfico 3.3). Comparativamente, as taxas de desemprego juvenil e adulto na América Latina foram de 17 por cento e 5 por cento, respectivamente, e na OCDE de 14 por cento e 5 por cento, respectivamente. Enquanto o desemprego juvenil é mais pronunciado do que o adulto em todas as regiões, no Cone Sul é mais alto, e a lacuna entre as taxas de desemprego juvenil e adulto é maior.[15] Em termos de educação, as vantagens dos jovens do Cone Sul sobre os da América Latina não parecem ser transferidas para o mercado de trabalho. Essa discrepância é ainda mais acentuada no caso de mulheres jovens, cujo nível de

Em termos de educação, as vantagens dos jovens do Cone Sul sobre os da América Latina não parecem ser transferidas para o mercado de trabalho.

15 Seria interessante estudar, no futuro, se o fato de o desemprego juvenil ser maior no Cone Sul do que em outras regiões pode estar relacionado com diferentes padrões de migração de jovens em cada região.

escolaridade geralmente excede o dos homens, embora elas enfrentem taxas de desemprego mais altas.

Gráfico 3.3. Taxa de desemprego juvenil e adulto



Fuente: SCL Data-BID, OCDE 2024 https://doi.org/10.1787/997c8750-en.

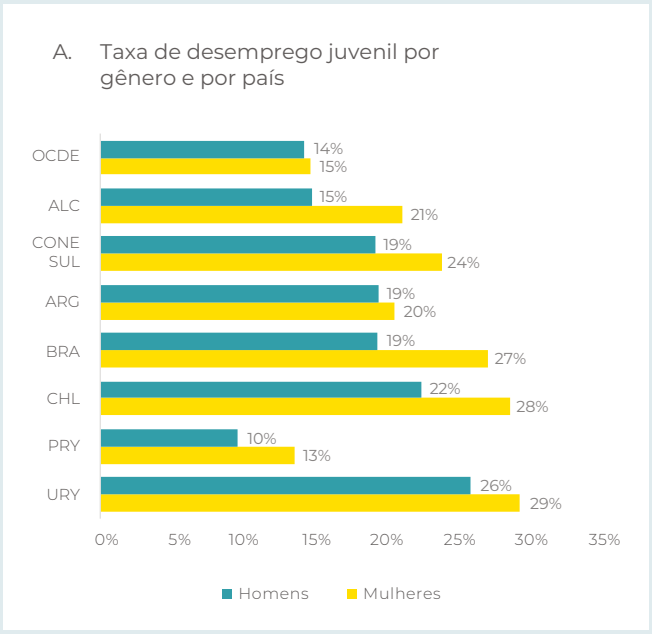
Notas: los datos corresponden a 2021-2022. Los datos de adultos corresponden a personas de entre 25 y 74 años. Los datos de cada región corresponden al promedio simple de sus países. El dato de OCDE incluye a todos los países miembros excepto Nueva Zelanda y Suiza y el dato de ALC incluye a Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Panamá, Paraguay, Perú, Surinam, Uruguay y Venezuela.

As maiores taxas de desemprego são observadas entre mulheres, jovens urbanos, os que vivem em famílias de menor renda e jovens indígenas e afrodescendentes.

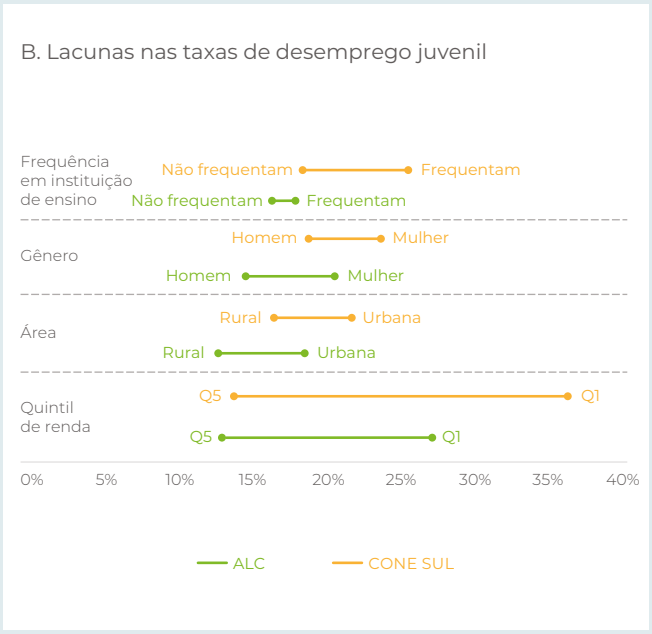
As maiores taxas de desemprego são observadas entre mulheres, jovens urbanos, os que vivem em famílias de menor renda e jovens indígenas e afrodescendentes. Existem heterogeneidades nos desafios dos jovens que participam do mercado de trabalho, e essas heterogeneidades são relevantes para a formulação de políticas públicas. Em consonância com o que ocorre na região em geral, em todos os países do Cone Sul constata-se que o desemprego juvenil afeta mais as mulheres do que os homens. Também se observa que a taxa de desemprego é mais elevada entre os jovens que vivem no meio urbano, bem como entre os jovens que vivem em famílias de menor renda (Gráfico 3.4). Cabe ressaltar que o desemprego juvenil no Cone Sul é, em média, maior do que na América Latina e no Caribe, sendo essa tendência mais pronunciada nos quintis mais pobres da distribuição de renda. Por fim, os jovens matriculados no sistema

educacional tendem a apresentar taxas de desemprego mais altas no Cone Sul, o que poderia ser explicado por suas maiores exigências e aspirações na hora de procurar emprego (Amarante et al., 2011). O Capítulo 4 analisa as lacunas étnico-raciais, destacando que jovens indígenas e afrodescendentes também apresentam taxas maiores de desemprego. Dados do Brasil e do Uruguai, de 2022, mostram que mulheres jovens afrodescendentes enfrentam taxas de desemprego de 30 por cento.

Gráfico 3.4. Disparidades no desemprego de jovens



Fonte: SCL Data-BID, OCDE 2024
https://doi.org/10.1787/997c8750-en.
Notas: Os dados correspondem a 2021-2022. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da OCDE incluem todos os países membros, exceto Dinamarca, Suíça e Nova Zelândia, e os dados da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.



Fonte: SCL Data-BID.
Notas: Os dados correspondem a 2021-2022. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Os dados de área urbana/rural não incluem a Argentina.

Condições de trabalho precárias: um problema generalizado

Em média, nos países do Cone Sul 60 por cento dos jovens empregados enfrentam restrições em seus empregos, seja na forma de informalidade, subemprego ou ambas.

Os jovens do Cone Sul enfrentam condições de trabalho desfavoráveis, que se manifestam na forma de maior informalidade e subemprego. Em média, nos países do Cone Sul 60 por cento dos jovens empregados enfrentam restrições em seus empregos, seja na forma de informalidade, subemprego ou ambas simultaneamente (Gráfico 3.5.). Além disso, estão inseridos em setores de menor produtividade, em empregos mais inseguros e com salários mais baixos em comparação com outras faixas etárias (CEPAL, 2016; Espejo e Espíndola, 2015). Os números refletem a precariedade no trabalho enfrentada pelos jovens: em 2022, em média, a taxa de informalidade foi de 56 por cento entre os jovens e 42 por cento entre os adultos (Gráfico 3.5). Embora essa comparação não diferencie o fato de que os adultos tiveram mais tempo para terminar seus estudos e alcançar resultados melhores no mercado de trabalho, a diferença em relação aos adultos é maior no Cone Sul do que na América Latina e no Caribe. Em 2022, havia 9 milhões de jovens em empregos informais no Cone Sul. De cada 10 trabalhadores jovens, 8 tinham um emprego informal no Paraguai, 7 na Argentina, 5 no Brasil, 4 no Chile e 3 no Uruguai. O subemprego, definido como aqueles empregados que trabalham 30 horas por semana ou menos e que estão dispostos a trabalhar mais, também é maior entre os jovens (15 por cento em média) do que entre os adultos (9 por cento em média), em todos os países do Cone Sul. Embora as taxas de desemprego juvenil nas áreas rurais sejam geralmente mais baixas do que nas áreas urbanas, os jovens que vivem em áreas rurais enfrentam maiores restrições em seus empregos (informalidade e/ou subemprego). Essas restrições de trabalho afetam 65 por cento dos jovens empregados em áreas rurais, em comparação com 55 por cento em áreas urbanas. O Capítulo 4 analisa as lacunas étnico-raciais, destacando que jovens indígenas e afrodescendentes também apresentam taxas maiores de informalidade. Dados do Brasil e do Uruguai mostram que a taxa de informalidade em ambos os países é cerca de 10 pontos percentuais maior entre jovens indígenas e afrodescendentes do que entre o restante dos jovens.

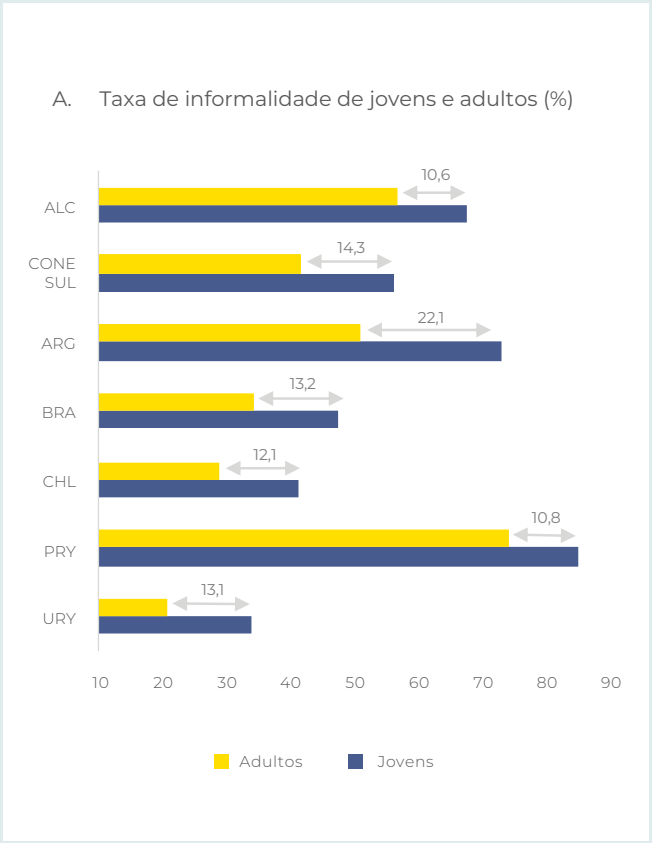
A precariedade do trabalho dos jovens também se manifesta em baixos salários e baixo acesso a benefícios trabalhistas e proteção social. Os jovens do Cone Sul trabalham, em média, 36 horas por semana e ganham, mensalmente, metade do que ganham os adultos entre 25 e 64 anos (que trabalham em média 40 horas semanais). Além disso, em média, 43 por cento dos jovens recebem um salário inferior a um salário mínimo - em contraste com 24 por cento dos

Em 2022, havia 9 milhões de jovens em empregos informais no Cone Sul.

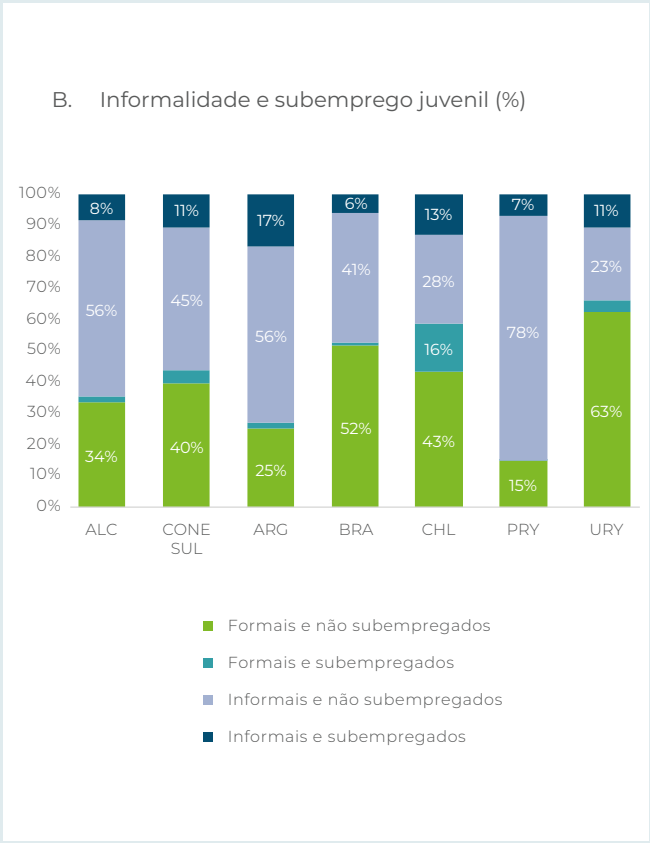
adultos entre 25 e 64 anos - e têm menos acesso a benefícios sociais, o que os coloca em uma situação de maior vulnerabilidade. Na média dos países do Cone Sul, para 32 por cento dos jovens ocupados da região, a renda do trabalho é insuficiente para garantir um nível básico de consumo (menos de USD 1,95 de poder de compra por dia em PPC de 2011); entre os adultos de 25 a 64 anos, esse número cai para 20 por cento. Cabe destacar que parte da diferença salarial é explicada pela maior experiência dos adultos. O mercado valoriza a experiência, pois os indivíduos se tornam mais produtivos à medida que ganham mais experiência em seus empregos, ao adquirir novas habilidades (BID, 2017). Dados do Brasil mostram que cada ano de experiência no mercado de trabalho significa cerca de 2,4 por cento a mais no salário para trabalhadores sem o ensino médio, e 8,0 por cento para trabalhadores com ensino médio completo (BID, 2017).

Em média, 43 por cento dos jovens recebem um salário inferior a um salário mínimo.

Gráfico 3.5. Qualidade do emprego juvenil



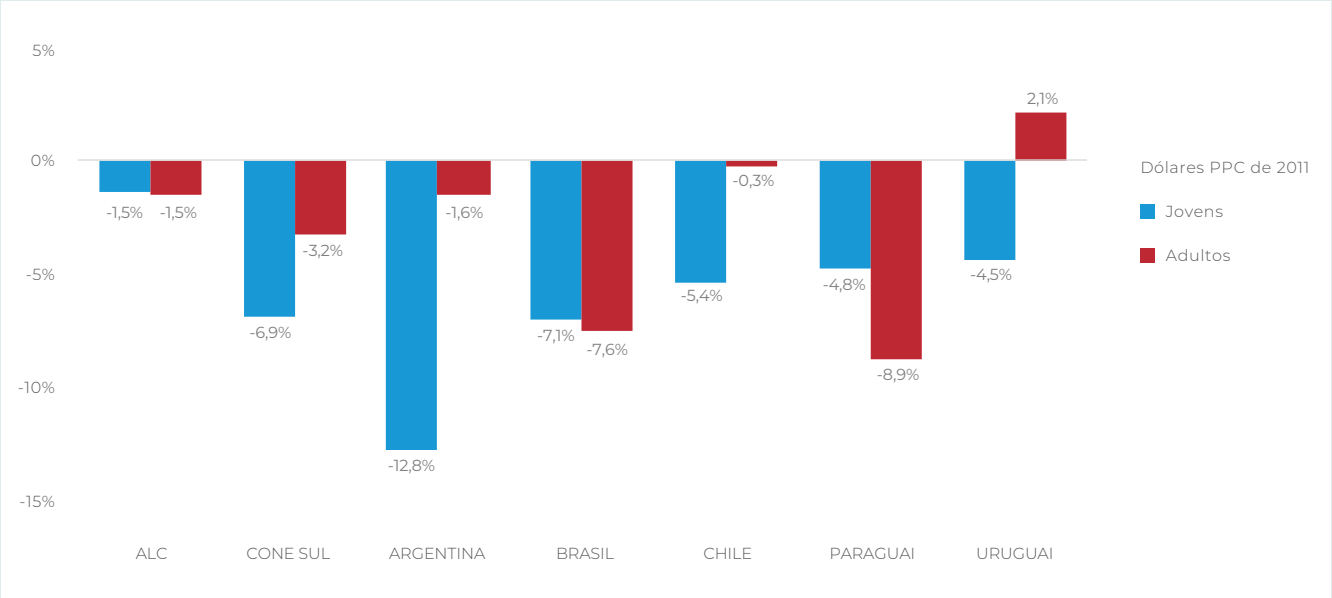
Fonte: SCL Data-BID. Notas: porcentagem de trabalhadores que não contribuem para a previdência social em relação à população empregada. Os dados correspondem a 2021-2022. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países e os da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Uruguai.



Fonte: SCL Data-BID.
Notas: Os dados correspondem a 2021-2022. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países e os da ALC incluem Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Uruguai.

Os jovens tendem a ser mais vulneráveis a crises econômicas, e o Cone Sul não é exceção. Passado o ciclo de auge das commodities – que terminou por volta de 2014 – a América Latina entrou em um contexto de baixo crescimento e pouca criação de empregos. Somam-se a isso os impactos negativos da pandemia. Dessa forma, o mercado de trabalho perdeu dinamismo nos últimos dez anos, e os jovens foram os mais afetados. Por exemplo, a taxa média de desemprego juvenil nos cinco países do Cone Sul passou de 17 por cento em 2013 para 21 por cento em 2022, e a de desemprego adulto, de 4 por cento para 6 por cento no mesmo período. A combinação de informalidade e contratos instáveis transformou os jovens em trabalhadores cada vez mais pobres, como mostra a evolução dos salários reais na última década. Considerando a média dos países do Cone Sul, em 2022 a renda mensal dos trabalhadores entre 15 e 24 anos, em média e em dólares PPC de 2011, caiu 7 por cento em relação a 2013, enquanto a renda dos adultos entre 25 e 64 anos caiu 3 por cento (Gráfico 3.6.). Durante a pandemia, os jovens foram mais afetados em termos de perda de emprego, devido à grande proporção que estava no mercado de trabalho informal e à sua maior presença em setores fortemente afetados como restaurantes, hotéis e comércio. A recuperação dos níveis de emprego dos jovens foi mais lenta em relação à da população adulta; esse fenômeno foi explicado em maior medida pelo aumento da inatividade (Nações Unidas, 2021b). Em 2022, as taxas de participação no mercado de trabalho de jovens de 15 a 24 anos no Brasil, Chile, o Paraguai e Uruguai ficaram abaixo dos níveis pré-pandemia, enquanto a taxa de maiores de 25 anos já havia se recuperado.

Gráfico 3.6. Variação entre 2013 e 2022 na média da renda monetária mensal do trabalho



Fonte: SCL Data-BID. Os dados da ALC correspondem a uma média simples da variação na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, Peru, Paraguai, El Salvador e Uruguai.

Quadro 3.1. O caminho do empreendedorismo

O desenvolvimento de empreendimentos próprios é um caminho alternativo para os jovens. Não se trata de um caminho fácil: a atividade empreendedora depende fortemente das capacidades e dos ativos das pessoas, incluindo capital social. Os jovens tendem a ter ativos ou poupanças limitados para investir e enfrentam maiores dificuldades para convencer os investidores, devido à percepção de maior risco associado à sua idade (Bernardino e Santos, 2020; Edelman et al., 2016; Green, 2013).

Uma pesquisa do BID no Uruguai indaga mais de mil jovens sobre suas aspirações e constata que o empreendedorismo está entre as cinco primeiras ocupações mais mencionadas como aspiração (Rodríguez e Sotto, 2023). Essa alternativa aparece como uma opção que lhes permite corrigir alguns aspectos que percebem do mercado de trabalho, como pouca flexibilidade e baixos salários. A aspiração de empreender é mais acentuada entre os homens do que entre as mulheres. Enquanto para os homens é a segunda ocupação mais citada, para as mulheres não figura entre as dez primeiras. Os jovens que se projetam como empreendedores enfrentam barreiras para realizar seus empreendimentos, como falta de treinamento, de acesso a financiamento e de capacidade para formalizar sua atividade.

Outro estudo do BID, dessa feita sobre o Chile, indaga jovens vulneráveis sobre suas percepções em relação às barreiras associadas ao mundo do empreendedorismo (Álvarez et al., 2023). Por meio de uma pesquisa com mais de 300 jovens classificados como pobres em termos multidimensionais e de um conjunto de entrevistas estruturadas, o estudo indaga sobre percepções de barreiras financeiras, de redes e ambiente, aquelas associadas à educação ou a fatores cognitivos e a riscos e barreiras regulatórias e institucionais. Os resultados mostram que o fato de conhecer empreendedores fora do núcleo familiar está associado a uma menor percepção da intensidade das barreiras, principalmente aquelas relacionadas com o início da atividade empreendedora. O mesmo não acontece com aqueles que têm familiares empreendedores; a família parece atuar mais como um agente de dissuasão, por preferir que os jovens concluam o ensino superior e por conhecer as dificuldades para sustentar empreendimentos. Aqueles que percebem uma alta intensidade de barreiras ao empreendimento mantêm suas intenções de empreender, indicando o caráter de necessidade ou estratégia de sobrevivência que o empreendimento representa para muitos jovens vulneráveis. A atividade empreendedora responde a uma necessidade concreta de curto prazo. Os autores também apontam que as mulheres percebem a maior intensidade das barreiras financeiras em todas as fases do empreendimento.

Estudos sistemáticos sobre políticas de promoção do empreendedorismo, que em muitos casos são voltadas para os jovens, são escassos. Algumas avaliações de programas de empreendedorismo juvenil na América Latina mostram efeitos positivos em resultados como trabalho autônomo, renda e formalização, embora sejam experiências muito incipientes, com quantidades limitadas de recursos. Programas de treinamento e tutorias, como o Empretec e os desenvolvidos pela Associação de Startups de Campinas, no Brasil, têm se mostrado eficazes e gerado satisfação entre os participantes (OCDE/CEPAL/CAF, 2016). Em termos gerais, uma abordagem integrada do apoio ao empreendedorismo, incluindo treinamento, financiamento e tutoria, produziu resultados mais eficientes. No entanto, os efeitos variam conforme os resultados de interesse (OCDE/CEPAL/CAF, 2016). Por exemplo, há poucas evidências de que esses programas afetem significativamente a sobrevivência das empresas a longo prazo. Além disso, destacou-se a importância de adaptar os programas aos contextos e às necessidades específicos dos diferentes grupos de beneficiários. Por exemplo, os programas na região se concentraram principalmente em jovens socioeconomicamente desfavorecidos, muitas vezes ignorando considerações de gênero e etnia. No Brasil, segundo um estudo do BID, os microempreendedores afrodescendentes têm menos acesso ao crédito e baixa inclusão financeira. A solicitação de empréstimos é negada a 37 por cento dos afrodescendentes, enquanto esses percentuais para brancos e pardos sobem para 29 e 23 por cento, respectivamente. Por sua vez, caso obtenham um empréstimo, os afrodescendentes pagam uma taxa de juros mais alta (Paixão, 2017).

O papel das habilidades socioemocionais e as aspirações dos jovens

Além das habilidades cognitivas e técnicas, as habilidades socioemocionais e as aspirações dos jovens são fundamentais em suas trajetórias educacionais e de trabalho. O capítulo 2 observou que a formação recebida pelos jovens, especialmente os oriundos de contextos socioeconômicos desfavorecidos e de áreas rurais, é insuficiente e que existe um desajuste entre a oferta de habilidades pouco desenvolvidas e a demanda. Mas as chances de os jovens entrarem no mercado de trabalho também são determinadas pelas habilidades socioemocionais e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento socioemocional das pessoas afeta sua participação escolar, seu desempenho acadêmico e profissional, sua saúde e predisposição a comportamentos violentos e criminosos (Duckworth e Seligman, 2005; Duckworth et al., 2007; Durlak et al., 2011; Heckman e Kautz, 2012, 2013; Heckman e Rubinstein, 2001; Herrera et al., 2015; OCDE, 2015). As habilidades socioemocionais podem afetar a tomada de decisões, como a evasão precoce do sistema educacional, influenciando as trajetórias de trabalho subsequentes dos jovens. Os adolescentes podem tomar essa decisão condicionados pelas conjunturas materiais em que vivem e pela necessidade de gerar renda no curto prazo, mas também pode haver uma percepção equivocada do vínculo entre as escolhas presentes e as consequências futuras (Sutter et al., 2013).

Além disso, o comportamento das pessoas é guiado ou influenciado por suas aspirações e pelos objetivos que desejam alcançar no médio e longo prazo (Genicot e Ray, 2020). As aspirações dos jovens em relação ao seu nível educacional e nível de renda futuro são relevantes para seus esforços e comportamentos no âmbito do trabalho e da educação. Essas aspirações determinam seu nível de investimento e esforço, e há indicações de que entre os segmentos mais vulneráveis da população existe um círculo vicioso de baixas aspirações-baixo investimento-baixo esforço (Dalton et al., 2016). Vários elementos derivados do contexto do indivíduo intervêm no processo de conformação dessas aspirações. Em particular, são relevantes as conquistas, experiências e aspirações de familiares, amigos e pares. Informações sobre o funcionamento do mercado de trabalho também contribuem para a conformação aspiracional.

As evidências do Cone Sul mostram resultados positivos em algumas habilidades socioemocionais, mas carências em outras. Um estudo do BID de nove países da região, incluindo Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, constatou que os jovens da região apresentam altos níveis de autoestima, autoeficácia, paixão e perseverança (Novella et al., 2018). No entanto, os empregadores da região afirmam que os trabalhadores carecem de outras habilidades socioemocionais relevantes,

As aspirações dos jovens no Cone Sul são otimistas, gerando uma lacuna entre suas aspirações e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

como liderança, trabalho em equipe e responsabilidade.[16] Oitenta por cento dos empresários que participaram de uma pesquisa do BID na Argentina, no Brasil e no Chile declararam que a oferta de habilidades socioemocionais e de comportamento interpessoal nos jovens é escassa, o que representa uma barreira para a contratação (Bassi et al., 2012). Uma pesquisa realizada pelo BID com empresas no Paraguai e no Uruguai revela que problemas com habilidades socioemocionais no trabalho explicam uma parte muito importante das demissões e da alta rotatividade de pessoal (Alaimo et al., 2015). Quase metade dos empregadores relata que dificuldades com as habilidades socioemocionais dos trabalhadores são o principal motivo de demissão. A falta desses tipos de habilidades representa um desafio, uma vez que há evidências mostrando que elas são cada vez mais recompensadas no mercado de trabalho (Edin et al., 2017; Deming, 2017).

As habilidades cognitivas e socioemocionais dos jovens diferem em função da sua situação educacional e de trabalho e do seu nível socioeconômico. Os jovens que abandonaram os estudos caracterizam-se principalmente por terem menos habilidades cognitivas do que aqueles que permaneceram na escola, embora a diferença em termos de habilidades socioemocionais seja menor (Berniell et al., 2017).[17] Por outro lado, aqueles que não estudam nem trabalham têm habilidades socioemocionais relativamente mais baixas do que os jovens que não são nem-nem, embora a diferença seja menor em termos de habilidades cognitivas. Na América Latina e no Caribe, há um claro gradiente socioeconômico em praticamente todas as medidas de capacidades cognitivas, socioemocionais e físicas.

As aspirações dos jovens no Cone Sul são otimistas, gerando uma lacuna entre suas aspirações e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. Um estudo do BID sobre a América Latina e o Caribe (incluindo Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) mostra que os jovens da região são em geral otimistas em relação ao seu futuro, mas também constata que os jovens têm pouca informação sobre as remunerações do mercado de trabalho em diferentes níveis de educação. Isso pode influenciar a conformação de aspirações desalinhadas com a realidade (Novella et al., 2018). No Paraguai, os jovens que estão estudando e que ainda não participaram ativamente do mercado de trabalho têm grandes expectativas no que se refere à sua inserção no mundo do trabalho, enquanto aqueles que tiveram experiência no mundo do trabalho têm uma visão menos otimista. O estudo sugere que as aspirações

16 De acordo com o Índice Global de Competitividade de Talentos 2023, alguns países do Cone Sul estão defasados em termos de possibilidade de as empresas contratarem funcionários com as habilidades necessárias (Argentina 68/133, Brasil 120/133, Chile 20/133, Paraguai 119/133 e Uruguai 52/133).

17 O estudo é baseado em uma pesquisa do CAF de 2015 que abrange as cidades de Buenos Aires, La Paz, São Paulo, Bogotá, Quito, Cidade do México, Cidade do Panamá, Lima, Montevidéu e Caracas.

dos jovens aumentam com o nível socioeconômico de origem, e que as aspirações e crenças dos pais estão ligadas à formação de aspirações dos jovens. No Uruguai, as evidências indicam que os jovens com níveis mais altos de investimento em capital humano vêm de famílias em que as aspirações e expectativas educacionais dos pais para s seus filhos foram maiores. Por outro lado, aqueles que são nem-nem ou que só trabalham, vêm de famílias em que seus cuidadores esperam que os filhos possam contribuir financeiramente para a família e se casar em uma idade mais precoce do que os demais jovens.

As aspirações de emprego estão desalinhadas com a demanda de trabalho e concentradas em poucas opções. Um estudo da OCDE (2023b) baseado nos resultados do PISA 2018 para 10 países da América Latina e do Caribe, incluindo Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, constatou que os jovens da região aspiram, em maior grau do que a média da OCDE, a ser profissionais da ciência e do ensino; profissionais de saúde; profissionais de negócios e administração; profissionais de tecnologia da informação e comunicação; ou profissionais jurídicos, culturais e sociais. No entanto, nos mercados de trabalho da região, relativamente poucas pessoas trabalham nessas ocupações (8 por cento dos homens e 14 por cento das mulheres, em média, em comparação com 19 por cento dos homens e 26 por cento das mulheres nos países da OCDE). Assim, a maioria dos jovens do Cone Sul espera concluir o ensino superior (entre 55 e 85 por cento), enquanto a porcentagem de adultos entre 25 e 34 anos que conseguem concluir o ensino superior não ultrapassa 25 por cento em nenhum dos países do Cone Sul incluídos no estudo. Por outro lado, a porcentagem de jovens que expressam interesse em empregos de qualificação média aos quais geralmente se tem acesso por meio da educação técnica – como trabalhadores qualificados no setor agropecuário, artífices, operários, artesãos, operadores de instalações e máquinas – é muito baixa na América Latina e no Caribe, especialmente entre as mulheres. Em média, nos 10 países da América Latina e do Caribe incluídos no estudo mencionado, 6 por cento dos homens esperam trabalhar nessas profissões, em comparação com 17 por cento na média da OCDE; mas, na realidade desses países da América Latina e do Caribe, em média 39 por cento dos homens adultos trabalham nessas profissões. Além disso, o estudo da OCDE conclui que na Argentina, bem como no Brasil, Chile e Uruguai, as expectativas profissionais dos jovens de 15 anos estão mais concentradas do que na OCDE. Por exemplo, no Brasil, quase um quarto das adolescentes esperam ser médicas aos 30 anos. Embora as evidências sejam inconclusivas, alguns estudos sugerem possíveis consequências a longo prazo de uma alta concentração nas expectativas profissionais dos adolescentes. Isso se baseia na hipótese de que os alunos que mencionam expectativas de carreira mais originais podem ter avaliado mais criteriosamente seus planos para o futuro e estar potencialmente se preparando para profissões nas quais enfrentarão níveis mais baixos de concorrência (Covacevich et al., 2021).

Quadro 3.2. Aspirações versus realidade no Uruguai

Um estudo do BID explora a lacuna entre as aspirações e a realidade dos resultados dos jovens no Uruguai (Rodríguez e Sotto, 2023). Para tanto, foram entrevistadas mais de mil pessoas com idades entre 18 e 24 anos, e essas informações foram complementadas com grupos focais.

O estudo constata que os jovens passam por longos processos de procura de emprego frustrantes e percebem que a falta de experiência e de conhecimentos é a principal barreira ao se candidatar a uma vaga de emprego. Além disso, uma vez empregados, quase dois terços dos jovens que trabalham não estão satisfeitos com o seu emprego, e as principais razões pelas quais querem mudar de emprego são baixos salários e a relação fraca entre o emprego e sua formação. Dos jovens que trabalham, 70 por cento não acham que exista uma relação entre seus conhecimentos e seus empregos, e mais de um terço tem dificuldade para conciliar trabalho e estudo. Por sua vez, mais de 80 por cento dos jovens manifestam o desejo de mais treinamento profissional.

A maioria dos jovens aspira a um nível de educação mais alto do que o que têm atualmente. As aspirações são otimistas quando comparadas com a realidade dos resultados educacionais da população uruguaia: 67 por cento dos jovens de 18 a 24 anos querem obter um diploma superior ou de pós-graduação nos próximos 5 anos, mas no Uruguai apenas 10 por cento da população entre 23 e 29 anos tem diploma superior e apenas 0,3 por cento dos jovens entre 23 e 29 anos conseguiu concluir uma pós-graduação.

Os jovens também são otimistas em relação ao emprego que esperam obter, o que cria uma lacuna entre as aspirações e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. Embora 65 por cento dos jovens aspirem a ter um emprego de alta qualificação em cinco anos, apenas 20 por cento da população nessa idade conseguem traduzir essa aspiração em realidade.

O estudo constata uma alta segregação entre as ocupações a que aspiram os jovens no Uruguai: ser mulher aumenta a preferência por ocupações com um interesse social e diminui a preferência por ocupações voltadas para pesquisa e empreendedorismo. Entre os homens, as três ocupações mais populares são profissional ou técnico de TI (16 por cento), empresário (6 por cento) e professor (4 por cento). Enquanto entre as mulheres as três ocupações mais populares são magistério (7 por cento), enfermagem (6 por cento) e cozinheira (6 por cento).

O estudo conclui que os jovens estão expostos ao risco de se frustrar, devido à combinação de altas aspirações frente à realidade, à pouca relação entre seus empregos e sua formação acadêmica, à falta de conhecimentos e à ausência de exemplos a serem seguidos.

O desafio dos nem-nem e dos nem-nem-nem

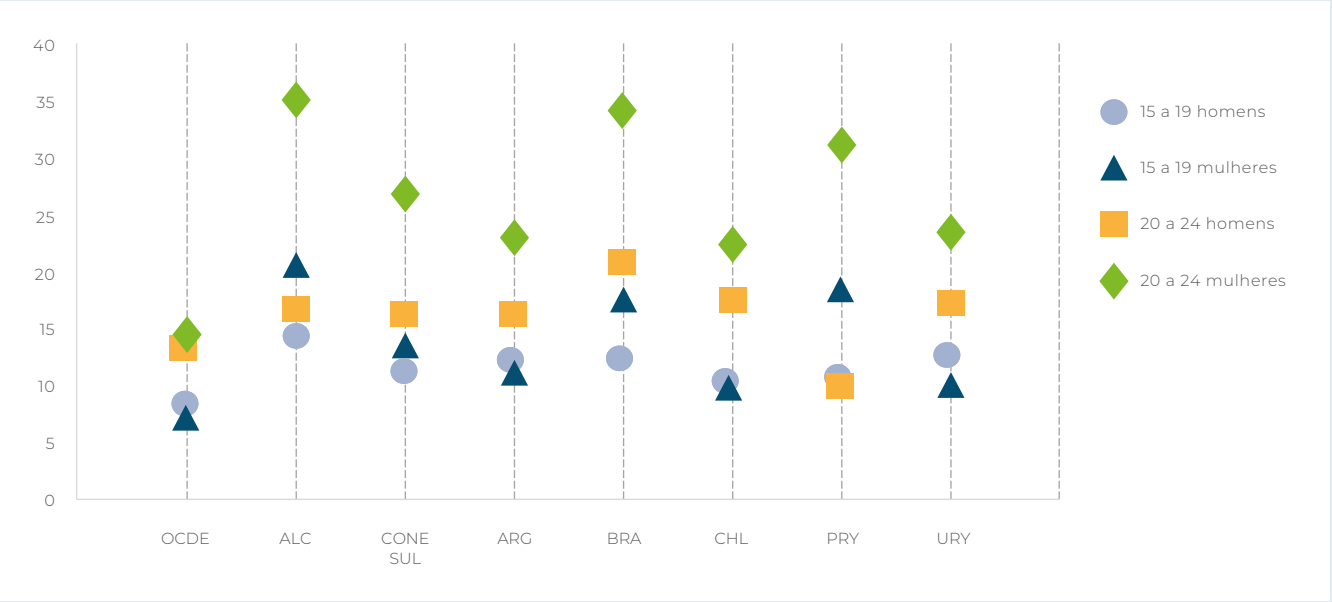
No Cone Sul há mais de 8,5 milhões de jovens nem-nem, dos quais quase 6 milhões são nem-nem-nem; ou seja, tampouco estão procurando emprego.

Os jovens que não participam nem da esfera educacional nem do mercado de trabalho representam uma situação especialmente desafiadora. O termo nem-nem se refere aos jovens que estão fora do sistema educacional e não trabalham (não estudam nem trabalham), enquanto os jovens que também não procuram emprego (não participam do mercado de trabalho) são chamados de nem-nem-nem (não estudam, não trabalham, nem procuram emprego). Do ponto de vista individual, passar por essa situação por um longo período na juventude pode ter efeitos permanentes no bem-estar socioemocional e no desempenho profissional futuro (Andersson et al., 2018; Ralston et al., 2018, 2021). Do ponto de vista da sociedade como um todo, trata-se de jovens cuja capacidade produtiva não está sendo aproveitada, além de sua propensão para atividades de risco como o crime (Lochner e Moretti, 2004).

No Cone Sul há mais de 8,5 milhões de jovens nem-nem, dos quais quase 6 milhões são nem-nem-nem; ou seja, tampouco estão procurando emprego. Nos países do Cone Sul, a incidência de jovens nem-nem é menor do que na América Latina, mas maior do que na OCDE. A proporção de jovens de 15 a 24 anos que não estudavam nem trabalhavam em 2022 era de 15 por cento na Argentina (10 por cento de nem-nem-nem); 21 por cento no Brasil (14 por cento de nem-nem-nem); 15 por cento no Chile (10 por cento de nem-nem-nem); 17 por cento no Paraguai (13 por cento de nem-nem-nem); e 16 por cento no Uruguai (10 por cento de nem-nem-nem). O Gráfico 3.7. mostra a proporção de nem-nem por gênero e faixa etária. As médias nos países da América Latina e do Cone Sul são superiores às da OCDE em todos os subgrupos. As mulheres entre 20 e 24 anos constituem o grupo com maior porcentagem de nem-nem, embora esse padrão seja mais acentuado na América Latina e Caribe e no Cone Sul do que na OCDE. No Cone Sul, em média, na faixa etária de 20 a 24 anos, a proporção de mulheres nem-nem é quase o dobro da dos homens, embora essa diferença seja menor do que na América Latina e no Caribe. Como acontece na OCDE, na faixa etária de 15 a 19 anos, a diferença de gênero é reduzida na Argentina e no Chile e até revertida no Uruguai, enquanto no Paraguai e no Brasil continua sendo grande. A maior lacuna de gênero em relação à OCDE, especialmente entre jovens de 20 a 24 anos, poderia ser parcialmente explicada por uma maior lacuna de gênero na carga de trabalho doméstica e de cuidados não remunerado para mulheres no Cone Sul e na América Latina e Caribe, em comparação com a OCDE (OCDE, 2022).

No Cone Sul, em média, na faixa etária de 20 a 24 anos, a proporção de mulheres nem-nem é quase o dobro da dos homens.

Gráfico 3.7. Porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham (nem-nem)



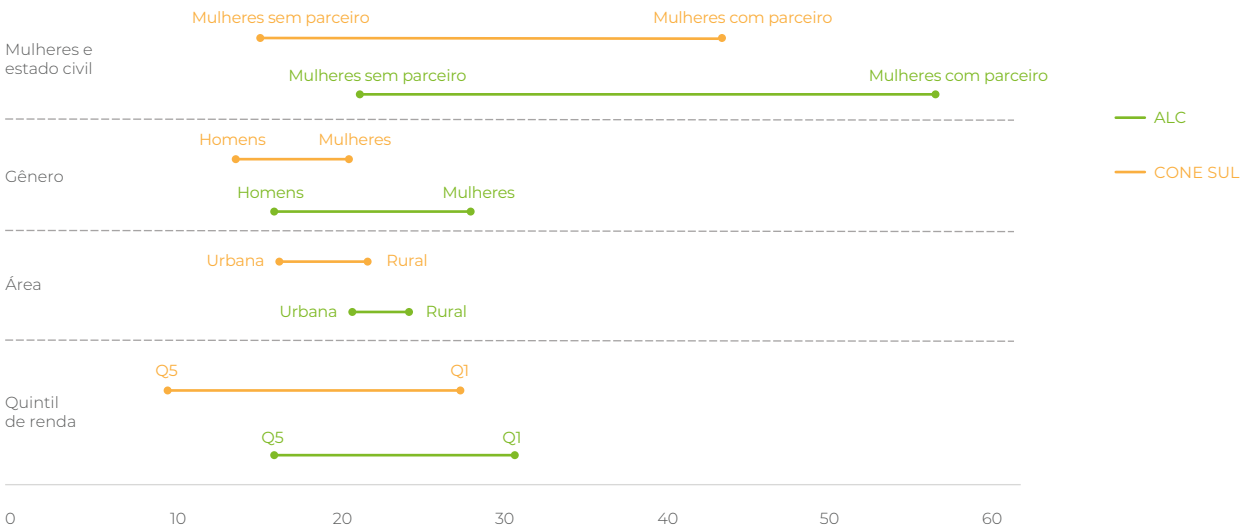
Fonte: SCL Data-BID, OCDE (2024) https://doi.org/10.1787/7b765a3b-en.

Notas: os dados correspondem a 2021-2022. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da OCDE incluem todos os países membros, exceto Chile, Colômbia, Costa Rica, Japão, Luxemburgo, Suécia e República da Coreia, e os dados da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A proporção de jovens que não estudam nem trabalham é maior entre mulheres jovens que vivem com um parceiro íntimo, jovens de baixa renda, aqueles que vivem em áreas rurais e jovens indígenas e afrodescendentes (Gráfico 3.8). A porcentagem de mulheres jovens em uniões formais ou informais que são nem-nem é três vezes maior do que a de mulheres solteiras, separadas ou viúvas. Essas mulheres provavelmente são responsáveis pela maior parte do trabalho de cuidados e doméstico não remunerado em casa: criar e cuidar de filhos, cuidar de outras pessoas dependentes, realizar tarefas domésticas etc. Outro padrão comum é a maior porcentagem de nem-nem entre jovens que vivem em famílias de baixa renda e de áreas rurais. Esse fato está associado à menor participação desses jovens no sistema educacional, como visto no Capítulo 2. No Cone Sul, em média, no quintil de renda 1, a proporção de jovens nem-nem é quase três vezes a de jovens no quintil 5, e essa lacuna é maior do que na América Latina e no Caribe. O Capítulo 4 analisa as lacunas étnico-raciais: jovens indígenas e afrodescendentes também têm maior probabilidade de não estudar nem trabalhar, principalmente as mulheres. Dados do Brasil e do Uruguai mostram que quase um terço das mulheres indígenas e afrodescendentes jovens nesses países, não estudam nem trabalham.

No Cone Sul, em média, no quintil de renda 1, a proporção de jovens nem-nem é quase três vezes a de jovens no quintil 5, e essa lacuna é maior do que na América Latina e no Caribe.

Gráfico 3.8. Porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham



Fonte: Elaboração das autoras com base no SCL Data-BID.
Notas: Os dados correspondem a 2021-2022. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países, e os da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Os dados do Cone Sul não incluem o Brasil para a variável estado civil das mulheres, nem a Argentina na variável área. Mulheres que vivem com um parceiro são definidas como aquelas que estão em uma união formal ou informal.

A maioria dos nem-nem se dedica a tarefas domésticas e ao cuidado de familiares, com diferenças marcadas de gênero. A maioria desses jovens não é inativa, mas realiza trabalhos que são produtivos e valorizados por suas famílias, o que constitui um elemento a ser considerado na formulação de estratégias eficazes para sua melhor inserção social. Um estudo do BID na América Latina e no Caribe constatou que 95 por cento dos nem-nem realizam tarefas domésticas, 64 por cento dedicam tempo a tarefas de cuidado de familiares e 31 por cento estão procurando trabalho (Novella et al., 2018). No Cone Sul, considerando a média do Brasil, Chile e Paraguai, 86 por cento realizam trabalhos domésticos, 52 por cento se dedicam a tarefas de cuidado e 39 por cento procuram trabalho. Entre os homens, predomina a procura de emprego, enquanto as mulheres, em sua maioria, se dedicam a tarefas domésticas e de cuidados. A fração de jovens que não realizam nenhuma dessas atividades é maior entre os homens. No Paraguai, os nem-nem são os que dedicam mais horas por dia a trabalhos domésticos e ao cuidado de familiares (5,9 horas em comparação com a média de 3,6 horas entre os jovens), sendo as mulheres as que mais tempo dedicam a esses afazeres (7,4 horas) (Novella et al., 2018).

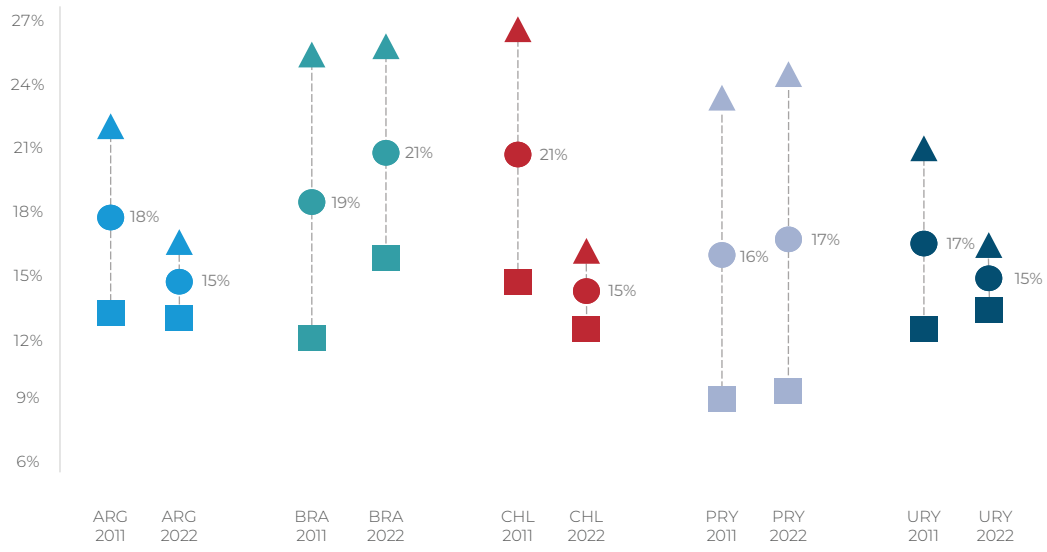
A maioria dos nem-nem se dedica a tarefas domésticas e ao cuidado de familiares, com diferenças marcadas de gênero.

Na Argentina, no Chile e no Uruguai, as lacunas de gênero em desfavor das mulheres entre jovens nem-nem foram significativamente reduzidas.

Na última década, a proporção de jovens nem-nem diminuiu na Argentina, no Chile e no Uruguai e aumentou no Brasil e no Paraguai. Entre 2011 e 2022, Argentina, Chile e Uruguai reduziram a porcentagem de jovens nem-nem, principalmente devido à queda entre as mulheres (no Uruguai, de fato, a porcentagem de homens nem-nem aumentou) (Gráfico 3.9.). Um estudo do Banco Mundial que abrange 18 países da América Latina e do Caribe, incluindo todos os países do Cone Sul, constatou que na última década a frequência das mulheres ao sistema educacional aumentou, resultando em uma queda na proporção de mulheres que não estudam nem trabalham (Székely e Karver, 2021). No Brasil, nas décadas de 1990 e 2000 também houve um declínio de nem-nem, concentrado nas mulheres devido ao aumento da sua participação no mercado de trabalho, à melhoria das taxas de escolaridade feminina e à redução do número de filhos de mulheres jovens (Costa e Ulyssea, 2014; Monteiro, 2013). No entanto, a partir de 2009, a proporção de jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho no Brasil começou a subir, resultando em um aumento na porcentagem de nem-nem em ambos os gêneros - e especialmente entre os homens - na última década. Um padrão semelhante foi observado no Paraguai, onde a porcentagem de nem-nem aumentou ligeiramente na última década, embora com um crescimento mais notável entre as mulheres.

Na Argentina, no Chile e no Uruguai, as lacunas de gênero em desfavor das mulheres entre jovens nem-nem foram significativamente reduzidas. Embora a proporção de mulheres nem-nem continue sendo maior do que a de homens nos cinco países, na Argentina, no Chile e no Uruguai, a lacuna de gênero quase fechou (menos de 4 pontos percentuais em todos os casos). Isso poderia estar associado à queda da gravidez na adolescência observada nesses países (ver Capítulo 4) e à redução das tarefas de cuidado que isso implica, principalmente para as mulheres. Amarante et al. (2024) usam dados de uma pesquisa sobre o uso do tempo no Uruguai e encontram uma diminuição no trabalho de cuidados por parte das mulheres entre 2013 e 2021.

Gráfico 3.9. Porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham (nem-nem)



Fuente: SCL-BID.

Impacto das intervenções: o que dizem as evidências?[18]

No âmbito das políticas ativas do mercado de trabalho (PAMT), destacam-se os programas de treinamento e formação. Esses programas buscam desenvolver habilidades em áreas nas quais a demanda de mão de obra é dinâmica e na certificação de competências. Muitos desses programas são de formação dual, com treinamento em sala de aula (incluindo habilidades socioemocionais e gestão de empreendimentos) e aprendizagem no local de trabalho. Esses programas podem aproveitar os níveis de acesso e habilidades tecnológicas dos jovens, pois oferecem uma oportunidade para implementar planos formativos digitais inovadores, flexíveis e econômicos (por exemplo, por meio de *e-learning*). Os resultados de várias avaliações de impacto mostram que as políticas de formação centradas nos jovens têm efeitos positivos na empregabilidade e nos salários, principalmente no curto prazo. No entanto, estudos mostram que sua eficácia não é garantida: os programas com maior probabilidade de gerar um impacto positivo são aqueles que combinam desenvolvimento de habilidades técnicas e socioemocionais como autoestima, persistência, autocontrole, motivação, responsabilidade e compromisso em sala de aula e na prática, com intermediação ocupacional e aconselhamento (Banco Mundial, 2018; Escudero et al., 2017). Embora ainda falte um entendimento completo dos processos de produção de habilidades não cognitivas e socioemocionais, parece relevante potencializar o papel dos sistemas educacionais no seu fortalecimento. Está demonstrado que a inclusão dessas habilidades contribui para melhorar o desempenho no trabalho e gerar externalidades positivas em diversas áreas como redução da gravidez na adolescência e no uso de drogas e vinculação a atividades criminosas (Alaimo et al., 2015). Por fim, as políticas destinadas a melhorar as habilidades dos jovens deveriam fazer parte de um sistema de desenvolvimento de habilidades sólido e estruturado, que aproxime a educação e o treinamento das necessidades dos empregadores (BID, 2017). Por conseguinte, recomenda-se que os setores público e privado atuem em conjunto para preparar os trabalhadores e dotá-los das habilidades de que necessitam hoje e no futuro.

Também estão incluídas no PAMT práticas e estágios, programas de intermediação de mão de obra e regulamentos específicos para jovens, ou subsídios que ajudem a empregabilidade dos jovens. Alguns países da América Latina e do Caribe começaram a investir em programas de aprendizes,[19] que são comuns em muitos países desenvolvidos, como uma alternativa aos programas de treinamento de jovens. Embora os dados dos países desenvolvidos indiquem que os programas

18 Esta seção é baseada em dois documentos do BID: "Documento do Marco Setorial de Trabalho do BID " (BID, 2021a); e "Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?" (Novella et al., 2018).

19 Nesses programas, os jovens aprendizes são contratados por um período específico de tempo, em uma empresa que se compromete a treinar e formar o trabalhador em um emprego, sob a supervisão de um trabalhador experiente. Em troca, a empresa recebe uma bonificação.

de aprendizes são um caminho promissor para que os jovens melhorem suas habilidades e sua empregabilidade, dados sobre sua eficácia na América Latina e no Caribe são escassos. Esses programas podem ser caros para a realidade regional e exigir forte institucionalidade e governança, bem como coordenação público-privada. Além disso, há resultados conflitantes sobre rotatividade de pessoal, transferibilidade de habilidades para outras empresas e correspondência entre habilidades e ocupação, bem como sobre a necessidade de abordar questões de gênero – em alguns casos, as repercussões nos salários das mulheres parecem ser negativas. Em relação aos programas de intermediação de mão de obra, que tentam resolver o problema de informações incompletas para o *matching* ocupacional, que pode ser mais importante para os jovens, uma vez que não há experiência prévia nem informação sobre o seu desempenho, Card et al. (2015, 2010) constatam que esses programas são eficazes em termos de custo. A intermediação de mão de obra reduz a duração do desemprego e aumenta a taxa de novas contratações (Forslund et al., 2011). Em particular, os observatórios do trabalho e os serviços públicos de emprego podem gerar e fornecer informações adequadas (e idealmente personalizadas) sobre os retornos líquidos de seguir diferentes caminhos educacionais e profissionais, juntamente com informações sobre acesso exigidos para continuar estudando (Dinkelman e Martínez, 2014; Hastings et al., 2017; Jensen, 2010). Essas intervenções também podem aproveitar o acesso e o conhecimento tecnológico dos jovens, oferecendo informações por meio de plataformas digitais. Outras políticas, como leis de primeiro emprego e incentivos à contratação e formalização do emprego juvenil na forma de subsídios aos empregadores, buscam reduzir os custos de contratação de jovens, permitindo que adquiram experiência de trabalho útil para suas trajetórias futuras (Dema et al., 2015). No entanto, ainda faltam evidências na América Latina e no Caribe para avaliar o impacto desses tipos de medidas. Além disso, em mercados de trabalho com regulamentos rígidos de contratação e demissão, como nos países do Cone Sul, alguns regulamentos podem afetar os jovens, pois muitas vezes esses regulamentos visam proteger os trabalhadores que estão empregados, podendo prejudicar aqueles que tentam entrar no mercado.[20] Nesse sentido, um dos regulamentos mais polêmicos em relação ao seu efeito no emprego juvenil é o salário mínimo, uma vez que os jovens tendem a estar na faixa de renda do trabalho afetada por esses regulamentos (Neumark e Wascher, 2004).

Ajudar os adolescentes a desenvolver suas habilidades socioemocionais é crucial para prevenir condutas conflituosas e dispendiosas, melhorar a empregabilidade e promover o investimento adequado em habilidades cognitivas e acadêmicas (BID, 2017). Uma revisão sistemática do BID que analisa a eficácia desses programas mostra que, para desenvolver habilidades interpessoais como empatia e comunicação e para controlar a agressão, os programas mais

20 Segundo o ranking de competitividade do WEF 2019, o Cone Sul é uma das regiões com maior rigidez em termos de contratação e demissão de pessoal. A Argentina ocupa o 139° lugar entre 141, seguida pelo Uruguai em 138°, Brasil em 133°, Paraguai em 128° e Chile em 124°.

adequados parecem ser aqueles que se baseiam em abordagens experienciais, ou seja, aqueles que oferecem aos adolescentes oportunidades para desenvolver habilidades durante as interações grupais (BID, 2017). Por outro lado, para melhorar habilidades intrapessoais como autoestima e definição de metas, os programas baseados no ensino, que muitas vezes são implementados em sala de aula, parecem ser os mais eficazes.

As aspirações e expectativas dos jovens também podem ser modificadas. Uma forma de fazê-lo é assegurando que os jovens de todos os níveis socioeconômicos tenham acesso a informações oportunas e adequadas à idade, sobre trajetórias educacionais e profissionais e sejam orientados por meio de mentoria ou tutoria quanto à melhor forma de alcançar seus objetivos (Rodríguez Chatruc e Sotto, 2023). A exposição a mentores e/ou exemplos a serem seguidos do mesmo gênero, nível socioeconômico e região dos jovens que conseguiram crescer social e profissionalmente é uma forma de informá-los e, ao mesmo tempo, motivá-los para opções que são menos consideradas (Nguyen, 2010; Sanders et al., 2018). Isso também pode ser feito por meio de canais digitais, complementando programas virtuais de mentoria com orientação vocacional e profissional, e requer o desenvolvimento de sistemas de informação sobre oferta educacional, retornos educacionais e oportunidades de emprego, bem como ferramentas que permitam prever a demanda futura de mão de obra e as habilidades que serão necessárias. Ao mesmo tempo, há uma oportunidade de aumentar a atratividade de ocupações de nível de qualificação médio, que geralmente são acessadas por meio da educação técnica (OCDE, 2023b; Rodríguez Chatruc e Sotto, 2023). Um estudo do BID mostra como uma intervenção que presta informações por WhatsApp a estudantes do ensino médio no Chile teve impacto na promoção da carreira de pedagogia (Ajzenman et al., 2023).

Políticas que visam fechar as lacunas de gênero no mercado de trabalho são especialmente importantes para as mulheres jovens, em particular os sistemas de cuidados. Os sistemas de cuidados afeta especialmente as mulheres jovens, pois são elas que predominantemente se dedicam a essas tarefas, dada a desigualdade de gênero existente nas atividades de cuidado não remuneradas. A avaliação das intervenções relacionadas com cuidados infantis na América Latina e no Caribe mostra um efeito geralmente positivo na participação das mulheres na força de trabalho, embora conflitante no que se refere à sua renda (ver discussão detalhada em BID, 2021a; e BID, 2022). Além disso, a prestação de cuidados infantis obrigatórios totalmente financiados pelo empregador pode prejudicar a contratação de mulheres ou seus salários (Prada et al., 2015). Por outro lado, serviços de baixa qualidade podem contrariar o objetivo da política que visa garantir às crianças atenção e cuidados adequados durante seus primeiros anos, para estimular o desenvolvimento precoce (Berlinski e Schady, 2015). Um estudo sobre o Uruguai mostra que, para que os efeitos desejados na inclusão das mulheres no mercado de trabalho se materialize, as políticas de cuidados na primeira infância devem ser formuladas fomentando seu uso real pelas famílias e a buscando modificar padrões culturais arraigados sobre a concepção dos cuidados e os agentes de cuidado (Queijo et al., 2018). Portanto,

é pertinente prestar atenção à formulação e implementação dessas políticas, para certificar-se de que o cuidado infantil de qualidade seja acessível e eficaz em termos de custos (Mateo-Díaz e Rodriguez-Chamussy, 2016).

Resolver a situação dos nem-nem requer uma abordagem abrangente que combine educação, emprego, apoio psicológico e políticas de inclusão social e cuidados. Um estudo do BID que investiga quais são os fatores que contribuem para o sucesso das intervenções de inclusão de jovens, constata que a inatividade juvenil esconde uma enorme heterogeneidade, quando a diferenciação é feita com base não apenas em idade e gênero, mas também nas causas pelas quais os jovens estão desvinculados do sistema educacional ou não participam do mercado de trabalho (Maleš e Vásquez, 2017). Consequentemente, o estudo conclui que as soluções não podem ser baseadas em uma única oferta, mas sim em uma matriz de recursos que integre diferentes opções educacionais e de empregabilidade, além de um dispositivo de acompanhamento que permita projetar itinerários para a inclusão social, educacional e profissional, com base nas características específicas de cada jovem. A experiência mostra vários desacertos em estratégias para a ativação de jovens que não estudam nem trabalham, baseadas na estimulação de fatores motivacionais e do desenvolvimento de habilidades não cognitivas, sem assegurar oportunidades concretas para a recuperação escolar, a formação em ofícios ou a inserção no mundo do trabalho. Para abordar a inatividade juvenil, são necessárias duas dimensões: uma oferta educacional que facilite a continuidade dos estudos e uma oferta de trabalho capaz de absorver essa força de trabalho; e investir no desenvolvimento de habilidades não cognitivas essenciais para que os jovens possam aproveitar essas oportunidades de inclusão educacional e profissional (Maleš e Vásquez, 2017). Finalmente, dado que muitas mulheres jovens se dedicam a cuidar de crianças e idosos em suas casas, motivo pelo qual não estudam nem trabalham, o desenvolvimento de sistemas de cuidados na região torna-se um tema central para que essas jovens possam continuar suas trajetórias educacionais e profissionais.

Essas intervenções devem ser adaptadas às realidades locais e ter em conta as necessidades específicas dos jovens, a fim de alcançar uma inserção efetiva e sustentada no mercado de trabalho. Atualmente, a tecnologia oferece oportunidades por meio do desenvolvimento de instrumentos de perfil de dados que permitem caracterizar as necessidades específicas de cada jovem e construir um percurso personalizado por meio de vários serviços. A integração de ferramentas presenciais com recursos em plataformas assíncronas pode facilitar o avanço no seu próprio ritmo, ao mesmo tempo em que os motiva por meio de vídeos e outros materiais adaptados às características e preferências do grupo-alvo.

Em resumo

» Os jovens do Cone Sul enfrentam inúmeros problemas no mercado de trabalho, incluindo maior desemprego e baixa qualidade dos empregos em que conseguem se inserir, seja informalidade ou subemprego. Isso resulta em baixos níveis de produtividade, menores salários e pouco acesso a benefícios trabalhistas e proteção social.

» A participação dos jovens no mercado de trabalho é maior no Brasil e no Paraguai, onde a porcentagem que frequenta o sistema educacional é relativamente baixa, enquanto na Argentina, no Chile e no Uruguai cerca de metade dos jovens se dedica exclusivamente aos estudos (porcentagem superior à média da América Latina e do Caribe).

» Os homens participam mais do mercado de trabalho do que as mulheres nos cinco países, o que se explica tanto por uma maior proporção de mulheres que apenas estudam, como por mais mulheres que não estudam nem participam do mercado de trabalho (nem-nem-nem).

» Embora o desemprego juvenil seja mais pronunciado do que o desemprego adulto em todas as regiões, no Cone Sul é mais alto, e a lacuna entre as taxas de desemprego juvenil e adulto é maior. As mulheres jovens, cujo nível de escolaridade rotineiramente excede o dos homens, enfrentam taxas de desemprego mais altas. Taxas de desemprego mais altas também são observadas entre jovens que vivem em áreas urbanas, oriundos de famílias de baixa renda e jovens indígenas e afrodescendentes.

» Na última década, a proporção de nem-nem diminuiu na Argentina, no Chile e no Uruguai, mas aumentou no Brasil e no Paraguai, com a lacuna de gênero persistindo em todos os casos. A proporção de jovens que não estudam nem trabalham é maior entre mulheres jovens que estão em um relacionamento, jovens de menor renda, residentes em áreas rurais e jovens indígenas e afrodescendentes. A maioria dos nem-nem se dedica a tarefas domésticas e ao cuidado de familiares, com diferenças marcantes por gênero.

» Diante dos desafios enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho, os países desenvolveram uma série de ferramentas para melhorar sua formação e inserção profissional. Essas políticas incluem programas de treinamento especializados, iniciativas de inserção profissional e regulamentos específicos para a população jovem. Estudos mostram que resolver a situação dos nem-nem requer uma abordagem integral que combine educação, emprego, apoio psicológico e políticas de inclusão social.

CAPÍTULO 4
ALÉM DA EDUCAÇÃO E DO EMPREGO: AS CONDIÇÕES DE VIDA E A SAÚDE DOS JOVENS

Nos capítulos anteriores, várias lacunas foram identificadas nos resultados educacionais e profissionais dos jovens no Cone Sul. Além da educação e do emprego, existem outras dimensões fundamentais para o bem-estar. Este capítulo analisa alguns aspectos críticos que afetam significativamente a vida dos jovens e seu desempenho educacional e profissional, como suas condições de vida, cobertura de suas necessidades básicas e sua saúde, com especial atenção à saúde mental e reprodutiva. O capítulo seguinte analisa a exposição à criminalidade e à violência. Alcançar melhores resultados em educação e emprego implica, essencialmente, abordar essas dimensões e adotar uma perspectiva integral e multidimensional que inclua políticas públicas eficazes que melhorem as condições de vida, a saúde e a segurança dos jovens (CEPAL, 2015).

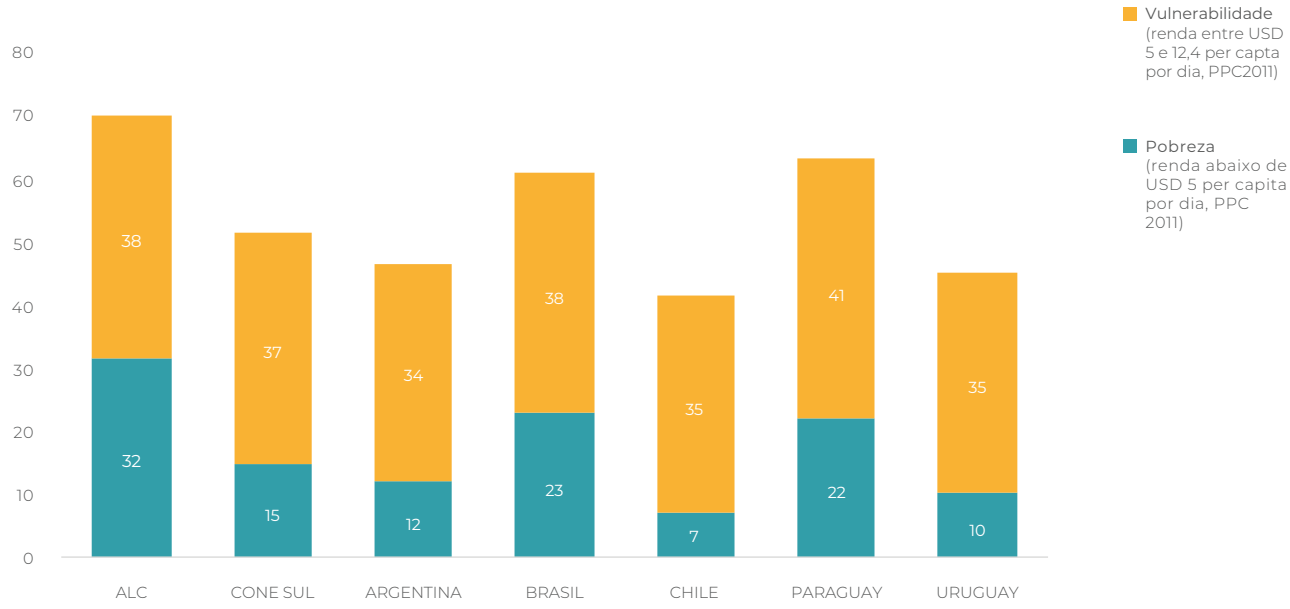
A face mais extrema da desigualdade juvenil: pobreza e vulnerabilidade

No Cone Sul, cerca de 25 milhões de jovens vivem em famílias em situação de pobreza ou vulnerabilidade. Destes, mais de 8,5 milhões vivem em famílias em situação de pobreza (com renda inferior a USD 5 per capita por dia, PPC 2011) e mais de 16 milhões em famílias em situação de vulnerabilidade (com renda entre USD 5 e 12,4 per capita por dia) que, embora não estejam em situação de pobreza, têm uma alta probabilidade de cair nela. Dos mais de 8,5 milhões de jovens que são pobres, cerca de 4 milhões vivem em extrema pobreza (com renda inferior a USD 3,1 per capita por dia, PPC 2011). Isso significa que em cada 10 jovens no Cone Sul, 1 vive em uma família em extrema pobreza, 1 em uma família pobre e 4 em famílias vulneráveis. Na média dos cinco países, a taxa de pobreza dos jovens chega a 15 por cento (inferior à média da América Latina e do Caribe), enquanto 37 por cento dos jovens vivem em famílias vulneráveis (semelhante ao resto da América Latina e do Caribe; Gráfico 4.1).[21] Brasil e Paraguai são os dois países do Cone Sul com as maiores taxas de pobreza juvenil, superiores a 20 por cento.

Em cada 10 jovens no Cone Sul, 1 vive em uma família em extrema pobreza, 1 em uma família pobre e 4 em famílias vulneráveis.

21 Essas porcentagens podem diferir das estatísticas oficiais, pois cada país adota linhas de pobreza diferentes.

Gráfico 4.1. Porcentagem de jovens que vivem em famílias em situação de pobreza ou vulnerabilidade



Fonte: SCL Data-BID. Notas: Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da ALC correspondem a 2021 e 2022 e incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. No Cone Sul, os dados correspondem a 2022 para todos os países.

No Brasil e no Paraguai, 1 em cada 4 jovens de 15 a 19 anos vive em situação de pobreza.

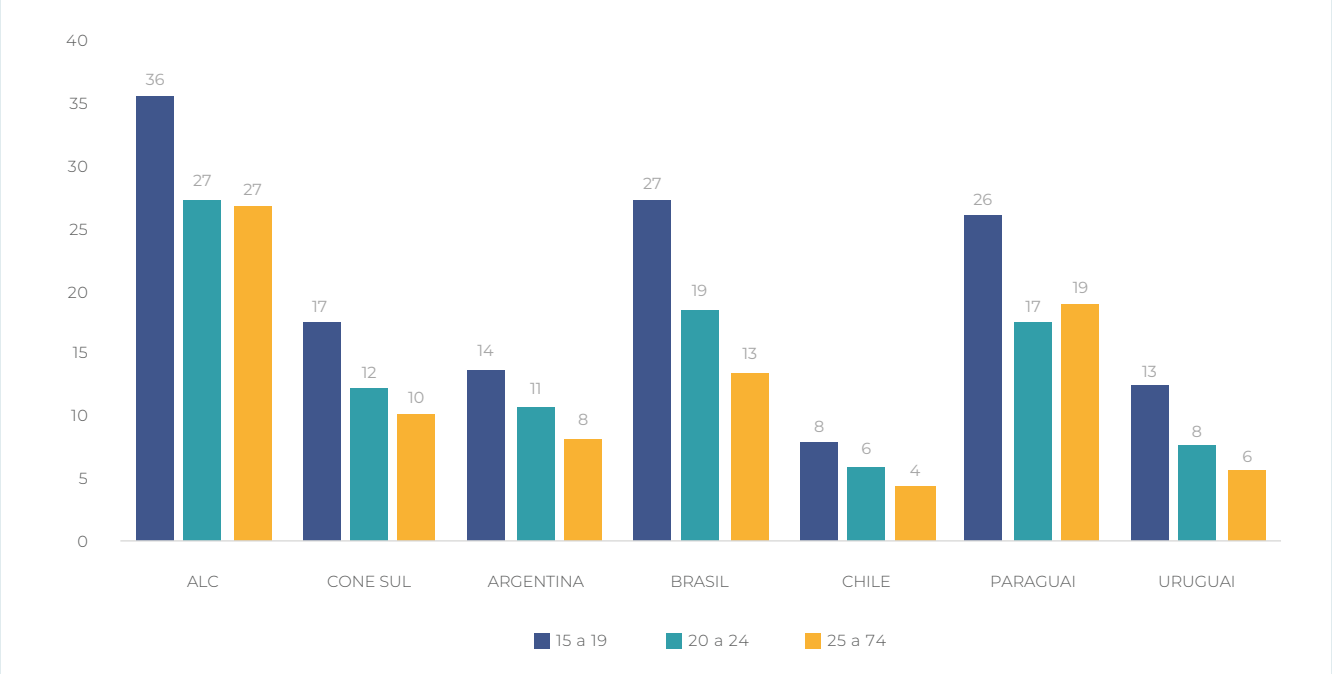
A pobreza afeta em maior grau os jovens do que os adultos nos cinco países do Cone Sul. A sobre-representação das gerações mais jovens na pobreza é um fenômeno generalizado na América Latina e no Caribe. Taxas de fecundidade relativamente altas em setores de menor renda e relativamente baixas em setores médios contribuem para essa sobre-representação (Rossel e Filgueira, 2015). Nesse sentido, no Cone Sul, a taxa de pobreza é particularmente alta na faixa etária de 15 a 19 anos, sendo, em vários países, o dobro da taxa de pobreza adulta (Gráfico 4.2). No Brasil e no Paraguai, 1 em cada 4 jovens de 15 a 19 anos vive em situação de pobreza, enquanto nos demais países do Cone Sul essa proporção é inferior a 15 por cento.

Mulheres, jovens do meio rural e jovens indígenas e afrodescendentes enfrentam taxas de pobreza mais altas. Em média, 26 por cento dos jovens que vivem no meio rural no Cone Sul são pobres, em comparação com 12 por cento nas áreas urbanas. Isso é consistente com a maior proporção de jovens do meio rural que não estudam nem trabalham e têm empregos precários. Consideran-

do as lacunas de gênero, embora sejam menores, a taxa média de pobreza entre mulheres jovens é de 16 por cento, enquanto a de homens jovens é de 14 por cento. Cabe destacar que a taxa média de pobreza (excluindo o Brasil) é maior no caso de mulheres jovens solteiras (14 por cento) do que daquelas que vivem com um parceiro íntimo (11 por cento). Em 2020, na Argentina, 26 por cento das mulheres de 20 a 24 anos no quintil mais baixo estavam casadas ou viviam em união estável antes dos 18 anos, enquanto no Paraguai esse número chegou a 38 por cento em 2016 (CEPAL, 2023a). Ao final desta seção, são analisadas as lacunas étnico-raciais, que mostram que jovens indígenas e afrodescendentes também apresentam taxas mais altas de pobreza. Dados do Brasil e do Uruguai mostram que a taxa de pobreza nos dois países é mais de 10 pontos percentuais maior para jovens afrodescendentes do que para o restante dos jovens; no Brasil, é mais de 20 pontos percentuais maior no caso de jovens indígenas.

Mulheres, jovens do meio rural e jovens indígenas e afrodescendentes enfrentam taxas de pobreza mais altas.

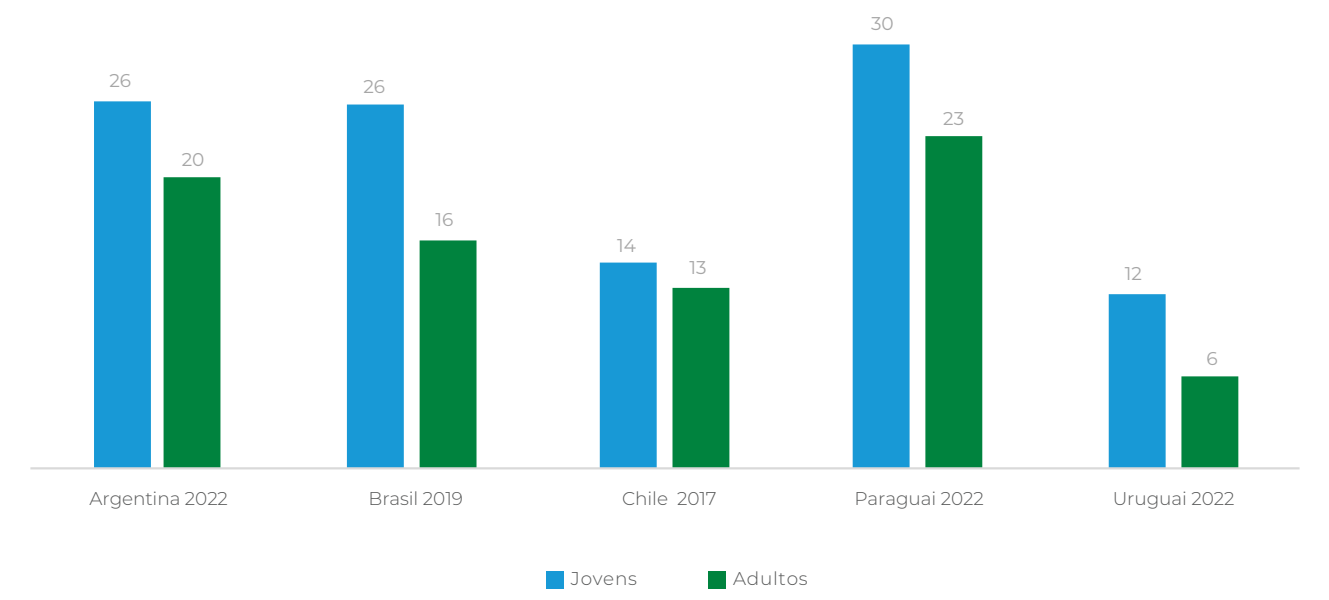
Gráfico 4.2. Percentagem da população que vive em famílias em situação de pobreza, por faixa etária



Fonte: SCL Data-BID.
Notas: Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da ALC correspondem a 2021 e 2022 e incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. No Cone Sul, os dados correspondem a 2022 para todos os países.

Observa-se também uma porcentagem maior de jovens do que de adultos que vivem em famílias com pelo menos uma necessidade básica insatisfeita (NBI) (Gráfico 4.3.). Os jovens são mais afetados do que a população adulta por NBI em todos os países. Embora os números apresentados não sejam comparáveis entre países, cabe destacar o Paraguai, onde a porcentagem de jovens que vivem em famílias com pelo menos uma NBI chega a 30 por cento. Isso pode estar associado a fatores geográficos, uma vez que o Paraguai é o país do Cone Sul com a menor população urbana, e as pessoas em áreas rurais podem ter menos acesso a serviços básicos.

Gráfico 4.3. Porcentagens de jovens e adultos que vivem em famílias com pelo menos uma necessidade básica insatisfeita



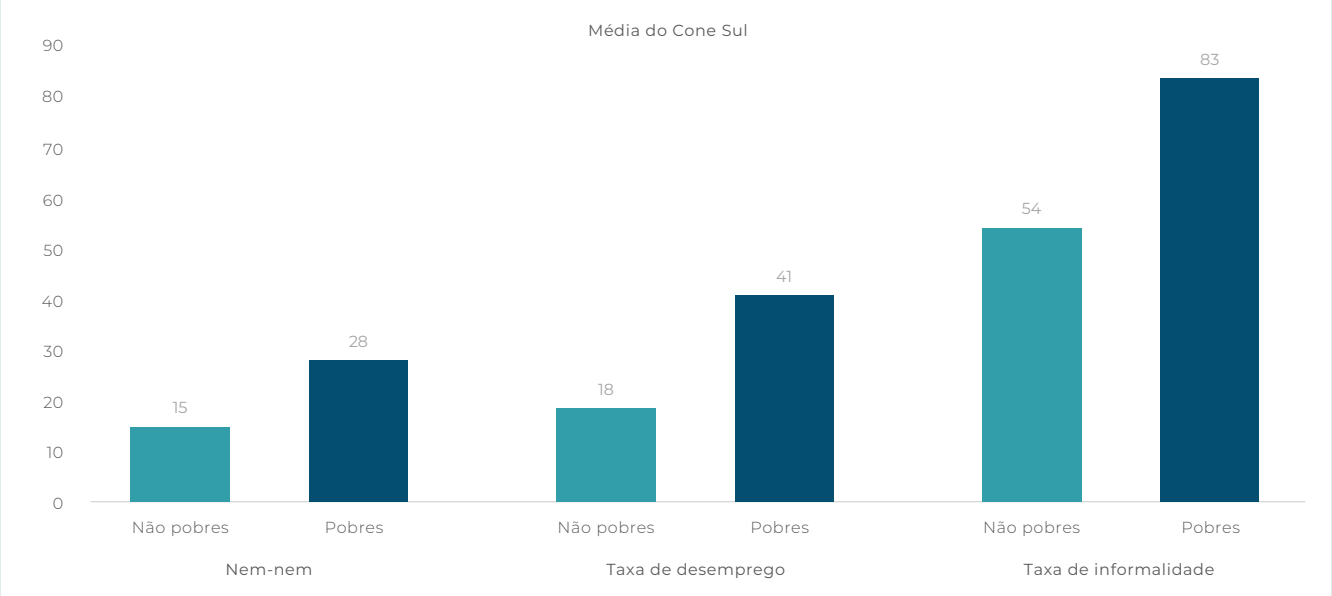
Fonte: Dados SCL – BID. Notas: Define-se como família com NBI aquela que atende a qualquer uma das seguintes condições: moradia com telhados de materiais não permanentes; ausência de saneamento melhorado; ausência de eletricidade como principal fonte de iluminação; ausência de acesso a uma fonte de água dentro da casa; paredes de materiais não permanentes; pisos de terra; superlotação; ou presença de crianças ou adolescentes fora da escola. Esses números não são estritamente comparáveis entre os países do Cone Sul, devido à falta de dados sobre eletricidade e paredes na Argentina, telhados no Brasil e diferenças na definição de dormitórios no cálculo de superlotação. No caso do Chile, os dormitórios correspondem a cômodos usados exclusivamente para dormir, enquanto nos demais países do Cone Sul correspondem a cômodos que são usados para dormir, independentemente de terem outro uso durante o dia.

Uma das principais lacunas entre adultos e jovens é a falta de espaço físico ou a superlotação. A superlotação implica uma diminuição do bem-estar, na medida em que reduz os níveis de conforto e privacidade, podendo promover condições de insalubridade (Duryea e Robles, 2017). Essas condições podem, por exemplo, limitar o desempenho escolar dos jovens, por não terem um ambiente propício ao estudo e ao descanso, além de afetar sua saúde física e mental. Essa variável pode ser medida de várias maneiras; geralmente, considera-se a relação entre o número de pessoas no domicílio e alguma medida de espaço disponível na casa, como o número de

quartos ou cômodos. Uma forma comum de definir superlotação – apresentada no Gráfico 4.3 – é quando a razão entre o número de pessoas que vivem no domicílio e o número de dormitórios disponíveis excede 2,5. Com essa medida, em média, 14 por cento da população jovem do Cone Sul vive em situação de superlotação, enquanto para os maiores de 25 anos esse percentual é de 10 por cento.[22]

Viver em uma família em situação de pobreza afeta todas as áreas da vida dos jovens. Os jovens que vivem em famílias em situação de pobrezas têm uma probabilidade duas vezes maior de estar desempregados ou de ser nem-nem, do que os jovens que vivem em famílias não pobres (Gráfico 4.4). Além disso, quando conseguem um emprego, na maioria dos casos é no setor informal. Crescer em famílias em situação de pobreza ou com NBI afeta os resultados educacionais, a possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho e também a saúde dos jovens. O estresse da pobreza no início da vida pode estar associado a problemas de saúde, especialmente de saúde mental. Reconhece-se que viver na pobreza e trabalhar ou viver em situação de rua são importantes fatores de risco para a saúde mental dos jovens (CAF, OIJ e PNUD, 2024). Além dos altos níveis de estresse das pessoas que vivem em situação de pobreza, os baixos níveis de acesso a cuidados médicos podem exacerbar o risco e a gravidade dos problemas de saúde.

Gráfico 4.4. Diferenças entre jovens pobres e não pobres



Fonte: SCL Data-BID. Notas: os dados correspondem a 2022 e à média simples da região.

22 Essa medida não é estritamente comparável entre os países do Cone Sul. No caso do Chile, os dormitórios correspondem a quartos usados exclusivamente para dormir, enquanto para os demais países do Cone Sul correspondem a quartos que são usados para dormir, independentemente de terem outro uso durante o dia.

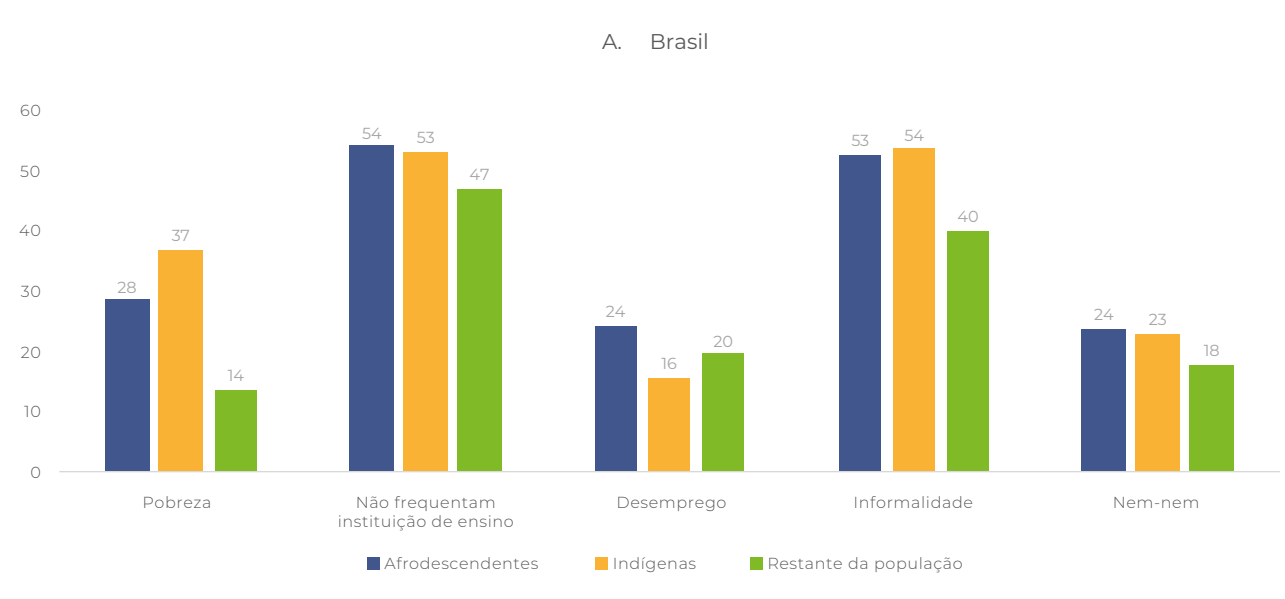
Quadro 4.1. Vulnerabilidade em jovens indígenas e afrodescendentes

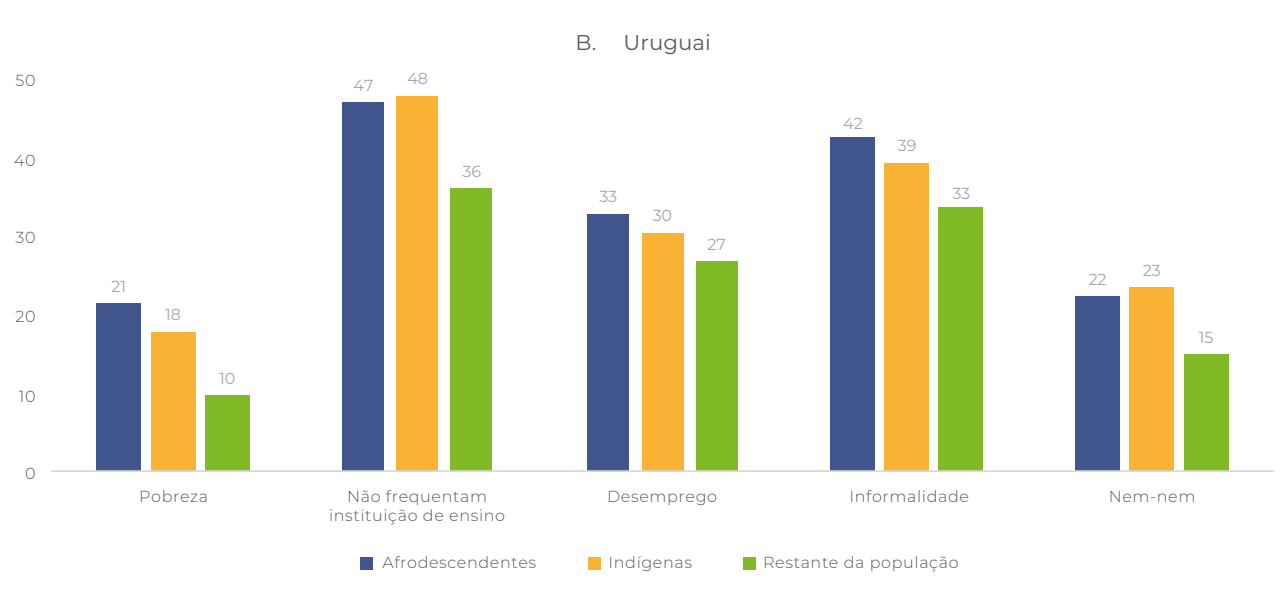
Diversas populações enfrentam lacunas no Cone Sul em termos de acesso à educação, emprego e níveis de pobreza. A interseção das desigualdades etárias, raciais e de gênero agrava ainda mais essas disparidades. Este quadro enfoca as desigualdades étnico-raciais no Brasil e no Uruguai, visto que esses países têm maior disponibilidade de dados desagregados por raça e idade.

A taxa de pobreza entre jovens indígenas e afrodescendentes no Brasil é duas ou mais vezes maior do que no restante da população jovem (painel A da Gráfico 4.5.). Tanto os jovens afrodescendentes quanto os indígenas apresentam taxas mais baixas de frequência a centros educacionais, sendo particularmente altas no caso dos meninos. O desemprego é maior na população afrodescendente, particularmente mulheres afrodescendentes, que enfrentam uma taxa de desemprego de 30 por cento. Da mesma forma, a porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham também é maior entre jovens afrodescendentes e indígenas, e as mulheres desses grupos são mais afetadas: 30 por cento das mulheres afrodescendentes e indígenas não estudam nem trabalham.

O Uruguai também apresenta diferenças em jovens indígenas e afrodescendente em todas as áreas estudadas. A taxa de pobreza desses jovens é duas vezes maior do que para o restante da população jovem (painel B da Gráfico 4.5), e a combinação de ser mulher e indígena ou afrodescendente está associada a taxas de desemprego acima de 30 por cento, bem como a uma proporção de jovens que não estudam nem trabalham próxima a 30 por cento.

Gráfico 4.5. Diferenças étnico-raciais entre jovens





Fuente: SCL Data-BID. Notas: los datos corresponden a 2022.

Vários estudos mostram tratamento desigual segundo a raça por parte de professores e empregadores na América Latina e no Caribe (BID, 2022). Um estudo mostra que, no Brasil, as preferências dos empregadores por trabalhadores brancos explicam aproximadamente 6 a 8 por cento da diferença salarial racial (Gerard et al., 2021); outro estudo mostra que os professores atribuem notas mais baixas em matemática a alunos afrodescendentes (Botelho et al., 2015).

Uso de políticas públicas para fechar lacunas étnico-raciais

Mais avanços devem ser feitos para entender quais políticas públicas são eficazes no Cone Sul para reduzir ou eliminar essas iniquidades. Um estudo do BID de cinco países da América Latina e do Caribe, incluindo Brasil e Uruguai, mostra que quase todas as transferências, especialmente as condicionadas, são progressivas do ponto de vista étnico-racial: a participação das populações indígenas e afrodescendentes nos benefícios, geralmente excede sua participação relativa na população nacional (Lustig et al., 2019). Isso ocorre devido às altas taxas de pobreza desses segmentos da população e não por se tratar de políticas ativas voltadas para a promoção da igualdade étnico-racial. No entanto, o estudo mostra que as transferências não conseguem fechar a lacuna nas taxas de pobreza entre diferentes grupos étnico-raciais e que, em alguns casos, exacerbam essas diferenças. No Brasil, as transferências diretas reduzem relativamente mais a pobreza moderada entre a população não indígena ou branca do que entre as populações indígenas e afrodescendentes. No Uruguai, embora a taxa de pobreza moderada seja ligeiramente menor entre povos indígenas e afrodescendentes do que na população branca, o efeito inverso ocorre no caso da pobreza extrema.

estudo também argumenta que, embora o impacto de transferências e impostos diretos na desigualdade étnico-racial seja mínimo, o impacto dos gastos públicos com educação e saúde poderia ajudar a reduzir futuras desigualdades étnico-raciais. O estudo mostra que o gasto público com educação fundamental e média e serviços de saúde é progressivo em termos étnico-raciais tanto no Brasil quanto no Uruguai. O Brasil avançou até mesmo na progressividade do gasto com o ensino superior em termos étnico-raciais. No entanto, essa progressividade se deve, em parte, à substituição por serviços privados entre os setores de maior renda, que são predominantemente brancos ou não indígenas, e não capta a qualidade dos serviços prestados. Em muitos casos, as famílias em melhor situação optam por substituir a educação fundamental e média pública por opções privadas de maior qualidade, o que poderia reforçar as lacunas étnico-raciais existentes. Do ponto de vista da equidade na aprendizagem, o problema da escassez de professores concentra-se principalmente em escolas de menor nível socioeconômico, rurais e com maior porcentagem de populações indígenas (Bertoni et al., 2020). Em outras palavras, melhorar a qualidade e o acesso a serviços públicos é crucial para reduzir a desigualdade interracial e intrarracial.

O papel da saúde física e mental

A saúde física e mental é essencial para o sucesso educacional e para a inserção no mercado de trabalho. São muitos os desafios em termos de saúde juvenil na região, como segurança alimentar, obesidade, violência, saúde mental, uso de substâncias, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis.

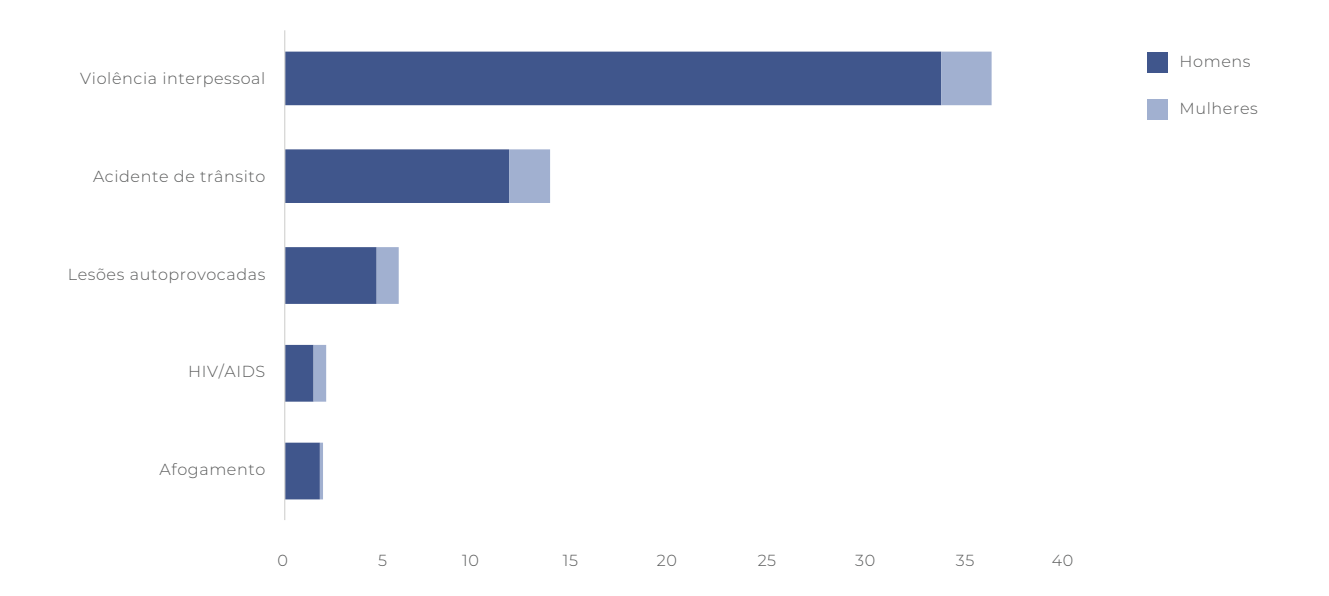
Violência interpessoal, acidentes de trânsito e lesões autoprovocadas são as três principais causas da morte de jovens nos cinco países do Cone Sul.[23] De acordo com dados da OMS, em 2019 mais de 90 mil jovens de 15 a 29 anos morreram no Cone Sul,[24] muitos por causas evitáveis. Os homens responderam por 80 por cento dessas mortes. Os jovens constituem o grupo populacional que enfrenta maiores riscos à saúde associados a fatores exógenos em comparação com outras faixas etárias, principalmente homicídios, acidentes de trânsito, suicídios e outras lesões (Trucco e Ullmann, 2015). De fato, no Cone Sul, violência interpessoal, acidentes de trânsito e lesões autoprovocadas, HIV/AIDS e afogamento são responsáveis por 65 por cento de todas as mortes na população de 15 a 29 anos, enquanto na população total essa proporção é de apenas 8 por cento. O restante desta seção se concentrará em saúde mental e saúde sexual e reprodutiva; o próximo capítulo abordará questões de violência. Cabe destacar que problemas associados ao uso de drogas e álcool não são discutidos neste relatório. Embora esse seja um tema com consequências importantes para o bem-estar dos jovens

23 Dados da OMS referentes a 2021; disponível em: https://www.who.int/data/gho/data/themes/mortality-and-global-health-estimates/ghe-leading-causes-of-death.

24 Cerca de 68 milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivem no Cone Sul.

(incluindo violência e criminalidade), não está entre as dez principais causas de morte entre os jovens no Cone Sul, ao contrário de outros países[25].

Gráfico 4.6. Cinco principais causas de morte de jovens no Cone Sul (Milhares de habitantes)



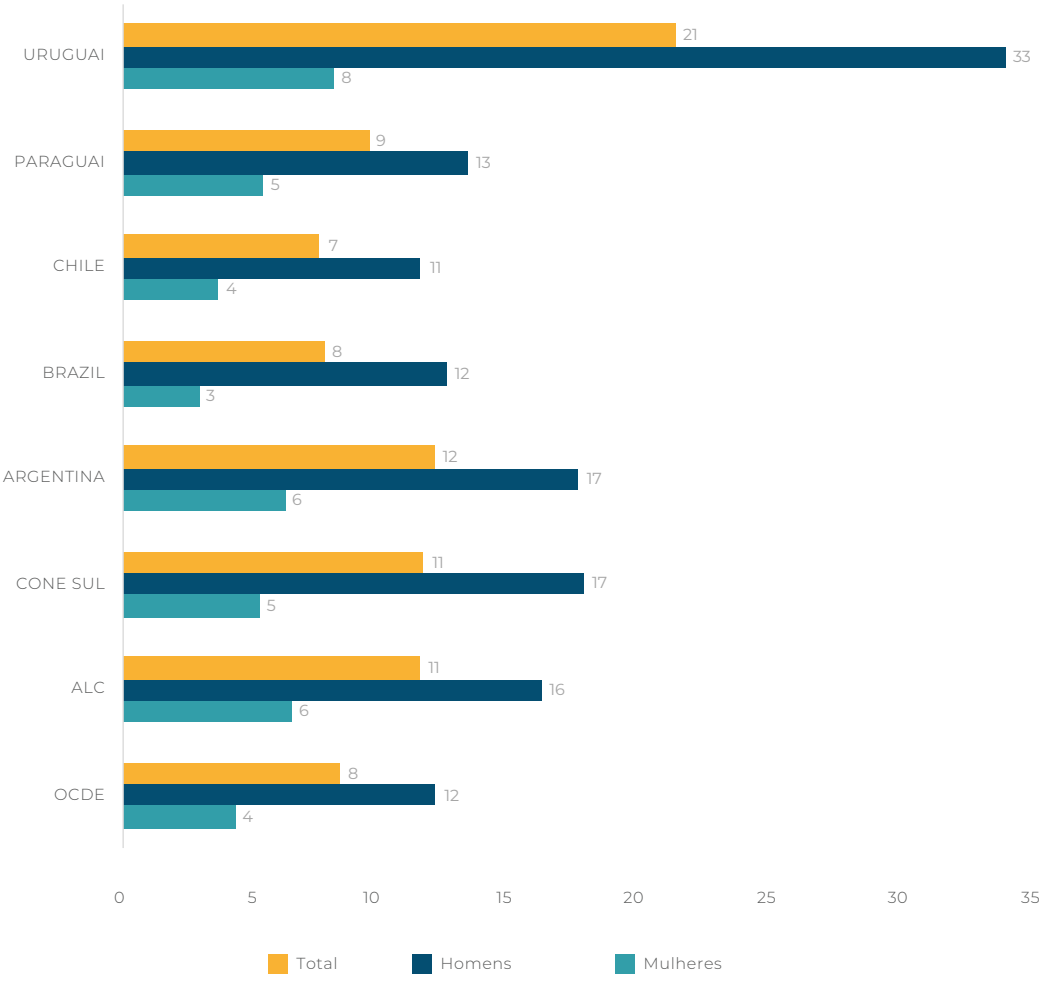
Fonte: Estimativas de Saúde Global 2020, OMS.
Nota: os dados correspondem a 2019 e abrangem jovens entre 15 e 29 anos.

A saúde mental é um aspecto muito importante da saúde dos jovens e tem um impacto significativo no seu desenvolvimento e nas suas possibilidades de viver uma vida plena e usufruir da integração social. Os problemas de saúde mental estão associados ao desempenho escolar, ao uso e abuso de substâncias, à violência e à saúde sexual e reprodutiva, entre outras questões. Entre os jovens, as mulheres têm maior prevalência de transtornos internalizantes, como depressão e ansiedade, enquanto os homens apresentam mais transtornos externalizantes, como uso de substâncias e comportamentos antissociais (Trucco e Ullmann, 2015). A retroalimentação entre saúde mental e vulnerabilidade tem sido amplamente apontada: pessoas que vivem em situação de pobreza enfrentam altos níveis de estresse e exclusão social (Trucco e Ullmann, 2015). Atualmente, um em cada sete adolescentes no mundo enfrenta um distúrbio de saúde mental, e o suicídio é a quarta causa de morte entre pessoas de 15 a 29 anos em todo o mundo (Keeley, 2021; OMS, 2021).

25 Por exemplo, nos Estados Unidos, as mortes associadas ao uso de drogas ocuparam o terceiro lugar entre os jovens entre 15 e 19 anos em 2021 e o primeiro lugar entre aqueles de 20 a 29 anos (dados da OMS).

No Cone Sul, o suicídio está entre as três principais causas de mortalidade entre jovens de 15 a 29 anos. No Brasil e no Paraguai, é a terceira causa de morte nessa faixa etária, na Argentina e no Chile, a segunda e no Uruguai, a primeira. Segundo dados da OMS, as taxas de suicídio juvenil por 100 mil habitantes variam de 7 no Chile a 21 no Uruguai, com uma média de 11 no Cone Sul (Gráfico 4.7). Esse fenômeno tem maior incidência em homens, principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos, em todos os países do Cone Sul. No Chile, os dados mostram taxas mais altas de suicídio adolescente em regiões com maior concentração de populações indígenas do que naquelas com menor concentração (OPAS e OMS, 2018).

Gráfico 4.7. Taxa de suicídio entre jovens (Mortes por suicídio por 100 mil habitantes)



Fonte: OMS.
Notas: os dados correspondem a 2019 para jovens de 15 a 24 anos. Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da OCDE incluem todos os países membros, e os dados da ALC incluem Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Os dados da OCDE incluem todos os 38 países membros.

As evidências sugerem que a pandemia teve consequências negativas na saúde mental dos jovens. O estresse financeiro familiar por perda de renda, perda de familiares, isolamento, violência doméstica, níveis mais baixos de atividade física, fechamento de escolas e incerteza são alguns dos fatores que produziram um aumento da depressão e da ansiedade entre os jovens da América Latina e do Caribe durante a pandemia (Abizanda, et al., 2022). Na Pesquisa das Nações Unidas sobre a Juventude na América Latina e no Caribe no contexto da pandemia de Covid-19 (Nações Unidas, 2021a), cerca de 52 por cento dos jovens pesquisados mencionaram ter sofrido maior estresse durante a pandemia, e 47 por cento ter vivido momentos de ansiedade ou ataques de pânico durante a quarentena.[26] Aqueles que sofreram mais estresse são jovens com um gênero diferente de homem e mulher (68 por cento), seguidos por mulheres (54 por cento) e homens (45 por cento).

Atualmente, há preocupações com o impacto da internet e dos telefones celulares no desempenho educacional e na saúde mental. Vários fatores podem afetar a saúde mental na juventude, incluindo pobreza, *bullying* na escola, uso de álcool e drogas, violência doméstica e discrepância entre aspirações e realidade. Mas uma característica distintiva da geração atual de jovens – muitas vezes identificados como nativos digitais – é sua estreita relação com a tecnologia. De acordo com os resultados dos testes PISA 2022, na média da OCDE 30 por cento dos estudantes admitem que se distraem nas aulas devido ao uso desses dispositivos, enquanto na Argentina, no Chile e no Uruguai, esse número ultrapassa 50 por cento dos estudantes. Além disso, há evidências de que o aumento da exposição à internet pode afetar a saúde mental dos jovens por diferentes canais (ver Quadro 4.2). Relacionada a isso, a expansão da internet também gerou novas formas de violência entre os jovens que afetam seu bem-estar e sua saúde mental. Dados dos Estados Unidos mostram que quase metade dos adolescentes foram assediados ou intimidados on-line (*cyberbullying*); uma razão relativamente comum para isso é a aparência física (Pew Research Center, 2022). As mulheres são especialmente propensas a relatar abusos on-line. O Capítulo 5 apresenta dados sobre a prática do *sexting*, que consiste na troca de imagens íntimas por meio de dispositivos digitais.

26 A pesquisa foi administrada entre maio e junho de 2020 por meio de um formulário online de 49 perguntas. Foram contemplados 7.751 jovens entre 15 e 29 anos, dos quais 4.570 são de países sul-americanos.

Quadro 4.2. Como o uso da internet impacta o bem-estar socioemocional dos jovens?

Paralelamente à deterioração da saúde mental dos jovens, o uso da internet disparou na última década - de quase 2 bilhões de usuários em todo o mundo em 2010 para quase 5 bilhões em 2021 (Bogdan-Martin, 2019). Os jovens usam a internet em maior proporção: 71 por cento das pessoas entre 15 e 24 anos estão conectadas à internet, em comparação com 57 por cento em outras idades.

Compreender a relação entre o bem-estar socioemocional dos jovens e a exposição à internet torna-se crucial em qualquer esforço para reduzir a incidência de transtornos de saúde mental e desenvolver políticas e ações que permitam cuidar do bem-estar dessa população. No entanto, quantificar o impacto do consumo de internet no bem-estar socioemocional é complexo, pois ambas as variáveis se determinam mutuamente.

O aumento do consumo de internet pode afetar o bem-estar mental por diferentes canais. Primeiro, o uso da internet melhorou a eficiência com que realizamos atividades como acessar e compartilhar informações, nos comunicarmos, comprar bens e serviços e encontrar entretenimento. Isso poderia ter um efeito direto ou indireto no bem-estar, ao liberar tempo e mudar padrões de uso do tempo. Em segundo lugar, a internet viabilizou novas atividades que não existiam antes. Por exemplo, o tipo de interação social remota oferecida por meio de redes sociais digitais, mensagens instantâneas, videochamadas e jogos on-line. Isso pode ter efeitos diretos no bem-estar (positivos ou negativos), visto que as interações sociais são uma parte fundamental do nosso estado emocional. Além disso, essas novas formas de interação social ampliam o grupo de referência do indivíduo, potencialmente alterando sua autoestima e suas aspirações, afetando, assim, sua satisfação com a vida. Também podem distorcer a base para comparações sociais: como alguns estudos sugerem, as redes sociais on-line são usadas mais para compartilhar informações positivas do que negativas (Sabatini e Sarracino, 2015). Finalmente, o acesso ilimitado a informações e entretenimento on-line, de baixo custo, também pode promover comportamentos viciantes (Allcott et al., 2022). Mas, ao mesmo tempo, o próprio bem-estar socioemocional de uma pessoa determina suas decisões de quanto e como se conectar à internet. Daí a complexidade para analisar essa relação.

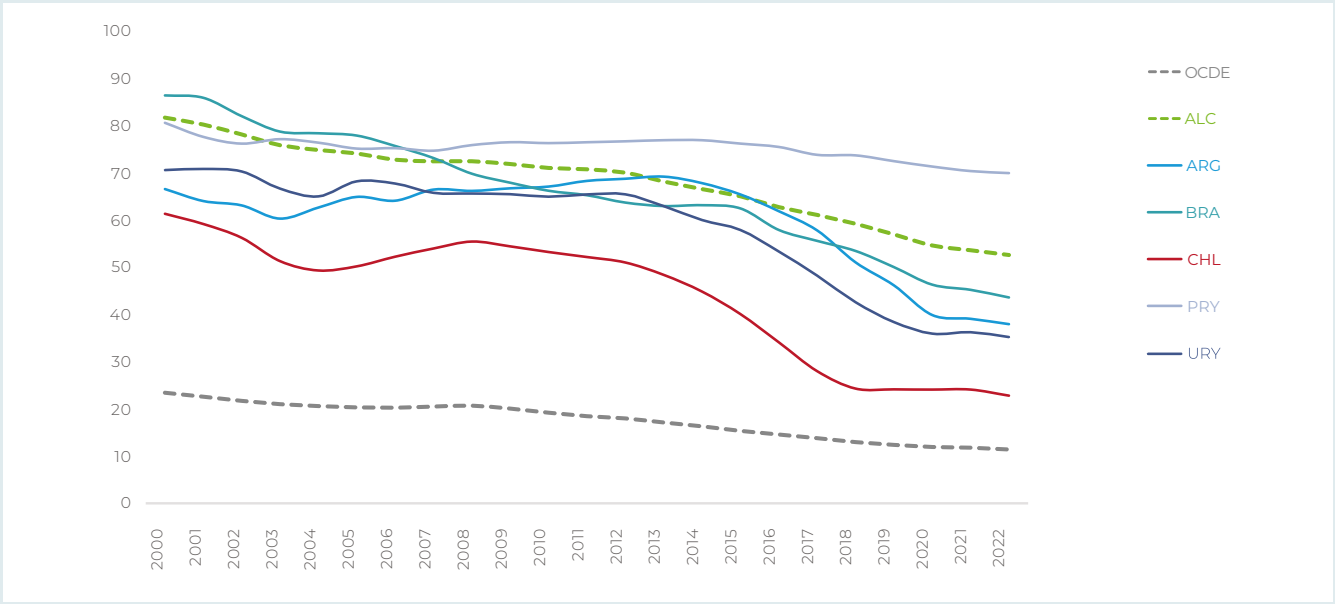
Um estudo do BID resolve esse problema usando a expansão da rede de internet de banda larga ocorrida na segunda década do século XXI no Uruguai, e quantificando o impacto da probabilidade de acesso à banda larga em um bairro no bem-estar socioemocional dos jovens (Colombo et al., 2023). O estudo constata que o acesso à internet de alta velocidade tem efeitos conflitantes: por um lado, observa-se um efeito positivo, pois reduz a probabilidade de os jovens se sentirem sozinhos; por outro, observa-se um aumento na sua probabilidade de se sentirem preocupados com frequência, a ponto de não conseguirem dormir. Da mesma forma, aumentou a probabilidade de realização de consultas médicas, embora não tenham sido observados efeitos na consulta com um psicólogo ou psiquiatra.

A análise dos potenciais mecanismos subjacentes a esses resultados revela que o acesso à internet de alta velocidade diminui a satisfação dos jovens com a própria forma de ser. No entanto, não foram encontrados efeitos na participação em atividades em grupo (como partidos políticos e movimentos estudantis), ou na probabilidade de envolvimento em atividades de lazer e esportes. A análise dos resultados posiciona as mulheres como um grupo particularmente vulnerável aos riscos da internet, uma vez que para elas não há evidências de diminuição significativa na probabilidade de se sentirem sozinhas. Os resultados também mostram um aumento na probabilidade de consumo de álcool e maconha, mostrando que o acesso à internet também pode afetar comportamentos de risco.

Outro principal desafio para os jovens continua sendo o acesso equitativo à saúde sexual e reprodutiva. Apesar dos avanços na região durante a segunda década deste século, a América Latina e o Caribe têm a segunda maior taxa de gravidez na adolescência do mundo, atrás apenas da África Subsaariana (UNFPA, 2020). Além disso, aproximadamente 120 mil jovens de 15 a 24 anos são portadores de HIV na América Latina e no Caribe, com maior concentração na faixa etária de 20 a 24 anos e em certos grupos como a população indígena (Nações Unidas, 2021b). Na maioria dos países do Cone Sul, a gravidez na adolescência caiu acentuadamente desde 2010, mas continua alta (a incidência é maior do que na OCDE). (Gráfico 4.8.). A tendência é menos clara no Paraguai, onde a taxa de maternidade precoce continua superando a média da América Latina e do Caribe. A gravidez na adolescência limita as possibilidades dos jovens de estudar e participar do mercado de trabalho. Os problemas sociais associados à maternidade precoce estão ligados à abreviação da trajetória educacional e à alteração dos planos de vida, constituindo-se um canal de transmissão intergeracional da pobreza (CEPAL e UNICEF, 2007). As mulheres que foram mães em idade precoce ganham em média 24 por cento menos do que aquelas que se tornaram mães na vida adulta, além de apresentar taxas mais altas de inatividade e desemprego (UNFPA, 2020). Na América Latina e no Caribe, a desigualdade socioeconômica da fecundidade adolescente é ainda maior do que a da fecundidade total (CEPAL, 2023b); as lacunas entre adolescentes do primeiro e quinto quintis de renda são especialmente altas na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai, devido às baixas porcentagens de gravidez na adolescência nos segmentos de alta renda (Rossel e Filgueira, 2015).

Na maioria dos países do Cone Sul, a gravidez na adolescência caiu acentuadamente desde 2010, mas continua alta.

Gráfico 4.8. Taxa de fecundidade das adolescentes



Fonte: Banco Mundial. Nascimentos por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos. Notas: Os dados de cada região correspondem à média simples de seus países. Os dados da OCDE incluem todos os países membros, e os dados da ALC incluem Argentina, Bahamas, Belize, Bolívia, Brasil, Barbados, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai, El Salvador, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Impacto das intervenções: o que dizem as evidências?

Esta seção se concentra em políticas voltadas para dois objetivos: aumentar a renda de famílias pobres ou vulneráveis com jovens e melhorar a saúde mental e reprodutiva dos jovens. Essas intervenções complementam, mas não substituem, outras intervenções de políticas públicas discutidas nos Capítulos 2 e 3, que visam fortalecer a educação e a formação de jovens (incluindo políticas de cotas para jovens indígenas e afrodescendentes), bem como sua formação e inserção no mercado de trabalho. O nexo entre educação e saúde é particularmente robusto (BID, 2021b). Por exemplo, a inclusão de temas de saúde nos currículos escolares contribuiu efetivamente para melhorar a dieta e combater a obesidade (Shekar e Popkin, 2020), promover a saúde sexual dos adolescentes (Franco et al., 2006) e reduzir o uso de substâncias tóxicas (Faggiano et al., 2014). As escolas também são um ambiente fundamental para promover e abordar questões de saúde mental nos jovens (Fazel et al., 2014; Hoagwood et al., 2007).

Os programas de transferência condicionada de renda tiveram um impacto positivo na pobreza e no uso de serviços de saúde e educação (BID, 2021c). Esses programas foram criados na América Latina e no Caribe na década de 1990 para aliviar a pobreza estrutural, e com o duplo objetivo de apoiar o consumo e estimular a acumulação de capital humano de crianças e jovens, por meio de condicionalidades. No entanto, as avaliações disponíveis dos impactos dos programas de transferência

no bem-estar de adolescentes e jovens mostram efeitos menos contundentes do que os encontrados em relação com a primeira infância e a infância (Rossel e Filgueira, 2015). O Capítulo 2 discute mais detalhadamente as evidências desses tipos de programas nos resultados educacionais dos jovens.

Em termos de saúde mental, as ações preventivas e o uso da tecnologia representam uma oportunidade. Por um lado, as instituições de ensino podem trabalhar abordando os desafios da relação com o mundo *on-line*, promovendo campanhas de informação e conscientização, fomentando um ambiente de apoio e compreensão e reduzindo o estigma associado aos transtornos mentais. O sistema educacional pode identificar e implementar intervenções precoces para alunos em risco e encaminhá-los para serviços profissionalizados quando necessário. Por outro lado, o contato com profissionais de saúde seria especialmente relevante para o encaminhamento adequado a especialistas em saúde mental, aumentando a detecção precoce. O uso da tecnologia também representa uma oportunidade. Nos últimos anos, o uso de ferramentas digitais como aplicativos móveis, plataformas, teleterapia ou *chatbots* impulsionados por inteligência artificial, entre outras, foi desenvolvido para combater problemas de saúde mental. Embora possam ser ferramentas eficazes em termos de custo – dada a lacuna que existe entre as necessidades dos adolescentes e a oferta de saúde mental na região – essas intervenções não têm sido aplicadas em larga escala; é essencial reconhecer suas limitações e seus riscos potenciais. Considerações éticas e culturais também devem ser incorporadas, para garantir que essas tecnologias contribuam efetivamente para os cuidados de saúde mental de maneira responsável e baseada em evidências.

Em relação à gravidez na adolescência, as evidências mais promissoras se concentram em iniciativas para ampliar o acesso a métodos contraceptivos eficazes (BID, 2022). Desde 2014, os implantes subcutâneos estão disponíveis gratuitamente no Uruguai como método contraceptivo de longa duração (vida útil entre três e cinco anos), para usuárias do setor público de saúde. As evidências mostram que essa política teve um impacto significativo na taxa de natalidade das unidades públicas de saúde, com reduções especialmente significativas entre as adolescentes: pelo menos um terço da queda acentuada de fecundidade entre adolescentes e mulheres jovens é explicada pela disponibilidade desse novo método contraceptivo (Ceni et al., 2021). Os avanços nessa área são fundamentais para garantir a possibilidade de os jovens escolherem quando querem ter filhos e evitar doenças sexualmente transmissíveis. Em termos gerais, as evidências mostram que, sem garantia de acesso efetivo aos métodos contraceptivos por adolescentes, qualquer outra ação terá efeitos limitados; e que a probabilidade de seu uso efetivo e consistente aumenta quando sua distribuição é acompanhada por aconselhamento sobre saúde sexual e reprodutiva (Maleš e Vásquez, 2017).

Em resumo

- No Cone Sul, 1 em cada 10 jovens vive em famílias em extrema pobreza, 1 em família pobre e 4 em famílias vulneráveis. As mulheres jovens e os jovens do meio rural enfrentam taxas mais altas de pobreza. A pobreza é mais elevada entre os jovens do que entre os adultos e especialmente alta no grupo etário de 15-19 anos, no qual a taxa de pobreza é o dobro da dos adultos em vários países. Viver na pobreza afeta todas as áreas da vida dos jovens, duplicando a probabilidade de desemprego e o emprego precário. A pobreza também afeta negativamente a saúde mental dos jovens, aumentando o estresse e o risco de problemas de saúde mental.

- As populações indígenas e afrodescendentes enfrentam taxas mais altas de pobreza e desemprego, com lacunas significativas na educação e no emprego. Embora as transferências diretas de renda sejam progressivas do ponto de vista étnico-racial, não conseguem fechar a lacuna de pobreza entre diferentes grupos. O gasto público com educação e saúde ajuda a reduzir algumas desigualdades étnico-raciais, mas é crucial melhorar a qualidade e o acesso aos serviços públicos.

- O suicídio é uma das principais causas de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Cone Sul. Os problemas de saúde mental têm um impacto significativo no desenvolvimento e nas oportunidades dos jovens, com maior prevalência de transtornos internalizantes nas mulheres e transtornos externalizantes nos homens. A pandemia exacerbou os problemas de saúde mental, aumentando os níveis de estresse e ansiedade.

- Apesar dos avanços, o Cone Sul continua com uma alta taxa de gravidez na adolescência, superior à da OCDE. Além disso, o HIV/AIDS é a quarta principal causa de morte juvenil. A gravidez na adolescência limita as oportunidades educacionais e de emprego das jovens, perpetuando a pobreza intergeracional.

- Os programas de transferência condicionada de renda tiveram um impacto positivo na pobreza e melhoraram o uso dos serviços de saúde e educação, embora os efeitos nos jovens sejam menos contundentes do que nas crianças. A saúde mental pode ser abordada por meio de intervenções escolares e prevenção precoce; a tecnologia, como aplicativos e teleterapia, também pode ajudar, mas é essencial reconhecer suas limitações e seus riscos. Na saúde reprodutiva, o acesso a contraceptivos, como implantes subcutâneos gratuitos no Uruguai, reduziu significativamente a taxa de natalidade na adolescência, demonstrando a importância de garantir o acesso efetivo e acompanhá-lo de aconselhamento em saúde sexual.

CAPÍTULO 5
A EXPOSIÇÃO DOS JOVENS À VIOLÊNCIA E À CRIMINALIDADE

Os jovens são desproporcionalmente afetados pela criminalidade e pela violência, como vítimas e perpetradores[27]. Conforme discutido no Capítulo 4, a violência interpessoal é a principal causa de morte entre os jovens no Cone Sul.[28] A violência interpessoal é responsável por 4 de cada 10 mortes de jovens de 15 a 29 anos na região, em comparação com 1 de cada 10 globalmente. Os jovens estão expostos a vários tipos de violência, incluindo violência na família, violência nas escolas e entre pares e violência na comunidade, que pode estar ligada a gangues ou ao crime organizado.

A violência interpessoal é responsável por 4 de cada 10 mortes de jovens de 15 a 29 anos na região, em comparação com 1 de cada 10 globalmente.

A adolescência e o início da idade adulta são as fases de maior vulnerabilidade à criminalidade e à violência e, portanto, críticas para a implementação de intervenções de prevenção. As primeiras ações violentas e criminosas geralmente ocorrem na adolescência ou no início da idade adulta, e frequentemente estão associadas a eventos ou estímulos negativos ocorridos na infância (ver Quadro 5.1.). As evidências mostram que a probabilidade de iniciar uma carreira criminosa na idade adulta é muito baixa (Holzer et al., 2022; Rocque, 2021). Do ponto de vista social, a adolescência e a juventude são um momento de mudanças nas relações com os pais e companheiros, de aumento da importância dos pares e de busca de identidade e pertencimento. Além disso, há mudanças no desenvolvimento biológico e cognitivo no cérebro. Nos jovens, o controle cognitivo (por exemplo, planejamento, inibição) ainda está em desenvolvimento, o que reduz seu controle de resposta emocional/afetiva, tornando-os mais suscetíveis a comportamentos de maior risco. Embora todos os jovens estejam expostos a essas mudanças biológicas e sociais, o risco de envolvimento em atividades criminosas e violentas é mediado por outros fatores ambientais, que podem aumentá-lo ou reduzi-lo.

27 Este capítulo é baseado em contribuições de especialistas do Grupo de Segurança e Justiça Cidadã do BID, compiladas por Heather Sutton.

28 Violência interpessoal é definida como "o uso intencional de força física ou poder por outra pessoa ou grupo, não incluindo forças militares ou policiais".

Quadro 5.1. Experiências adversas na infância (EAI)

EAIs são um conjunto de adversidades que ocorrem na infância, antes dos 18 anos, incluindo disfunção familiar e várias formas de abuso e negligência.

Um estudo global constata que adolescentes com mais de quatro EAI têm uma probabilidade entre quatro vezes (meninas) e onze vezes (meninos) maior de envolvimento na perpetração de violência, em comparação com aqueles com uma EAI ou menos (Blum et al., 2019). Quatro ou mais EAI estão significativamente associadas a várias formas de contato com a justiça criminal - prisão, encarceramento etc. - (Testa et al., 2022) e à violência e delinquência graves (Fox et al., 2015).

Um estudo no Chile constatou que meninas que relatam mais EAI têm taxas mais altas de transtorno de estresse pós-traumático e problemas de qualidade de vida, comportamentais, emocionais e de saúde (Seiler et al., 2016). Um estudo em uma cidade do Brasil concluiu que 85 por cento dos adolescentes vivenciaram pelo menos uma EAI, sendo especialmente comuns a separação dos pais, a negligência emocional e a violência doméstica (Soares et al., 2016). Outro estudo encontrou uma média de 4,8 EAI em jovens que utilizam as ruas da cidade como espaços de socialização e sobrevivência em três cidades brasileiras (Raffaelli, et al., 2018).

*As EAI incluem abuso físico, emocional e sexual; negligência física e/ou emocional; e crescer em uma família com casos de encarceramento, doenças mentais, violência por parceiro íntimo e ausência de uma figura paterna devido à separação ou divórcio.

A violência juvenil está relacionada a tendências mais amplas, como a atividade de gangues e o crime organizado, a disponibilidade de armas de fogo, a governança fraca e a exclusão socioeconômica (De Mattos Pimenta, 2023; Lessing, 2017; UNODC, 2019). Crianças a partir dos dez anos de idade constituem um grupo-chave para o recrutamento por gangues (Downey, 2003; CIDH, 2015). A literatura da região (particularmente no que se refere ao Brasil) relata que os jovens participam do crime organizado, inclusive como informantes, sentinelas e narcotraficantes, ou para realizar ataques (Downey, 2003; CIDH, 2015; Zoettl, 2023). Desintegração de laços familiares e comunitários, oportunidades socioeconômicas e educacionais limitadas e falta de redes de segurança social são algumas das razões citadas para o envolvimento com gangues ou grupos de crime organizado.

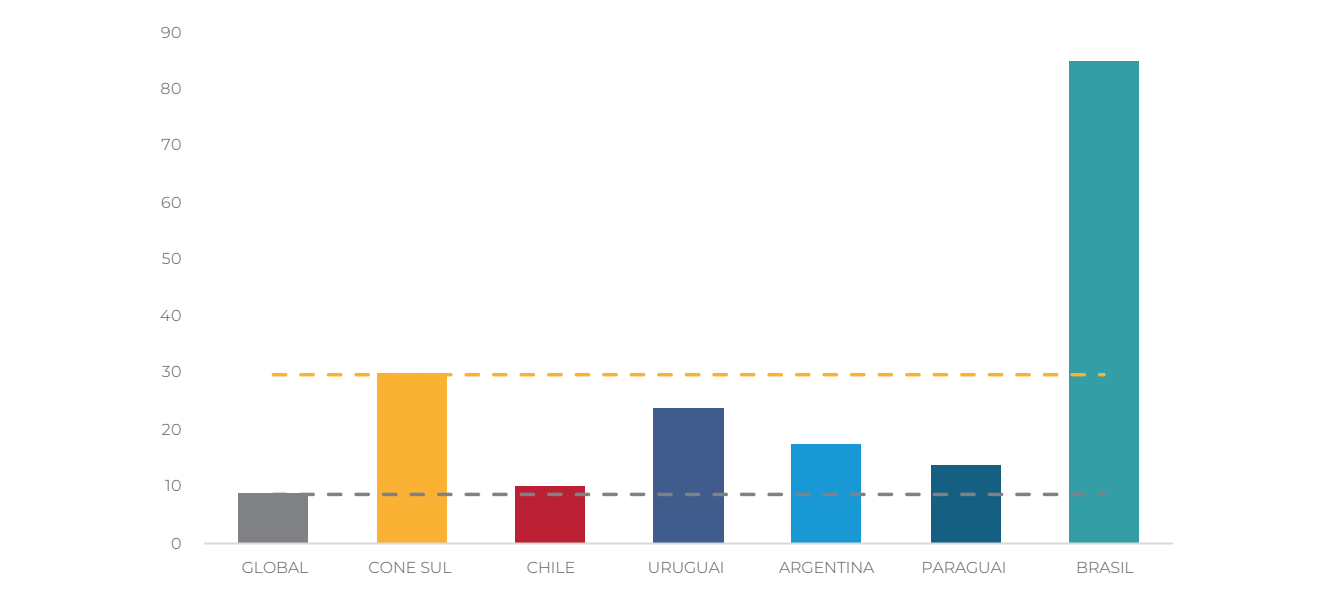
A violência e a criminalidade têm um impacto significativo na vida de adolescentes e jovens. A exposição dos jovens à criminalidade e à violência tem consequências negativas em seu desenvolvimento, além de ser um preditor de futuros comportamentos violentos e envolvimento na criminalidade (De Lisi et al., 2018; Flores et al., 2021; Jones e Pierce, 2021; McIntyre e Widom, 2011; Meldrum et al., 2020; Sviatschi, 2022). Estudantes que são vítimas de violência têm maior probabilidade de faltar ou abandonar a escola, e aqueles que permanecem podem estar demasiadamente assustados ou ansiosos para absorver informações. Os que sofrem violência aprendem menos, razão pela qual a violência tem um efeito direto no desempenho. Pesquisas sugerem que a violência dentro e ao redor das escolas tem um efeito ne-

gativo nos resultados educacionais, ao reduzir as pontuações nos testes de leitura, matemática e ciências (Wodon et al., 2021). A violência e a criminalidade na escola e na aprendizagem também podem ter efeitos negativos de longo prazo, relacionados com menor renda e menos opções de emprego (Wodon et al., 2021). A exposição precoce à violência, a evasão escolar, o desemprego e o uso de substâncias na adolescência são preditores de envolvimento futuro em atos criminosos (Copp et al., 2020; Kassing et al., 2022; Kim et al., 2023; Turanovic, 2019).

Homens e mulheres jovens são afetados pela violência e pelo crime organizado de maneiras diferentes: como perpetradores e como vítimas. Os homens jovens representam uma grande proporção das vítimas e dos perpetradores da violência de gangues e do crime organizado (UNODC, 2019). As mulheres jovens, por outro lado, são mais propensas a serem afetadas pela violência sexual e de parceiro íntimo. No entanto, as mulheres jovens também podem ser recrutadas por gangues e pelo crime organizado para tarefas específicas, ou ser expostas a relações sexuais e violência de gênero por membros de gangues, incluindo exploração sexual comercial.

No Cone Sul, a violência mata mais homens jovens do que as outras 9 principais causas de morte nesse grupo. No caso de homens jovens entre 15 e 19 anos, a violência interpessoal é a principal causa de morte no Cone Sul: ocupa o primeiro lugar na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai e o segundo no Paraguai, depois dos acidentes de trânsito. Além disso, a taxa de morte por violência interpessoal entre homens jovens de 15 a 19 anos no Cone Sul (30 para cada 100 mil) é quase três vezes maior do que a taxa global (9) (Gráfico 5.1).

Gráfico 5.1. Mortes de homens jovens entre 15 e 19 anos por violência interpessoal
(Cada 100 mil homens de 15 a 19 anos)



Fonte: Elaboração das autoras com base na OMS 2024; https://www.who.int/data/gho/data/themes/mortality-and-global-health-estimates/ghe-leading-causes-of-death. Notas: Os dados são de 2021. A taxa regional do Cone Sul corresponde à média simples das taxas nacionais.

No caso mais extremo, mais de 325 mil jovens de 15 a 29 anos morreram por homicídios no Brasil, entre 2011 e 2021 (Cerqueira e Bueno, 2023). Entre estes, mais de 305 mil eram homens e quase 98 mil eram adolescentes entre 15 e 19 anos. O Brasil está entre os cinco países com as maiores taxas globais de homicídio entre crianças e adolescentes, com quase 20 mortes por 100 mil crianças e adolescentes de 0 a 19 anos (UNICEF, 2022).[29] Os adolescentes de 15 a 19 anos são os mais afetados pela violência letal, visto que o homicídio é responsável por mais de um terço das mortes nessa faixa etária (39 por cento em 2021) (Cerqueira e Bueno, 2023).

Apenas uma pequena proporção dos atos de violência é letal; em sua maioria resultam em ferimentos e problemas de saúde e bem-estar na vida dos jovens. Embora o número de mortes por violência interpessoal seja menor no Chile, no Uruguai e na Argentina, as taxas de lesões não fatais nesses países ainda são altas. Ao examinar os anos vividos com incapacidade (AVI)[30] devido a violência interpessoal entre jovens (15 a 19 anos), Uruguai, Argentina e Chile estão situados no quintil superior dos países com as maiores taxas na América Latina e no Caribe, com 57, 56 e 52 por 100 mil habitantes, respectivamente (OPAS, 2021). Brasil e Paraguai apresentam

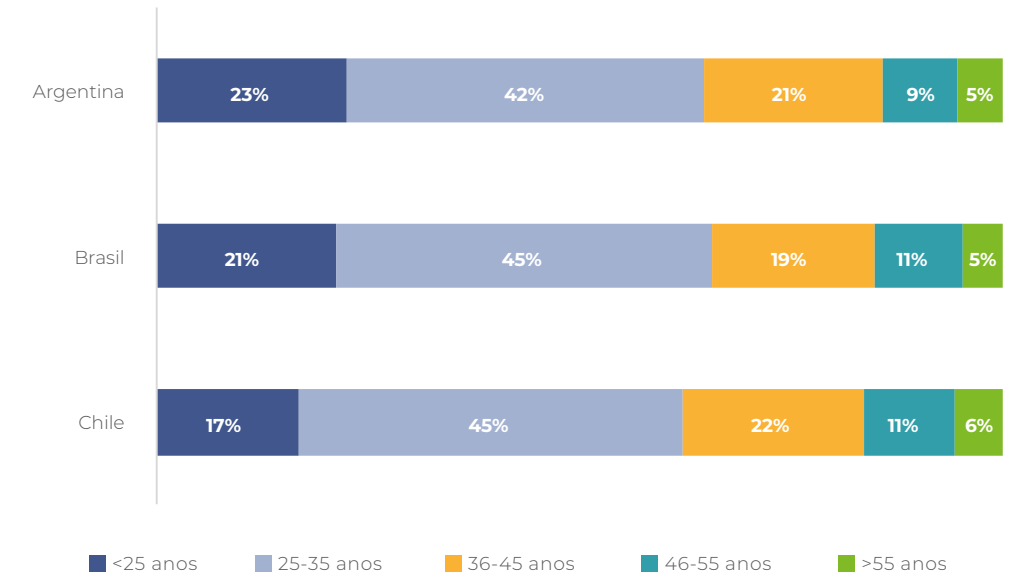
29 Os cinco países com o maior número de homicídios de crianças e adolescentes estão na América Latina e no Caribe: Brasil, Venezuela, El Salvador, Honduras e Colômbia.

30 O conceito de anos vividos com incapacidade (AVI) é uma medida baseada no tempo de vida saudável perdido devido a uma deficiência ou a problemas de saúde.

taxas mais baixas de AVI entre jovens da mesma faixa etária (ambos 35 por 100 mil habitantes), indicando que a violência tende a ser mais letal nesses dois países.

O envolvimento de jovens na criminalidade e na violência também resultou na detenção de uma porcentagem de jovens, em especial do sexo masculino, em centros de detenção juvenil ou encarceramento em prisões para adultos (geralmente, apenas para maiores de 18 anos). Embora os dados sobre jovens encarcerados não estejam prontamente disponíveis nem sejam estritamente comparáveis entre países, uma série de pesquisas prisionais conduzidas pelo BID constatou que, entre os países do Cone Sul, cerca de 20 por cento dos detentos pesquisados tinham menos de 25 anos (Gráfico 5.2) (Alvarado e Vélez-Grajales, 2019).[31] A análise de jovens presos com menos de 25 anos nessas pesquisas constatou que mais jovens do que adultos usaram uma arma no cometimento de um crime (65 por cento dos jovens contra 55 por cento dos adultos). Também indica que os jovens na prisão tendem a ter algum familiar preso (43 por cento) ou ter crescido em bairros com maior presença de gangues criminosas (65 por cento). Além disso, quase metade (45 por cento) saiu de casa antes dos 15 anos.

Gráfico 5.2. População carcerária por idade



Fonte: Alvarado e Vélez-Grajales (2019), com base nos dados de Pesquisas e Censos Prisionais apoiados pelo BID.

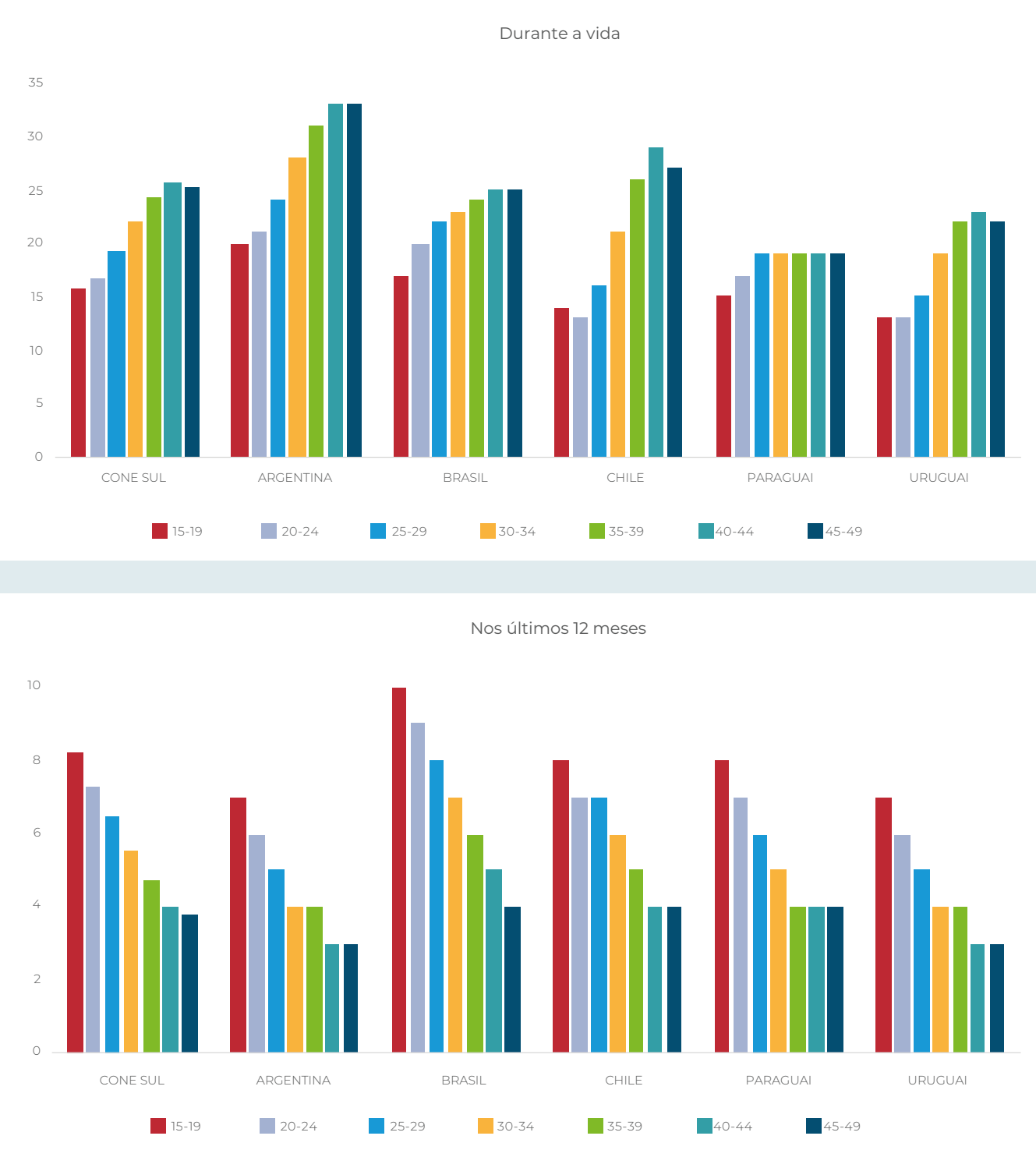
31 Para apoiar os países da região na melhoria dos sistemas prisionais, o BID impulsionou a aplicação de pesquisas prisionais em 14 países da região (Argentina, Bahamas, Barbados, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Peru, Suriname e Trinidad e Tobago), entrevistando, no total, mais de 11 mil detentos.

O cometimento de crimes e o encarceramento estão associados à violência doméstica. Um estudo do BID baseado na análise da pesquisa com presos condenados de oito países latino-americanos (incluindo Argentina, Brasil e Chile) constatou que ter crescido em um lar com um ambiente familiar violento afeta o comportamento criminoso dos jovens e a probabilidade de reincidência no sistema prisional (Safranoff e Tiravassi, 2018). Outro estudo do BID analisa a relação entre a exposição desde a infância à presença de vários tipos de violência e o desenvolvimento de comportamentos violentos em jovens, concluindo que essa relação é um pouco mais forte no caso dos homens do que das mulheres (Flores et al., 2021). O estudo constata que a probabilidade de cometer violência é nove vezes maior entre jovens de famílias em que seus pais haviam sido presos, do que naquelas em que isso não ocorreu.

Em média, nos países do Cone Sul, uma em cada cinco mulheres jovens sofre violência física ou sexual nas mãos de seu parceiro antes de completar 30 anos.[32] As mulheres jovens têm maior probabilidade de ser afetadas por violência sexual e de parceiro íntimo do que por outros tipos de violência. A prevalência de haver sofrido violência física ou sexual de parceiro íntimo é significativamente maior entre as mulheres mais jovens e tende a diminuir com a idade (Gráfico 5.3.). A idade mais jovem tem sido significativamente associada à maior probabilidade de uma mulher ter sofrido violência de parceiro íntimo no ano anterior (Bott et al., 2012). De acordo com dados do Observatório de Igualdade de Gênero na América Latina e no Caribe, da CEPAL, quase 1.800 feminicídios foram registrados na região em 2022. Considerando os dados de Chile, Paraguai e Uruguai disponíveis por idade, 1 em cada 3 vítimas tinha entre 15 e 29 anos (CEPAL, 2023c).

32 Na América Latina e no Caribe, esse número é um pouco maior, chegando a quase uma em cada quatro mulheres.

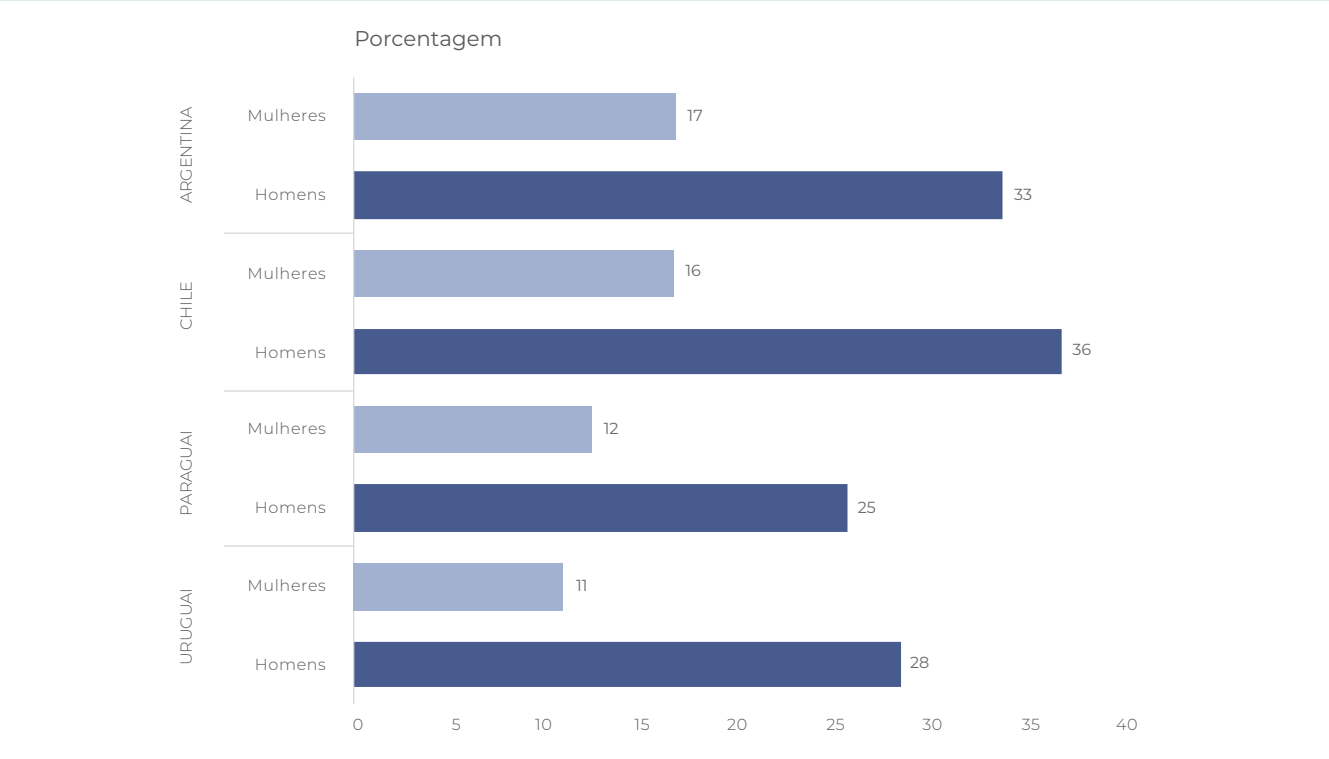
Gráfico 5.3. Porcentagem de mulheres e meninas que sofreram violência física e/ ou sexual de parceiro íntimo em qualquer momento da vida ou no último ano



Fonte: Elaboração das autoras com base na OMS (2021). Os dados do Cone Sul correspondem à média simples das taxas nacionais. Os dados da Argentina correspondem a 2018, os do Brasil a 2017 e os do Chile a 2016. https://vaw-data.srhr.org.

Outro tipo de violência a que os jovens estão expostos é a violência dentro ou perto das escolas. De acordo com dados nacionais da Pesquisa Mundial de Saúde Escolar, mais de 1 em cada 4 estudantes do sexo masculino no Cone Sul com idades entre 13 e 17 anos, relatam ter participado de uma briga física no ano anterior (Gráfico 5.4). Esses dados não incluem o Brasil, mas uma análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar do Brasil constatou que o assédio verbal, a violência doméstica e a participação em brigas com arma de fogo entre adolescentes aumentaram entre 2009 e 2015, na maioria das capitais brasileiras (Silva et al., 2019).

Gráfico 5.4. Porcentagem de estudantes de 13 a 17 anos que participaram de brigas físicas



Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados mais recentes da Pesquisa Mundial de Saúde Escolar, OMS; https://www.who.int/teams/noncommunicable-diseases/surveillance/data. Os dados da Argentina correspondem a 2018, os do Chile a 2013, os do Paraguai a 2017 e os do Uruguai a 2019.

A expansão da internet gerou novas formas de violência entre os jovens. Entre essas mudanças está a prática do sexting, que consiste na troca de imagens íntimas por meio de dispositivos digitais. Essa prática trouxe consigo o problema da divulgação de imagens sem consentimento. Um estudo realizado na Argentina com jovens entre 16 e 25 anos, por meio de uma pesquisa on-line com 487 jovens, mostrou que os jovens percebem o risco da divulgação dessas imagens sem consentimento como sua principal preocupação ao praticar o *sexting* (Faro Digital, 2023). Sessenta e três por cento das pessoas entrevistadas concordaram enfaticamente com a afirmação de que a divulgação não consentida de imagens íntimas é uma forma de violência de gênero (67 por cento entre as mulheres, 57 por cento entre os homens). Embora a prática do *sexting* seja igual entre os sexos, o medo de uma

possível divulgação é maior nas mulheres. Enquanto 38 por cento das pessoas entrevistadas conheciam casos em que essa forma de violência foi praticada, 15 por cento declararam ter acontecido com elas. O estudo também inclui uma pergunta qualitativa, que mostra a percepção de que as consequências da divulgação são muito diferentes para mulheres e homens. Os participantes identificaram o alto nível de dano social causado à reputação de uma mulher quando suas imagens íntimas são divulgadas, em oposição ao baixo nível de danos causados no caso das imagens íntimas de um homem.

Impacto das intervenções: o que dizem as evidências?

A criminalidade e a violência podem ser evitadas, e as intervenções centradas nos jovens podem ser particularmente eficazes. Além de estarem social e cognitivamente em transição para a vida adulta, os jovens também estão em um estágio de plasticidade, o que apresenta oportunidades de intervenção.

Há evidências de intervenções que não funcionaram para reduzir a violência e a delinquência juvenil e que, em muitos casos, tiveram até consequências negativas. Alguns exemplos detalhados no anexo incluem: (1) programas que visam amedrontar ou dissuadir o comportamento criminoso por meio da troca de experiências de um detento adulto com jovens em risco (Petrosino et al., 2013); (2) campos de treinamento ou programas de disciplina estilo militar (Mackenzie et al., 2001; Wilson et al., 2005); (3) toques de recolher para jovens, com o fim de restringir ou penalizar a presença de jovens fora de casa durante a noite (Adams, 2003; Grossman e Miller, 2015; Wilson et al., 2016); e (4) abordagens meramente punitivas, sem serviços de tratamento e reabilitação (Howell, 2003; Villettaz et al., 2015; Branco, 2017).

As intervenções, as políticas e os programas mais eficazes são aqueles que visam mitigar os fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção (Krug et al., 2002; OMS, 2016; Wilkins, 2014). Evidências empíricas mostram que há fatores de risco e proteção associados à probabilidade de os jovens se envolverem na criminalidade ou violência. Os fatores de risco estão associados a maiores probabilidades de comportamentos problemáticos, enquanto os fatores de proteção estão associados a menores probabilidades (Hawkins et al., 1992). Há fatores de risco de violência no nível individual (idade, gênero, experiências de violência anterior, agressividade, saúde mental etc.); interpessoal (família, pares ou parceiros); comunitário (pobreza concentrada, maior presença de gangues ou criminalidade, armas de fogo etc.); e social (por exemplo, normas sociais que apoiam o uso da violência) (Krug et al., 2002). Esses fatores muitas vezes se cruzam e se agrupam em certos lugares e pessoas, colocando-as em níveis mais altos de risco.

O Anexo detalha diferentes tipos de intervenções para prevenir a violência juvenil ou reduzir a reincidência, de acordo com os mecanismos de mudança usados para mitigar os fatores de risco. Os mecanismos de mudança mais prevalentes nas avaliações de impacto são: (1) psicológico; (2) interpessoal; (3) escola;

(4) emprego/profissional; (5) comunidade; e (6) desvio ou alternativas ao sistema de justiça criminal. As evidências nos países do Cone Sul ainda são escassas (embora crescentes), mas há evidências positivas de outras regiões (com alguns estudos no Cone Sul) do impacto nas categorias psicológico, interpessoal, escolar e desvio ou alternativas ao sistema judicial. As evidências mostram resultados conflitantes em relação aos impactos dos programas de formação profissional e emprego e das intervenções comunitárias.

Em relação ao canal de mudança psicológico, as intervenções com evidências mais sólidas são a terapia cognitivo-comportamental (TCC) (Abt et al., 2018; Ayzara et al., 2023; JPAL, 2021; e Wilson e Lipsey, 2024) e os programas para tratar o uso de substâncias (Wilson e Lipsey, 2024). A TCC mostra impactos significativos no comportamento violento e criminoso em várias meta-análises ao longo de vários anos e contextos. A TCC tem um enfoque terapêutico que é usado para abordar crenças, comportamentos, traumas e padrões de pensamento prejudiciais, com o objetivo de modificar e melhorar os processos de tomada de decisões. Embora não haja avaliações de impacto rigorosas no Cone Sul, adaptações das intervenções da TCC foram feitas em vários programas no Brasil, no Paraguai e na Argentina (Neufeld et al., 2021).

Em relação às intervenções que visam influenciar as relações interpessoais de jovens em situação de risco, as evidências mais fortes vêm daquelas que buscam fortalecer o funcionamento das famílias. A terapia familiar funcional (TFF) e a terapia multissistêmica (TMS) são exemplos avaliados com impactos positivos. Há evidências de que intervenções para apoiar e treinar pais e cuidadores podem ter um impacto significativo na redução da violência infantil e intrafamiliar (Piquero et al., 2016). Por outro lado, há poucas evidências de impacto significativo de intervenções que buscam influenciar as relações entre pares (Abt et al., 2018; Wilson e Lipsey, 2024). Um exemplo de TMS no Cone Sul é o *Programa Lazos de Prevención de la Violencia Juvenil*, no Chile, que é um componente do *Programa de Atención Integral Familiar* (PAIF) 24 Horas, voltado para uma população de jovens entre 10 e 17 anos já em conflito ou em alto risco de conflito com a lei. Uma avaliação de impacto encontrou efeitos pequenos e não estatisticamente significativos na redução do comportamento criminoso dos participantes em geral (Fundação Paz Cidadã, 2017). No entanto, a análise diferenciada por nível de risco e idade encontrou impactos significativos para jovens com maior nível de risco e aqueles com idade entre 16 e 18 anos. Além disso, foram observadas reduções significativas nos fatores de risco e um aumento da integração educacional (1,3 a 3,2 pontos percentuais no aumento de matrículas) e na frequência escolar (5,6 a 6,8 pontos percentuais). Outros exemplos de intervenções para famílias e treinamentos para pais e cuidadores são detalhados no Anexo.

Há fortes evidências de efeitos positivos de programas que aumentam a participação escolar na redução da criminalidade (Wilson e Lipsey, 2024). Um estudo com dados de 19 países da América Latina e do Caribe constata que a conclusão do ensino médio é o fator de proteção mais sólido para reduzir as taxas de criminali-

dade, entre todos os examinados (Chioda, 2014). No contexto chileno, outro estudo analisa a reforma escolar a nível nacional que ampliou a duração da jornada escolar e constata que jornadas mais longas reduziram a criminalidade e que os efeitos são grandes: um aumento de 20 pontos percentuais na cobertura em um município reduziu as taxas de delinquência juvenil entre 11 e 24 por cento (Berthelon e Kruger, 2011). Por outro lado, intervenções que buscam mudar atitudes e comportamentos por meio de programas ministrados nas escolas demonstram efeitos conflitantes. Programas ministrados pela polícia sobre os perigos do uso de substâncias ou da participação em gangues mostraram-se ineficazes (Caputi e McLellan, 2017; Esbensen et al., 2013; West e O'Neil, 2004). No entanto, há evidências do impacto positivo de programas ministrados nas escolas, que visam mudar atitudes que geram violência de gênero e à violência no namoro (ver Quadro A.2 no Anexo).

Vários programas procuram influenciar a violência e a delinquência juvenil, dotando os jovens de habilidades profissionais por meio da formação e do apoio ao empreendedorismo; as evidências nessa categoria são conflitantes, mostrando que a qualidade do trabalho é importante e particularmente relevante para os homens jovens. Uma meta-análise com 548 estudos conclui que o emprego não tem um efeito significativo na redução da reincidência entre jovens de alto risco de até 18 anos de idade (Wilson e Lipsey, 2024). De fato, alguns estudos indicam que o trabalho precoce (antes dos 18 anos) e de baixa qualidade pode colocar os adolescentes em risco de abandonar a escola ou se envolver em atividades criminosas (Liberman, 2008). Concentrar-se apenas no emprego não reconhece que a delinquência e o trabalho legal podem coexistir (Chioda, 2017). De fato, diante dos baixos salários, especialmente quando os benefícios das atividades ilegais são significativos, os jovens legalmente empregados podem reduzir seus esforços de trabalho legal para dedicar mais tempo aos mercados ilegais (Chioda, 2017). Um estudo utilizando dados municipais brasileiros constata que nem toda criação de empregos é relevante para a violência (Chioda e Rojas-Alvarado, 2014). Apenas a criação de empregos formais entre os homens jovens estava associada à redução de homicídios. Além disso, muitas iniciativas de emprego e formação profissional alcançam principalmente participantes de menor risco e não conseguem obter a participação de jovens de maior risco (Bushway, 2011; Raphael, 2010). Finalmente, dada a multiplicidade de fatores de risco enfrentados pelos jovens, os programas voltados exclusivamente para a formação profissional provavelmente serão ineficazes se não incorporarem outros serviços de apoio como TCC, terapia familiar ou programas para tratar o uso de substâncias, entre outros (Abt et al., 2018).

Outros tipos de intervenções buscam influenciar a violência e a delinquência juvenil por meio de comunidades de jovens. As evidências nessa categoria são conflitantes, dada a grande variedade de programas que ela cobre. Esses programas geralmente visam envolver ativamente a comunidade na formulação, implementação e monitoramento de uma resposta coletiva para lidar com a violência. Também visam promover um senso de propriedade e empoderamento da comunidade, o que pode incentivar esforços mais sustentáveis de prevenção da violência. Esses

programas geralmente incluem os seguintes componentes: (1) atendimento individual para jovens em risco, com serviços que envolvem desde assistentes sociais locais até apoio comportamental e psicológico; (2) coesão social e mediação de conflitos, buscando melhorar a colaboração intergrupal e a gestão de tensões locais; e (3) mudança de normas por meio de campanhas de conscientização e mobilização para desafiar normas que banalizam ou glorificam a violência. Exemplos desses programas são detalhados no Anexo.

Finalmente, outro canal para reduzir a violência e a reincidência é minimizar o contato dos jovens em primeiras instâncias com o sistema de justiça formal e limitar a privação de liberdade. As evidências indicam que penas privativas de liberdade não reduzem a reincidência mais do que penas alternativas (Petrosino et al., 2010; Villettaz et al., 2015; White, 2017), que são mais baratas e têm menos consequências para as famílias dos delinquentes (McDougall et al., 2008). Uma grande porcentagem dos delitos cometidos por jovens é de baixo nível, como posse de drogas, comportamento antissocial e danos criminais. Embora esses delitos não sejam inofensivos, as evidências mostram que pressionar esses jovens por meio de procedimentos de justiça criminal caros e estigmatizantes, aumenta a probabilidade de que cometam mais danos no futuro. Em vez disso, os programas de desvio incluem um conjunto de estratégias que podem ser aplicadas como alternativas ao processo judicial juvenil. O desvio, em alguns modelos conduzido pela polícia, tem o potencial de reduzir a reincidência, ao limitar a exposição de jovens de baixo risco aos efeitos potencialmente prejudiciais da interação com a justiça criminal (Wilson et al., 2018). Embora ainda não existam avaliações na América Latina, uma revisão sistemática de 19 avaliações de programas de desvio em quatro países mostra que esses programas geram reduções no comportamento criminoso futuro de jovens de baixo risco (Wilson et al., 2018). As evidências também mostram que intervenções centradas na natureza do delito são eficazes. Um exemplo é tratar o uso de drogas, o que pode reduzir a reincidência quando o uso é um fator relevante no comportamento criminoso (ver Quadro A.5 no Anexo).

Em resumo

» A violência e a criminalidade têm um impacto negativo profundo na vida de adolescentes e jovens do Cone Sul. A violência interpessoal é responsável por 4 em cada 10 mortes entre jovens de 15 a 29 anos no Cone Sul, em comparação com 1 em cada 10 globalmente. Na média dos países do Cone Sul, uma em cada cinco mulheres jovens sofre violência física ou sexual de parceiro íntimo antes dos 30 anos.

» Os jovens estão expostos a vários tipos de violência, incluindo violência na família, nas escolas e entre pares e violência na comunidade, que pode estar ligada a gangues ou crime organizado. A exposição precoce à violência está ligada à evasão escolar, ao desemprego futuro e ao uso de substâncias na adolescência, que por sua vez são preditores de envolvimento futuro em atos criminosos.

» Os jovens são mais vulneráveis a comportamentos de risco, mas também estão em um estágio em que as intervenções de prevenção podem ser mais bem-sucedidas. As evidências mais sólidas mostram que os programas que abordam os fatores de risco e proteção associados ao envolvimento na criminalidade e na violência são os mais eficazes. Há evidências de que abordagens apenas punitivas, sem serviços associados de tratamento e reabilitação, não são eficazes.

» As intervenções mais promissoras incluem a terapia cognitivo-comportamental, que demonstrou reduzir significativamente comportamentos violentos e criminosos. Em termos de relações interpessoais, programas que fortalecem o ambiente familiar são eficazes, mas as intervenções de pares têm mostrado resultados conflitantes.

» A educação também desempenha um papel crucial; a conclusão do ensino médio é um forte fator de proteção contra a criminalidade. Por outro lado, as intervenções centradas na formação profissional e no emprego têm efeitos conflitantes, uma vez que o emprego de baixa qualidade pode aumentar o risco de evasão escolar e envolvimento em atividades criminosas. Intervenções comunitárias podem ser eficazes se obtiverem o envolvimento ativo da comunidade. Finalmente, o desvio do sistema de justiça criminal e a limitação da privação de liberdade são estratégias eficazes para reduzir a reincidência, especialmente entre jovens de baixo risco.

CAPÍTULO 6
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os muitos desafios enfrentados pelos jovens no Cone Sul estão fortemente relacionados com outros problemas críticos da região, como baixa produtividade, envelhecimento da população, insegurança e problemas de saúde, entre outros. No contexto da acumulação insuficiente de capital humano e do rápido envelhecimento populacional enfrentados por vários países do Cone Sul, a contribuição de cada jovem torna-se cada vez mais importante. Embora muitos estudos destaquem a importância de intervir na primeira infância, a adolescência e a juventude também são etapas cruciais, em que decisões determinantes para trajetórias futuras são tomadas, e a identidade das pessoas é moldada. A falta de oportunidades de educação e emprego durante esse período crítico pode ter repercussões significativas e permanentes.

Atualmente, mais da metade dos jovens no Cone Sul enfrenta desafios como desemprego, informalidade, pobreza ou desfiliação institucional. O gasto com educação, que é o principal item do orçamento público destinado à juventude, aumentou como proporção do PIB desde 2000, mas o gasto por aluno no nível médio é, em média, um terço do gasto nos países da OCDE. O envelhecimento da população implica que, no futuro, o custo fiscal destinado às pessoas idosas aumentará, limitando ainda mais os recursos disponíveis para investir nos jovens. Dado que as oportunidades futuras de desenvolvimento social e econômico dos países estão intrinsecamente ligadas às habilidades e capacidades adquiridas por sua juventude, é imperativo abordar integralmente os desafios enfrentados pelos jovens e explorar alternativas de políticas públicas eficazes para enfrentá-los.

Os jovens de hoje são a geração com mais anos de estudo na história do Cone Sul. Em termos de cobertura no nível médio, o Cone Sul está mais próximo da OCDE do que da média da América Latina e do Caribe (com exceção do Paraguai). No entanto, há lacunas de cobertura maiores para homens, áreas rurais e jovens do quintil mais pobre. Mas mesmo nessas populações, e sem considerar o Paraguai, a cobertura líquida do ensino médio está entre 83 por cento e 96 por cento.

No entanto, esses avanços em termos de cobertura ocorreram sem melhorias significativas em termos de eficiência e aprendizagem. Em termos de eficiência, as taxas de conclusão do ensino médio mostram uma perspectiva educacional menos otimista. Com exceção do Chile, nessa dimensão o Cone Sul está próximo da média latino-americana e com uma defasagem significativa em relação com a OCDE. O quadro é ainda mais desalentador quando se observam as grandes diferenças existentes por nível socioeconômico, área geográfica e gênero, que em vários casos são ainda piores do que no restante da América Latina e do Caribe. Isso revela uma realidade fragmentada entre jovens de alto nível socioeconômico, que estão próximos aos níveis da OCDE, e jovens de baixo nível socioeconômico, para os quais a probabilidade de concluir o ensino médio é relativamente baixa.

Em termos de qualidade da aprendizagem, os resultados são mais alarmantes. De acordo com o PISA, a porcentagem de estudantes que não consegue atingir os ní-

veis básicos de competência é alta em todos os países do Cone Sul em comparação com a OCDE - mesmo entre jovens de nível socioeconômico mais alto - e apresenta grandes diferenças dentro de cada país. Esses resultados no ensino médio resultam em acesso limitado ao ensino superior. Embora tenha melhorado nas últimas décadas, em nenhum país do Cone Sul a cobertura excede 40 por cento dos jovens em idade teórica para cursar o ensino médio, mostrando defasagens substanciais na taxa de conclusão em comparação com os países da OCDE.

As vantagens em termos de acesso educacional dos jovens do Cone Sul sobre os da América Latina e do Caribe não parecem ser transferidas para o mercado de trabalho. Os níveis de desemprego e as diferenças com o desemprego adulto mostram que os jovens do Cone Sul estão em uma situação mais desfavorecida do que os da América Latina e do Caribe em geral. Isso pode indicar uma falta de oportunidades de emprego que correspondam às expectativas dos jovens e/ou um descompasso entre as habilidades dos jovens e as exigências do mercado. Esses descompassos estão ligados não só a deficiências em habilidades cognitivas, mas também a habilidades socioemocionais e aspirações que estão desalinhadas à realidade do mercado de trabalho. Em relação à qualidade dos empregos obtidos pelos jovens no Cone Sul, embora as taxas de informalidade sejam menores do que no restante da América Latina e do Caribe, as diferenças entre jovens e adultos são maiores no Cone Sul.

Problemas nas esferas educacional e de trabalho, entre outros, resultam em um elevado número de jovens que não trabalham nem estudam, especialmente no caso de mulheres e jovens indígenas e afrodescendentes, representando um risco para eles e para o desenvolvimento econômico e social. Em comparação com a OCDE, no Cone Sul há uma proporção menor de jovens que frequentam o sistema educacional ou que conseguem conciliar estudo e trabalho, e uma proporção maior de jovens que se dedicam exclusivamente ao trabalho ou que não estudam nem trabalham (nem-nem). No caso dos nem-nem, há uma incidência maior de jovens de baixa renda, de áreas rurais, bem como de mulheres e de jovens indígenas e afrodescendentes. Embora muitos dos nem-nem se dediquem a tarefas domésticas não remuneradas ou a procurar emprego, podem ser mais propensos a atividades de risco como gravidez na adolescência, uso de drogas ou envolvimento em atividades criminosas, o que representa um desafio. Em uma região onde os empregadores têm mais dificuldade do que nas economias da OCDE para encontrar trabalhadores com habilidades suficientes e onde os baixos níveis de habilidades são uma restrição ao desenvolvimento econômico, o fato de que 2 em cada 10 jovens de 15 a 24 anos não estudam nem trabalham e de que 5 em cada 10 não frequentam uma instituição de ensino, constitui uma importante limitação à capacidade produtiva presente e futura.

Além disso, há desafios em outras dimensões que afetam o bem-estar dos jovens no Cone Sul, como condições de vida, saúde e segurança. No Cone Sul, 1 em cada 5 jovens vive em famílias em situação de pobreza, afetando mais as mulhe-

res, jovens de áreas rurais, minorias étnicas e a faixa etária de 15 a 19 anos. A pobreza se traduz em necessidades básicas insatisfeitas e afeta todas as áreas da vida dos jovens.

Alcançar o desenvolvimento econômico e social do Cone Sul exigirá políticas públicas destinadas a melhorar a situação dos jovens.

Fatores exógenos, em sua maioria evitáveis, são os principais riscos para a saúde dos jovens. Violência interpessoal, acidentes de trânsito, lesões autoprovocadas, HIV/AIDS e afogamento explicam quase dois terços das mortes de jovens no Cone Sul. A violência interpessoal é responsável por 4 em cada 10 mortes entre jovens de 15 a 29 anos na região, em comparação com 1 em cada 10 globalmente. Enquanto o suicídio é a quarta principal causa de morte entre os jovens em todo o mundo, no Cone Sul ocupa o terceiro lugar. Por outro lado, as altas taxas de gravidez na adolescência e o HIV/AIDS, que é a quarta causa mais importante de morte entre os jovens, ressaltam que o acesso equitativo à saúde sexual e reprodutiva continua sendo um desafio crucial.

Alcançar o desenvolvimento econômico e social do Cone Sul exigirá políticas públicas destinadas a melhorar a situação dos jovens. Vários estudos associam a falta de convergência entre o produto das economias da região e dos países desenvolvidos à acumulação insuficiente de capital humano, que engloba não apenas os anos de educação, mas também sua qualidade. O Cone Sul avançou significativamente em alguns indicadores educacionais de quantidade, como a expansão da cobertura no nível médio, mas esses avanços não são suficientes na medida em que ainda há defasagens na qualidade. As defasagens na qualidade da educação têm repercussões já na entrada no mercado de trabalho, onde os jovens enfrentam desafios em termos de quantidade e qualidade associados a uma desconexão entre a oferta e a demanda do mercado de trabalho. É essencial dispor de políticas que visem melhorar as habilidades dos jovens (incluindo as socioemocionais), eliminar o descompasso entre a oferta e a demanda de mão de obra e assegurar que os jovens recebam sinais claros do mercado de trabalho sobre as habilidades e profissões em demanda. As políticas para melhorar as habilidades dos jovens deveriam alinhar educação e formação com as necessidades dos empregadores, incentivando a colaboração entre os setores público e privado, a fim de preparar os trabalhadores com as habilidades exigidas hoje e no futuro.

Finalmente, as diferenças existentes em cada país ressaltam a necessidade de políticas que visem melhorar as condições dos jovens pertencentes a grupos mais desfavorecidos. As políticas de educação e emprego devem ser acompanhadas de iniciativas abrangentes centradas nos jovens em maior defasagem, considerando suas condições de vida, sua saúde física e mental e sua exposição à violência. Os altos retornos da educação, que se traduzem em salários mais altos para aqueles que conseguem concluir os níveis médio e superior, concentram-se em poucos jovens, perpetuando a desigualdade. Esses altos níveis de retorno também indicam que a educação é uma das ferramentas mais poderosas para combater a pobreza

Os altos retornos da educação, que se traduzem em salários mais altos para aqueles que conseguem concluir os níveis médio e superior, concentram-se em poucos jovens, perpetuando a desigualdade.

e a desigualdade na região. Além disso, a educação demonstrou ter impactos positivos nos jovens em outras áreas como saúde e disposição para condutas criminosas.

Em conclusão, o desenvolvimento futuro da região depende em grande medida das intervenções feitas hoje para melhorar as perspectivas dos jovens. Avançar nesse caminho é fundamental não apenas para cada um dos jovens da região, mas também para as possibilidades de desenvolvimento do Cone Sul. Para promover o desenvolvimento da região, é preciso passar da vulnerabilidade atual para a oportunidade de investir nos jovens.

Referências

Abizanda, B., Almeyda, G., Arias Ortiz, E., Berlanga, C., Bornacelly, I., Bos, M.S., Díaz, E., Dueñas, X., Elacqua, G., Elías, A., Fernández-Coto, R., Frisancho, V., García Moreno, V.A., Hernández Cardozo, J.C., Hincapie, D., Margitic, J.F., Marotta, L., Mateo-Berganza Díaz, M.M., Morduchowicz, A., Muñoz, F., Näslund-Hadley, E., Ruiz-Arranz, M., Thailinger, A., Valverde Rodríguez, F.J., Vezza, E. e Zoido, P. (2022) *¿Cómo reconstruir la educación postpandemia? Soluciones para cumplir con la promesa de un mejor futuro para la juventud.* Monografia do BID 1012. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0004241

Abt, T., Blattman, C., Magaloni, B. e Tobón, S. (2018). *What works to prevent violence among youth? A White paper on youth violence, crime prevention and the Mexican context.* USAID, Washington DC.

Acerenza, S., Gandeman, N. e Misail, D. (2023). Neighborhood impacts on human capital accumulation of adolescents and young adults in Montevideo. Nota técnica del BID 2762. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0005151

Adams, K. (2003). The Effectiveness of Juvenile Curfews at Crime Prevention. *Anais da Academia Americana de Ciência Política e Social, 587*(1), 136-159. https://doi.org/10.1177/0002716202250944

Ajzenman, N., Elacqua, G., Jaimovich, A. e Pérez-Núñez, G. (2023). *Humans versus Chatbots: Scaling-up behavioral interventions to reduce teacher shortages.* Documento de Trabalho do BID 1501. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0005059

Alaimo, V., Bosch, M., Kaplan, D.S., Pagés, C. e Ripani, L. (2015). *Empleos para crecer.* Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0000139

Albert, D. e Steinberg, L. (2011). Judgment and Decision Making in Adolescence. *Journal of Research on Adolescence, 21*(1), 211-224. https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2010.00724.x

Alexander, K. L., Entwisle, D. R., Dauber, S. L. e Kabbani, N. (2004). Dropout in relation to grade retention: An accounting from the Beginning School Study. En H. J. Walberg, A. J. Reynolds e M. C. Wang (Eds.), *Can unlike students learn together? Grade retention, tracking and grouping* (pp. 5–34). Information Age Publishing.

Allcott, H., Gentzkow, M. e Song, L. (2022). Digital addiction. *American Economic Review, 112*(7), 2424-2463. http://dx.doi.org/10.1257/aer.20210867

Alvarado, N. e Vélez-Grajales, V. (2019). Dentro de las prisiones de América Latina y el Caribe: Una primera mirada al otro lado de las rejas. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) http://dx.doi.org/10.18235/0001858.

Álvarez, R., Belmar, C., González, M. e Retuerto, I. (2023). *Barreras al emprendimiento juvenil en Chile: La importancia de las redes, el género y la experiencia en zonas vulnerables de la región Metropolitana.* Mimeo

Amaral, N., Fieldsend, G., Prada, M. e Rucci, G. (2017). *Building Better Skills Systems for Productivity and Growth.* Nota técnica del BID 1328. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Amarante V. e Katzkowicz, N. (2023). *Do Conditional Cash Transfers affect tertiary education outcomes in the long run?* Mimeo.

Amarante, V., Filardo, V., Lasida, J. e Opertti, R. (2011). *Jóvenes en tránsito Oportunidades y obstáculos en las trayectorias hacia la vida adulta.* Rumbos-UNFPA.

Amarante, V., Barro, P. e Colacce, M. (2024). *Patrones de uso del tiempo de varones y mujeres en Uruguay.* 2007-2022. Série Documentos de Trabalho, DT 11/2024. Instituto de Economia, Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, Universidade a República, Uruguai.

Anane, C. A. (2013). Competency based training: Quality delivery for technical and vocational education and training (TVET) institutions. *Educational research international, 2*(2), 117-127.

Andersson, F. W., Gullberg Brännstrom, S. e Mörtvik, R. (2018). Long-term scarring effect of neither working nor studying. *International journal of manpower, 39*(2), 190-204. https://doi.org/10.1108/IJM-12-2015-0226

Angrist, J. D. e Lang, K. (2004). Does school integration generate peer effects? Evidence from Boston's Metco Program. *American Economic Review, 94*(5), 1613- 1634. https://doi.org/10.1257/0002828043052169

Arcidiácono, M., G. Cruces, L. Gasparini, D. Jaume, M. Serio e E. Vazquez (2014). *La Segregación Escolar Público-Privado en América Latina.* Série Políticas Sociais da CEPAL 195. CEPAL, Santiago. https://hdl.handle.net/11362/36757

Arias Ortiz, E., Giambruno, C., Morduchowicz, A. e Pineda, B., (2024). *El estado de la educación en América Latina y el Caribe 2023.* Nota técnica do BID 2708. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0005515

Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American psychologist, 55*(5), 469.

Arulampalam, W., Gregg, P. e Gregory, M. (2001). Unemployment scarring. *The Economic Journal, 111*(475), F577-F584. doi.org/10.1111/1468-0297.00663

Attanasio, O., Fitzsimons, E., Gomez, A., Gutierrez, M., Meghir, C. e Mesnard, A. (2010). Children's schooling and work in the presence of a conditional cash transfer program in rural Colombia. *Economic Development and Cultural Change, 58*(2), 181-210. https://doi.org/10.1086/648188

Attanasio, O., Cardona, L., Medina, C., Meghir, C. e Posso Suárez, C. M. (2021). *Long term effects of cash transfer programs in Colombia* (Documento de Trabalho do NBER 29056). Escritório Nacional de Pesquisa Econômica. https://www.nber.org/papers/w29056

Avitabile, C. ey De Hoyos, R. (2015). *The Heterogeneous Effect of Information on Student Performance: Evidence from a Randomized Control Trial in Mexico.* Documento de Trabalho sobre pesquisas relativas a políticas 7422. Grupo Banco Mundial. Washington, DC.

Ayzara, A., Tobias, J., Bustamante, M. (2023). *Securing Tomorrow: Violence Prevention Interventions for Children in LAC Evidence Review Report V.3 - October 2023.* Washington, D.C., Inovações para Ação contra a Pobreza (IPA).

Bando, R., Näslund-Hadley, E. e Gertler, P. (2019). *Effect of Inquiry and Problem Based Pedagogy on Learning: Evidence from 10 Field Experiments in Four Countries.* Documento de Trabalho do NBER 26280. Cambridge, MA: Escritório Nacional de Pesquisa Econômica. https://www.nber.org/papers/w26280

Banerjee, A. V., Cole, S., Duflo, E. e Linden, L. (2007). Remedying education: Evidence from two randomized experiments in India. *The quarterly journal of economics, 122*(3), 1235-1264. https://doi.org/10.1162/qjec.122.3.1235

Banco Mundial (2018). *Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2018: Aprendendo a realizar a promessa da educação.* Washington, DC: Banco Mundial.

Barrera-Osorio, F., Linden, L. L. e Saavedra, J. E. (2019). Medium- and long-term educational consequences of alternative conditional cash transfer designs: Experimental evidence from Colombia. *American Economic Journal: Applied Economics, 11*(3), 54–91. https://doi.org/10.1257/app.20170008

Bassi, M., Busso, M., Urzúa, S. e Vargas, J. (2012). Desconectados: Habilidades, Educación y Empleo en América Latina. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0012582

Bell, D. N. F. e Blanchflower, D. G. (2010). *Youth unemployment: Déjà vu?* Documento de Discussão do IZA 4705. SSRN. https://doi.org/10.2139/ssrn.1545132

Berlanga, C., Morduchowicz, A., Scasso, M. e Vera, A. (2020). *Reabrir las escuelas en América Latina y el Caribe: claves, desafíos y dilemas para planificar el retorno seguro a las clases presenciales.* Nota técnica do BID 02075. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0002906

Bérgolo, M., Dean, A., Perazzo, I. e Vigorito, A. (2016). *Evaluación de impacto del programa Asignaciones Familiares-Plan de Equidad y la Tarjeta Alimentaria del MIDES.* Instituto de Economia, Faculdade de Ciências Econômicas.

Berlinski, S. e Schady, N. (2015). *The early years: Child well-being and the role of public policy.* Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington DC.

Bernardino, S. e Santos, J. F. (2020). Crowdfunding: an exploratory study on knowledge, benefits and barriers perceived by young potential entrepreneurs. *Journal of Risk and Financial Management, 13*(4), 81. https://doi.org/10.3390/jrfm13040081

Berniell, L., de la Mata, D., Bernal, R., Camacho, A., Barrera-Osorio, F., Álvarez, F., ... e Vargas, J. (2016). *RED 2016: Más habilidades para el trabajo y la vida: los aportes de la familia, la esc uela, el entorno y el mundo laboral.* Bogotá: CAF. https://scioteca.caf.com/handle/123456789/936

Berniell, I., Fernández, R. e Krutikova, S. (2023). *Gender inequality in Latin America and the Caribbean* (Documento de Trabalho da LACIR No. 126). Escola de Economia e Ciência Política de Londres. https://eprints.lse.ac.uk/121024/1/LACIR_WP_126.pdf

Berthelon, M. E. e Kruger, D. I. (2011). Risky behavior among youth: Incapacitation effects of school on adolescent motherhood and crime in Chile. *Journal of public economics, 95*(1-2), 41-53. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.09.004

Bertoni, Elacqua, G., Soares, S., Marotta, L., Martínez, M., Montalva, V., Westh Olsen, A., Méndez, C. *El problema de la escasez de docentes en Latinoamérica y las políticas para enfrentarlo.* Nota técnica do BID 1883. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington DC. http://dx.doi.org/10.18235/0002224

Betts, J., Zau, A. e Rice, L. (2003). *Determinants of Student Achievement: New Evidence from San Diego.* São Francisco: Instituto de Políticas Públicas da Califórnia.

BID (2017). Aprender melhor: Políticas públicas para o desenvolvimento de habilidades. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0000799

BID (2020). *Documento do Marco Setorial de Desenvolvimento de Habilidades.* Setor Social. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC.

BID (2021a). *Documento do Marco Setorial de Trabalho.* Divisão de Mercados de Trabalho. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC.

BID (2021b). *Documento do Marco Setorial de Saúde.* Setor Social. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC.

BID (2021c). *Documento do Marco Setorial de Proteção Social e Pobreza.* Setor Social. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Washington, DC.

BID (2022). *Documento do Marco Setorial de Gênero e Diversidade.* Divisão de Gênero e Diversidade. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Washington, DC.

Bogdan-Martin, D. (2019). *Measuring digital development: Facts and figures 2019.* In Technical report. União Internacional de Telecomunicações (ITU).

Bonilla-Mejía, L., Bottan, N. L. e Ham, A. (2019). Information policies and higher education choices experimental evidence from Colombia. *Journal of Behavioral and Experimental Economics, 83,* 101468. https://doi.org/10.1016/j.socec.2019.101468

Bonnet, J. e Murtin, F. (2024). Why do students leave school early in OECD countries? The role of regional labor markets and school policies. *Journal of Regional Science, 64*(2), 277-307. https://doi.org/10.1111/jors.12671

Botelho, F., Madeira, R. A. e Rangel, M. A. (2015). Racial Discrimination in Grading: Evidence from Brazil. *American Economic Journal: Applied Economics, 7*(4), 37–52. https://doi.org/10.1257/APP.20140352

Bott S, Guedes A, Goodwin M, Mendoza J.A. (2012). *Violence against women in Latin America and the Caribbean: a comparative analysis of population-based data from 12 countries.* Organização Panamericana de Saúde. Washington DC. https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2014/Violence1.24-WEB-25-febrero-2014.pdf

Blum, R. W., Li, M. e Naranjo-Rivera, G. (2019). Measuring adverse child experiences among young adolescents globally: Relationships with depressive symptoms and violence perpetration. *Journal of Adolescent Health, 65*(1), 86-93. doi:10.1016/j.jadohealth.2019.01.020

Burgess, S., Propper, C., Rees, H. e Shearer, A. (2003). The class of 1981: the effects of early career unemployment on subsequent unemployment experiences. *Labour Economics, 10*(3), 291-309. https://doi.org/10.1016/S0927-5371(02)00138-0

Bushway, S. (2011). Labor markets and crime. En J. Petersilia y J. Q. Wilson (Eds.), *Crime and public policy* (pp. 183-209). Oxford University Press

CAF, OIJ, PNUD (2024). Inclusão e juventudes na América Latina ye no Caribe. Série Desafios. Caderno 1.

Caputi, T. L. McLellan, T.A. (2017). Truth and DARE: Is DARE's new Keepin'it REAL curriculum suitable for American nationwide implementation? *Drugs: Education, Prevention and Policy, 24*(1), 49-57. https://doi.org/10.1080/09687637.2016.1208731

Card, D., Kluve, J. e Weber, A. (2015). *What works? A meta-analysis of recent active labor market program evaluations.* Documento de Trabalho do NBER 21431. Cambridge, MA: Escritório Nacional de Pesquisa Econômica.

Cerqueira, D. e Bueno, S. (coord.) (2023). *Atlas da violência 2023.* Brasília: Ipea; FBSP, 2023. https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023

Ceni R., Parada C., Perazzo I. e Sena E. (2021). Birth collapse and a large scale access intervention with sub-dermal contraceptive implants. *Studies in Family Planning,* Vol. 52, Issue 3: 321-334. https://doi.org/10.1111/sifp.12171

CEPAL (2015). *Rumo à inclusão social juvenil. Ferramentas para a e o desenho de políticas.* Santiago do Chile: CEPAL

CEPAL (2016). *Panorama social da América Latina 2015.* Santiago do Chile: CEPAL.

CEPAL (2023a). *Matrimonios infantiles y uniones tempranas. Desigualdad y pobreza en mujeres, niñas y adolescentes.* Boletín Igualdad de Género No.1. Santiago do Chile: CEPAL.

CEPAL (2023b). *População, desenvolvimento e direitos na América Latina e no Caribe: proposta do segundo relatório regional sobre a implementação do Consenso de Montevideo sobre População e Desenvolvimento* (LC/MDP.5/4), Santiago.

CEPAL (2023c). Violencia feminicida en Cifras. América Latina y el Caribe. La prevención de los femicidios: obligación de los estados y reto persistente en la región. Boletim n° 2. https://hdl.handle.net/11362/68698

CEPAL e UNICEF (2007). *Maternidad adolescente en América Latina y el Caribe: Tendencias, problemas y desafíos, Desafios.* Boletim da Infância e Adolescência sobre o Avanço dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, n° 4. https://hdl.handle.net/11362/35990

Chioda, L. (2017). *Stop the violence in Latin America: a look at prevention from cradle to adulthood.* Banco Mundial.

Chioda, L. (2014*). Violence in Latin America: Dynamic Panel Data Analysis.* Banco Mundial.

Chioda, L. y Rojas-Alvarado (2014). Violence across Brazilian Municipalities. Banco Mundial.

Clotfelter, C., Glennie, E., Ladd, H. y Vigdor, J. (2008). Would higher salaries keep teachers in high-poverty schools? Evidence from a policy intervention in North Carolina. *Journal of Public Economics, 92*(5-6), 1352-1370. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2007.07.003

Covacevich, C., Mann, A., Santos, C. e Champaud, J. (2021). *Indicators of teenage career readiness: An analysis of longitudinal data from eight countries.* Documento de Trabalho sobre Educação da OECD 258. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/cec854f8-en

Colombo, K., Failache, E. e Querejeta, M. (2023). *High-Speed Internet and Socioemotional Wellbeing in Uruguayan Youth.* Nota técnica do BID 2768. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington DC. http://dx.doi.org/10.18235/0005154

Copp, J. E., Giordano, P. C., Longmore, M. A. e Manning, W. D. (2020). Desistance from crime during the transition to adulthood: The influence of parents, peers, and shifts in identity. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 57*(3), 294-332. https://doi.org/10.1177/0022427819878220

Costa, J. S. de M. e Ulyssea, G. (2014). O fenômeno dos jovens nem-nem. Em C. H. Corseuil e R. U. Botelho (Eds.), *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros* (pp. 115-137). Rio de Janeiro: IPEA.

Cruces, G., Ham, A. e Viollaz, M. (2012). Scarring effects of youth unemployment and informality: Evidence from Brazil *(Documento de Trabalho do CEDLAS). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de la Plata, Argentina.*

CTE (2020). Career and technical education: An evidence-based dropout prevention strategy. Centro de Assistência Técnica de NY. https://nyctecenter.org/images/CTE_as_Dropout_Prevention_Strategy.pdf

Cunningham, W., Acosta, P. e Muller, N. (2016). Minds and Behaviors at work. Boosting socioemotional skills for Latin American´s workforce. Washington, DC: Banco Mundial.

Dalton, P. S., Ghosal, S. e Mani, A. (2016). Poverty and aspirations failure. *The Economic Journal, 126*(590), 165-188. https://doi.org/10.1111/ecoj.12210

De Lisi, M., Fox, B. H., Fully, M. e Vaughn, M. G. (2018). The effects of temperament, psychopathy, and childhood trauma among delinquent youth: A test of DeLisi and Vaughn's temperament-based theory of crime. *International Journal of Law and Psychiatry, 57,* 53-60. https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2018.01.006

Dema, G., J. Díaz e J. Chacaltana (2015). ¿Qué sabemos sobre los programas y políticas de primer empleo en América Latina? Organização Mundial do Trabalho, Lima.

Deming, D. (2017). The growing importance of social skills in the labor market. *The Quarterly Journal of Economics, 132*(4), 1593–1640. https://doi.org/10.1093/qje/qjx022

De Mattos Pimenta, M. (2023). Youth and Violence in Brazil and Latin America: Theoretical and Empirical Approaches. *Youth and Globalization, 5*(1), 119-148. https://doi.org/10.1163/25895745-bja10028

De Santiago, O. (2020). *La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19.* Santiago: CEPAL-UNESCO. https://hdl.handle.net/11362/45904

De Witte, K. e Rogge, N. (2013) Dropout from secondary education: All's well that begins well. *European Journal of Education, 48*(1), 131–149. https://doi.org/10.1111/ejed.12001

Di Gropello, E. (2006). *A Comparative Analysis of School-Based Management in Central America.* Documento de Trabalho do Banco Mundial 72. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial.

Dinkelman, T. e Martinez, C. A. (2014). Investing in Schooling in Chile: The Role of Information about Financial Aid for Higher Education. *Review of Economics and Statistics, 96*(2), 244-257. https://doi.org/10.1162/REST_a_00384

Downey, L. (2003). *Children of the Drug Trade.* Rio de Janeiro: 7 Letras.

Duckworth, A. L. e Seligman, M. E. (2005). Self-discipline outdoes IQ in predicting academic performance of adolescents. *Psychological science, 16*(12), 939-944. https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2005.01641.x

Duckworth, A. L., Peterson, C., Matthews, M. D. e Kelly, D. R. (2007). Grit: perseverance and passion for long-term goals. *Journal of personality and social psychology, 92*(6), 1087. 10.1037/0022-3514.92.6.1087

Durlak, J. A., Weissberg, R. P., Dymnicki, A. B., Taylor, R. D. e Schellinger, K. B. (2011). The impact of enhancing students' social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions. *Child development, 82*(1), 405-432. https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2010.01564.x

Duryea, S., Ribas, R. P., Sampaio, B., Sampaio, G. R. e Trevisan, G. (2023). Who benefits from tuition-free, top-quality universities? Evidence from Brazil. *Economics of Education Review, 95*, 102423. https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2023.102423

Duryea, S. e Robles, M. (2017). Pulso social en América Latina y el Caribe 2017: Legado familiar ¿rompemos el molde o repetimos patrones? Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). http://dx.doi.org/10.18235/0005877

Edelman, L. F., Manolova, T., Shirokova, G. e Tsukanova, T. (2016). The impact of family support on young entrepreneurs' start-up activities. *Journal of business venturing, 31*(4), 428-448. https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2016.04.003

Edin, P., Fredriksson, P., Nybom, M. e Öckert, B. (2017). *The rising return to non-cognitive skills* (Série Documentos de Discussão do IZA 10914). IZA Instituto de Economia do Trabalho.

Edo, M. e Marchionni, M. (2019). The impact of a conditional cash transfer programme on education outcomes beyond school attendance in Argentina. *Journal of Development Effectiveness, 11*(3), 230–252. https://doi.org/10.1080/19439342.2019.1666898

Elacqua, G. (2012). The impact of school choice and public policy on segregation: Evidence from Chile. *International Journal of Educational Development, 32*(3), 444- 453. https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2011.08.003

Elacqua, G., Navarro-Palau, P., Prada, M. F. e Soares, S. (2019). Does technical education improve academic outcomes? Evidence from Brazil. Documento de Trabalho do BID 1057. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0001818

ENQA-VET. (2009). *Making initial vocational education and training more attractive for learners.* Bruxelas: Rede Europeia para a Garantia de Qualidade em Educação Profissional e Treinamento (ENQA-VET).

Esbensen, F. A., Osgood, D. W., Peterson, D., Taylor, T. J. e Carson, D. C. (2013). Short□and long□term outcome results from a multisite evaluation of the GREAT program. *Criminology & Public Policy, 12*(3), 375-411. https://doi.org/10.1111/1745-9133.12048

Escudero, V., Kluve, J., López Mourelo, E. e Pignatti, C. (2017). *Active Labour Market Programmes in Latin America and the Caribbean: Evicence from a Meta Analysis.* RWI Essen.

Espejo, A. e Espíndola, E. (2015). La llave maestra de la inclusión social juvenil: educación y empleo. En D. Trucco y H. Ullman (Eds.), *Juventud: realidades y retos para un desarrollo con igualdad* (pp. 23-67). Santiago do Chile: CEPAL.

Estevan, F., Gall, T. e Morin, L. P. (2019). Redistribution without distortion: Evidence from an affirmative action programme at a large Brazilian university. *The Economic Journal, 129*(619), 1182-1220. https://doi.org/10.1111/ecoj.12578

Faggiano, F., Minozzi, S., Versino, E. e Buscemi, D. (2014). *Universal school-based prevention for illicit drug use. Base de Dados Cochrane de Revisões Sistemáticas, 12.* https://doi.org/10.1002/14651858.CD003020.pub3

Faro Digital (2023). Informe final. Impacto en mujeres e identidades no binarias de la difusión no consentida de imágenes íntimas en redes sociales. https://farodigital.org/wp-content/uploads/2023/11/Documento_Final.pdf

Fazel, M., Hoagwood, K., Stephan, S. e Ford, T. (2014). *Mental health interventions in schools in high-income countries.* The Lancet Psychiatry, 1(5), 377-387. https://doi.org/10.1016/s2215-0366(14)70312-8

Fazio, M. V., Fernández-Coto, R. e Ripani, L., 2016. *Aprendices para el siglo XXI ¿Un modelo para América Latina y el Caribe?* Monografía del BID 475. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington DC.

Fernald, L. C., Gertler, P. J. e Neufeld, L. M. (2009). 10-year effect of Oportunidades, Mexico's conditional cash transfer programme, on child growth, cognition, language, and behaviour: a longitudinal follow-up study. *Lancet (Londrea, Inglaterra), 374*(9706), 1997–2005. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)61676-7

Fernández, R., Pagés, C., Szekely, M. e Acevedo, I. (2024). *Education inequalities in Latin America and the Caribbean* (Documento de Trabalho do NBER 32126). Escritório Nacional de Pesquisa Econômica.

Fiszbein, A., Schady, N. e Ferreira, F. (2009). *Conditional cash transfers: Reducing present and future poverty.* Relatório de pesquisa de políticas do Banco Mundial 47603. Banco Mundial, Washington, DC.

Flores, I., Székely, M. e Grajales, V. (2021). La violencia intrafamiliar y su transmisión intergeneracional. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nota técnica do BID 2268. http://dx.doi.org/10.18235/0003603

Florez, A. e Jayaram, S. (2016). *Bridging the skills gap: Insights from employers, educators, and youth in Latin America and the Caribbean.* FHI 360 and Results for Development Institute (R4D).

Forslund, A., Fredriksson, P. e Vikström, J. (2011). What active labor market policy works in a recession. *Nordic Economic Policy Review, 1*(2011), 171-201.

Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M. T. e Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child abuse & neglect, 46,* 163-173. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.01.011

Francis-Tan, A. e Tannuri-Pianto, M. (2018). Black Movement: Using discontinuities in admissions to study the effects of college quality and affirmative action. *Journal of Development Economics, 135,* 97-116. https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2018.06.017

Franco, S., Freidman, S., Laski, M. e Necchi, S. (2006). Buenas prácticas en promoción de salud sexual y reproductiva y derechos reproductivos de adolescentes. UNFPA – Equipe de Apoyo Técnico para a América Latina e o Caribe. https://lac.unfpa.org/es/publicaciones/buenas-prácticas-en-promoción-de-salud-sexual-y-reproductiva-y-derechos-reproductivos

Frazelle, S. e Nagel, A. (2015). *A practitioner's guide to implementing early warning systems* (REL 2015-056). Regional Educational Laboratory Northwest. https://eric.ed.gov/?id=ED552306

Frisancho, V. e Queijo, V. (2022). *Closing Gender Gaps in the Southern Cone: An Untapped Potential for Growth.* Monografia do BID 881. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington DC. http://dx.doi.org/10.18235/0004042

Fundação Paz Cidadã (2017). *Informe final. Evaluación de impacto del Programa de Atención Integral Familiar (PAIF) 24 Horas.* Avaliação realizada para a Subsecretaria de Prevenção ao Crime do Chile.

Gaiger Silvera, F., Campolina, B. e van Horn, R. (2014). Impacts of the Bolsa Família on the allocation of time between work and school for children and adolescents aged 10 to 18. En T. Campello y M. Côrtes Neri (Eds.), *Bolsa Família program: A decade of social inclusion in Brazil* (pp. 53-54). Brasília: Ipea.

Gamboa, L.F. e Waltenberg, F.D. (2012). Inequality of opportunity for educational achievement in Latin America: Evidence from PISA 2006–2009. *Economics of Education Review,* Vol. 31, Issue 5: 694-708. https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2012.05.002

Gasparini, L., Jaume, D., Serio, M. e Vázquez, E. (2011). La segregación entre escuelas públicas y privadas en Argentina. Reconstruyendo la evidencia. *Desarrollo Económico: Revista de Ciencias Sociales, 51*(202-203), 189–219. https://www.jstor.org/stable/23612381

Genicot, G. e Ray, D. (2020). Aspirations and economic behavior. *Annual Review of Economics, 12*(1), 715-746. https://doi.org/10.1146/annurev-economics-080217-053245

Glewwe, P. e Kassouf, A. (2012). The impact of the Bolsa Escola/Familia conditional cash transfer program on enrollment, dropout rates and grade promotion in Brazil. *Journal of Development Economics,* Volume 97, No. 2: 505-517. https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2011.05.008

Goldhaber, D. D. e Brewer, D. J. (2000). Does teacher certification matter? High school teacher certification status and student achievement. *Educational evaluation and policy analysis, 22*(2), 129-145. https://doi.org/10.3102/01623737022002129

Gerard, F., Lagos, L., Severnini, E. e Card, D. (2021). Assortative Matching or Exclusionary Hiring? The Impact of Employment and Pay Policies on Racial Wage Differences in Brazil. American Economic Review, 111(10), 3418–3457. https://doi.org/10.1257/AER.20181596

Green, F. (2013), *Youth entrepreneurship, Documentos sobre Criação de Emprego Desenvolvimento Econômico Local da OCDE* No. 2013/18, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/e523decb-en.

Gregg, P. e Tominey, E., 2005. The wage scar from male youth unemployment. *Labour Economics, 12*(4), 487- 509. https://doi.org/10.1016/j.labeco.2005.05.004

Grossman, E. R. e Miller, N. A. (2015). A systematic review of the impact of juvenile curfew laws on public health and justice outcomes. *American journal of preventive medicine, 49*(6), 945-951. https://doi.org/10.1016/j.amepre.2015.07.021

Gutiérrez, G. e Carrasco, A. (2021). Chile's enduring educational segregation: A trend unchanged by different cycles of reform. *British Educational Research Journal, 47*(6), 1611-1634.

Hanushek, E. e Woessmann L. (2023). *The Knowledge Capital of Nations: Education and the Economics of Growth.* MIT Press. https://doi.org/10.1002/berj.3746

Hanushek, E. e Woessmann L. (2020). *The Economic Impacts of Learning Losses.* Documento de Trabalho da OCDE 225. Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), Paris. https://doi.org/10.1787/21908d74-en.

Hastings, J., Neilson, C. A. e Zimmerman, S. D. (2017). *The Effects of Earnings Disclosure on College Enrollment Decisions.* Escritório Nacional de Pesquisa Econômica.

Hawkins, J. D., Catalano, R. F. e Miller, J. Y. (1992). Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: implications for substance abuse prevention. *Psychological bulletin, 112*(1), 64–105. https://doi.org/10.1037/0033-2909.112.1.64

Heckman, J. J. e Kautz, T. (2012). Hard evidence on soft skills. *Labour economics, 19*(4), 451-464. https://doi.org/10.1016/j.labeco.2012.05.014

Heckman, J.J. e Kautz, T. (2013). *Fosterng and measuring skills: Interventions that improve character and cognition.* Documento de Trabalho do NBER 19656. Cambridge, MA: Escritório Nacional de Pesquisa Econômica

Heckman, J. J. e Rubinstein, Y. (2001). The importance of noncognitive skills: Lessons from the GED testing program. *American economic review, 91*(2), 145-149. https://doi.org/10.1257/aer.91.2.145

Henry, B., Caspi, A., Moffitt, T. E., Harrington, H. e Silva, P. A. (1999). Staying in school protects boys with poor self-regulation in childhood from later crime: A longitudinal study. *International Journal of Behavioral Development, 23*(4), 1049–1073. https://doi.org/10.1080/016502599383667

Herrera, L., Buitrago, R. E., Lorenzo, O. e Badea, M. (2015). Socio-Emotional Intelligence in Colombian Children of Primary Education. An analysis in rural and urban settings. *Procedia-Social and Behavioral Sciences, 203,* 4-10. https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.08.251

Hoagwood, K.E., Olin, S.S., Kerker, B.D., Kratochwill, T.R., Crowe, M. e Saka, N. (2007). *Empirically based school interventions targeted at academic and mental health functioning.* Journal of Emotional and Behavioral Disorders, 15(2), 66-92. https://doi.org/10.1177/10634266070150020301

Holzer, K. J., AbiNader, M. A., Vaughn, M. G., Salas-Wright, C. P. e Oh, S. (2022). Crime and violence in older adults: Findings from the 2002 to 2017 national survey on drug use and health. *Journal of interpersonal violence, 37*(1-2), 764-781. https://doi.org/10.1177/08862605209136

Howell, J. (2003). *Preventing and reducing juvenile delinquency: A comprehensive framework* (Vol. 176). Sage Publications.

Hoxby, C. (2000). *Peer effects in the classroom: Learning from gender and race variation* (Documento de Trabalho do NBER 7867). Escritório Nacional de Pesquisa Econômica. https://doi.org/10.3386/w7867

Huepe, M., Palma, A., e Trucco, D. (2022). *Educación en tiempos de pandemia: una oportunidad para transformar los sistemas educativos en América Latina y el Caribe.* Serie Políticas Sociais, N° 243, LC/TS.2022/149. Comissão Econômica para a América Latina e el Caribe (CEPAL). https://hdl.handle.net/11362/48204

CIDH (2015). Violence, children and organized crime. Inter-American Commission on Human Rights (IAHR), Washington, DC.

Izquierdo, A., Pessino, C., Vuletin, G. e de Desenvolvimento, B. I. (Eds.). (2018). *Melhores gastos para melhores vidas: Como a América Latina e o Caribe popdem fazer mais con menos.* Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0001217-es

Jaume, D. (2013). *Un estudio sobre el incremento de la segregación escolar en Argentina.* Documento de Trabalho do CEDLAS 143. Centro de Estudoos Distributivos, Laborais e Sociais (CEDLAS). http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/47804

Jensen, R. (2010). The (perceived) returns to education and the demand for schooling. *The Quarterly Journal of Economics, 125*(2), 515-548. https://doi.org/10.1162/qjec.2010.125.2.515

JPAL (2021). *Governance, crime, and conflict initiative evidence wrap-up. Lessons from randomized evaluations on managing and preventing crime, violence, and conflict.* Recuperado de: https://www.povertyactionlab.org/review-paper/governance-crime-and-conflict-initiative-evidence-wrap

Jones, M. S. e Pierce, H. (2021). Early exposure to adverse childhood experiences and youth delinquent behavior in fragile families. *Youth & Society, 53*(5), 841-867. https://doi.org/10.1177/0044118X20908759

Kassing, F., Lochman, J. E., Vernberg, E. e Hudnall, M. (2022). Using Crime Data to Assess Longitudinal Relationships Between Community Violent Crime and Aggressive Behavior Among At-Risk Youth. *The Journal of Early Adolescence, 42*(3), 431–448. https://doi.org/10.1177/02724316211042941

Kaztman, F. e Retamoso, A. (2007). Efectos de la segregación urbana sobre la educación en Montevideo. *Revista da CEPAL, 2007*(91), 133–152.

Keeley, B. (2021). *The State of the World's Children 2021: On My Mind--Promoting, Protecting and Caring for Children's Mental Health.* UNICEF. Nova York.

Kim, J., Cardwell, S. M. e Lee, Y. (2023). Early onset delinquency and violent delinquency in adolescence: The role of abusive parents and delinquent peer associations. *Crime & Delinquency, 69*(6-7), 1183-1208. https://doi.org/10.1177/00111287211057861

Krug E, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, eds. (2002) *World Report on Violence and Health.* Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde.

Leban, L. e Masterson, M. (2022). The impact of childhood school suspension on dropout and arrest in adolescence: Disparate relationships by race and adverse childhood experiences. *Criminal Justice and Behavior, 49*(4), 550-569. https://doi.org/10.1177/00938548211041387.

Lessing B. Making Peace in Drug Wars (2017): *Crackdowns and Cartels in Latin America.* Cambridge University Press.

Liberman, A. (2008). *The Long View of Crime: A Synthesis of Longitudinal Research.* Nova York: Springer.

Lochner, L. e Moretti, E. (2004). The effect of education on crime: Evidence from prison inmates, arrests, and self-reports. *American Economic Review, 94*(1), 155-189. https://doi.org/10.1257/000282804322970751

López-Bassols, V., Grazzi, M., Guillard, C. e Salazar, M. (2018). *Las brechas de género en ciencia, tecnología e innovación en América Latina y el Caribe: resultados de una recolección piloto y propuesta metodológica para la medición.* Nota técnica do BID 1408. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington DC. http://dx.doi.org/10.18235/0001082

Lustig, N., Morrison, J. e Ratzlaff, A. (2019). *¿Cómo dividimos la cuenta?: impuestos y gasto público para cerrar brechas étnicas y raciales en América Latina.* Monografia do BID 590. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington DC. http://dx.doi.org/10.18235/0001429

Mackenzie, D. L., Wilson, D. B. e Kider, S. B. (2001). Effects of Correctional Boot Camps on Offending. *Anais da Academia Americana de Ciência Política e Social, 578*(1), 126-143. https://doi.org/10.1177/000271620157800108

Manacorda, M. (2012) The cost of grade retention. *Review of Economics and Statistics, 94*(2), 596–606. https://doi.org/10.1162/REST_a_00165

Mateo-Diaz, M. e Rodriguez-Chamussy, L. (2016). *Cashing in on education: Women, childcare, and prosperity in Latin America and the Caribbean.* Banco Mundial

McDougall, C., Cohen, M., Swaray, R. e Perry, A. (2008). *Benefit-cost analyses of sentencing. Campbell Systematic Reviews.* https://doi.org/10.4073/csr.2008.10

McIntyre, J. K. e Widom, C.S. (2011). Childhood victimization and crime victimization. *Journal of Interpersonal Violence, 26*(4), 640-663. https://doi.org/10.1177/0886260510365868

Meldrum, R. C., Campion Young, B., Soor, S., Hay, C., Copp, J. E., Trace, M., Smith-Darden, J. P. y Kernsmith, P. D. (2020). Are Adverse Childhood Experiences Associated With Deficits in Self-Control? A Test Among Two Independent Samples of Youth. *Criminal justice and behavior, 47*(2), 166-186. https://doi.org/10.1177/0093854819879741

Mello, U. (2022). Centralized admissions, affirmative action, and access of low-income students to higher education. *American Economic Journal: Economic Policy, 14*(3), 166-197. https://doi.org/10.1257/pol.20190639

Molina Millán, T. M., Barham, T., Macours, K., Maluccio, J. A. e Stampini, M. (2019a). Long-Term Impacts of Conditional Cash Transfers: Review of the Evidence. *Observador de Pesquisa do Banco Mundial, 34*(1), 119–159. https://doi.org/10.1093/wbro/lky005.

Molina Millán, T., Macours, K., Maluccio, J.A., Tejerina, L. (2019b). Experimental long-term effects of early-childhood and school-age exposure to a conditional cash transfer program. *Journal of Development Economics,* Vol. 143, 102385. https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2019.102385

Monteiro, J. (2013). *Quem são os jovens nem-nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho* (Texto de discussão 34). Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE).

Murillo, F. J. e Martínez-Garrido, C. (2017). Estimación de la magnitud de la segregación escolar en América Latina. *Magis: Revista Internacional de Investigación en Educación, 9*(19), 11-30.

Nações Unidas (2021a). Pesquisa das Nações Unidas sobre Juventudes da América Latina e do Caribe no Contexto da Pandemia de COVID-19 (LC/TS.2021/68). Grupo de Trabalho sobre juventude da Plataforma de Colaboração Regional para a América Latina e o Caribe, Nações Unidas, Santiago.

Nações Unidas (2021b). A Juventude Latino-Americana e Caribenha e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: um olhar a partir do Sistema das Nações Unidas (LC/TS.2021/74). Grupo de Trabalho sobre juventude da Plataforma de Colaboração Regional para a América Latina e ol Caribe, Nações Unidas, Santiago.

Neidhöfer, G. e Niño-Zarazúa, M. (2019). The Long(er)-Term Impacts of "Chile Solidario" on Human Capital and Labor Income. *Population and Development Review, 45,* 209–244. http://www.jstor.org/stable/45286038

Neufeld, C. B., Szupszynski, K. P. D. R., Barletta, J. B., Romero, F. A., Rutsztein, G., Airaldi, M. C., ... e Keegan, E. (2021). The development of cognitive behavioral therapy: practice, research, and future directions in Latin America. *International Journal of Cognitive Therapy, 14,* 235-246. https://doi.org/10.1007/s41811-021-00100-2

Neumark, D. e Wascher, W. (2004). Minimum wages, labor market institutions, and youth employment: a cross-national analysis. *Industrial and Labor Relations Review*, 57223-248. https://doi.org/10.1177/0019793904057002

Nguyen, T. (2010). *Information, role models and perceived returns to education: Experimental evidence from Madagascar.* Laboratório de Ação contra a Pobreza Abdul Latif Jameel (JPAL).

Novella, R., Repetto, A., Robino, C. e Rucci, G. (Eds.) (2018). *Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?* Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. https://doi.org/10.18235/0001410

OCDE (2015). *Habilidades para o progresso social: o poder das habilidades e emocionais.* Paris: Editora OCDE.

OCDE, CEPAL e CAF. (2016). *Perspectivas econômicas da América Latina 2017: juventude, competências e empreendedorismo.* Editora OCDE. https://doi.org/10.1787/leo-2017-es

OECD (2022), *¿Cómo va la vida en América Latina?: Medición del bienestar para la formulación de políticas públicas,* Editora OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/7f6a948f-es

OCDE (2023a), Education at a Glance 2023: OECD Indicators, Editora OCDE, Paris. https://doi.org/10.1787/e13bef63-en

OCDE (2023b). *Skills in Latin America. Insights from the Survey of Adult Skills (PIAAC).* OECD Skills Studies. Editora OCDE, Paris. https://doi.org/10.1787/5ab893f0-en.

OIT (2017). *The Future of Vocational Training in Latin America and the Caribbean: Overview and Strengthening Guidelines.* Montevidéu: Escritório Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a América Latina e o Caribe.

OMS (2021). Suicide worldwide in 2019: global health estimates. Organização Mundial da Saúde

OMS (2016). *INSPIRE: seven strategies for ending violence against children.* Organização Mundial da Saúde. https://iris.who.int/handle/10665/207717.

OPAS e OMS (2018). La salud de los adolescentes y jóvenes en la región de las américas. La aplicación de la estrategia y el plan de acción regionales sobre la salud de los adolescentes y jóvenes (2010-2018). Organização Panamericana de Saúde e Organização Mundial da Saúde, Washington DC.

OPAS (2021). *The burden of interpersonal violence in the Region of the Americas, 2000-2019.* Organização Panamericana de Saúde. https://www.paho.org/en/enlace/burden-other-forms-interpersonal-violence

Oreopoulos, P. e Salvanes, K. G. (2011). Priceless: The nonpecuniary benefits of schooling. *Journal of Economic perspectives, 25*(1), 159-184.

Paixão, M. *Acesso ao crédito produtivo pelos microempreendedores afrodescendentes: Desafios para a inclusão financeira no Brasil: Sumário executivo.* Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) http://dx.doi.org/10.18235/0006208

Parker, S. e T. Vogl. (2018). *Do Conditional Cash Transfers Improve Economic Outcomes in the Next Generation? Evidence from Mexico.* Documento de Trabalho do NBER 24303. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica. http://www.nber.org/papers/w24303

Petrosino, A., Guckenburg, S. e Turpin-Petrosino, C. (2010) Formal Processing of juveniles: effect on delinquency. *Campbell Systematic Reviews.*

Petrosino, A., Turpin-Petrosino, C., Hollis-Peel, M. E. e Lavenberg, J. G. (2013). Scared straight and other juvenile awareness programs for preventing juvenile delinquency: A systematic review. *Campbell Systematic Reviews, 9*(1), 1-55. https://doi.org/10.4073/csr.2013.5

Pew Research Center. (2022, 15 de dezembro). *Teens and cyberbullying 2022.* https://www.pewresearch.org/internet/2022/12/15/teens-and-cyberbullying-2022/

Piquero, A. R., Jennings, W. G., Diamond, B., Farrington, D. P., Tremblay, R. E., Welsh, B. C. e Gonzalez, J. M. R. (2016). A meta-analysis update on the effects of early family/parent training programs on antisocial behavior and delinquency. *Journal of Experimental Criminology, 12,* 229-248. https://doi.org/10.1007/s11292-016-9256-0

Prada, M. F., Rucci, G. e Urzúa, S. S. (2015). *The effect of mandated child care on female wages in Chile* (No. w21080). Escritório Nacional de Pesquisa Econômica.

Queijo, V., Sorio, R. e Perez, M. (2018). *Una mirada joven a la juventud: Aportes para las políticas públicas de Uruguay.* Monografia do BID 598. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington DC. http://dx.doi.org/10.18235/0001409

Quintini, G., Martin, J. e Martin, S. (2007). *The changing nature of the school-to-work transition process in OCDE countries.* Documento de discussão 2582. Bonn, Alemania: IZA Instituto de Economia do Trabalho.

Raffaelli, M., Santana, J. P., De Morais, N. A., Nieto, C. J. e Koller, S. H. (2018). Adverse childhood experiences and adjustment: A longitudinal study of street-involved youth in Brazil. *Child Abuse & Neglect, 85,* 91-100. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.07.032

Ralston, K., Feng, Z., Everington, D. e Dibben, C. (2018). Do young people not in education, employment or training experience long-term occupational scarring? A longitudinal analysis over 20 years of follow-up. In *Exploring Social Inequality in the 21st Century* (pp. 101-119). Routledge.

Ralston, K., Everington, D., Feng, Z. e Dibben, C. (2022). Economic Inactivity, Not in Employment, Education or Training (NEET) and Scarring: The Importance of NEET as a Marker of Long-Term Disadvantage. *Work, Employment and Society, 36*(1), 59-79. https://doi.org/10.1177/0950017020973882

Ramírez, L. (2021). *Segregación Escolar Público-Privado por Nivel Socioeconómico en Uruguay: Un Análisis en Base a Micro-descomposiciones.* Documento de Trabalho do CEDLAS 275. Universidade Nacional de La Plata, Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais (CEDLAS), La Plata. https://hdl.handle.net/10419/250364

Raphael, S. (2010). Improving employment prospects for former prison inmates: Challenges and policy. In *Controlling crime: Strategies and tradeoffs* (pp. 521-565). University of Chicago Press.

Riccio, J., Dechausay, N., Miller, C., Nuñez, S., Verma, N. e Yang, E. (2013). *Conditional cash transfers in New York City: The continuing story of the Opportunity NYC-Family Rewards demonstration.* Nova York: MDRC.

Rocque, M. (2021). Extending the integrated maturation theory of desistance from crime to childhood and adolescence. *Adolescent research review, 6*(4), 457-469. https://doi.org/10.1007/s40894-021-00153-6

Rodríguez Chatruc, M. e Sotto, B. (2023). *Aspiraciones versus realidad. Propuestas para reducir la brecha entre las aspiraciones de los jóvenes y las oportunidades del mercado laboral en Uruguay.* Nota técnica do BID 2843. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC. http://dx.doi.org/10.18235/0005285

Rodríguez-Planas, N. (2012). Longer-Term Impacts of Mentoring, Educational Services, and Learning Incentives: Evidence from a Randomized Trial in the United States. *American Economic Journal: Applied Economics, 4*(4), 121–139. http://www.jstor.org/stable/23269744.

Rogers, T. e Feller, A. (2018). Reducing student absences at scale by targeting parents' misbeliefs. *Nature Human Behaviour, 2*(5), 335-342. https://doi.org/10.1038/s41562-018-0328-1

Rossel, C. e Filgueira, F. (2015). Adolescencia y juventud. En S. Cecchini y otros (Eds.), *Instrumentos de protección social: Caminos latinoamericanos hacia la universalización* (pp. 127-170). CEPAL.

Sabatini, F. e Sarracino, F. (2015). Keeping up with the e-Joneses: Do online social networks raise social comparisons? *arXiv preprint arXiv:1507.08863.* https://doi.org/10.48550/arXiv.1507.08863

Safranoff, A. e A. Tiravassi. (2018). Incarcerated Women in Latin America: Characteristics and Risk Factors Associated with Criminal Behavior. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Wilson Center. http://dx.doi.org/10.18235/0001113

Sanders, M., Burgess, S., Chande, R., Dilnot, C., Kozman, E. e Macmillan, L. (2018). Role models, mentoring and university applications-evidence from a crossover randomised controlled trial in the United Kingdom. *Widening Participation and Lifelong Learning, 20*(4), 57-80. https://doi.org/10.5456/WPLL.20.4.57

Seiler, A., Kohler, S., Ruf-Leuschner, M. e Landolt, M. A. (2016). Adverse childhood experiences, mental health, and quality of life of Chilean girls placed in foster care: An exploratory study. *Psychological trauma: theory, research, practice, and policy, 8*(2), 180. https://doi.org/10.1037/tra0000037

Sevilla M. P. (2017). *Panorama de la educación técnica profesional en América Latina y el Caribe.* Serie Políticas Sociais 222. Santiago, CEPAL. https://hdl.handle.net/11362/40920

Silva, A. N., Marques, E. S., Peres, M. F. T. e Azeredo, C. M. (2019). Tendência de bullying verbal, violência doméstica e envolvimento em brigas com armas entre adolescentes das capitais brasileiras de 2009 a 2015. *Cadernos de Saúde Pública, 35*(11), e00195118. https://doi.org/10.1590/0102-311X00195118

Shekar, M. e Popkin, B. (comps.) (2020). *Obesity: Health and economic consequences of an impending global challenge.* Banco Mundial. https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1491-4

Simpson, O. (2002). *Supporting Students in Online, Open and Distance Learning.* Londres: Routledge.

Sinclair, M. F., Christenson, S. L. e Thurlow, M. L. (2005). Promoting school completion of urban secondary youth with emotional or behavioral disabilities. Exceptional children, 71(4), 465-482. https://doi.org/10.1177/001440290507100405

Sinclair, M. F., Christenson, S. L., Evelo, D. L. e Hurley, C. M. (1998). Dropout Prevention for Youth with Disabilities: Efficacy of a Sustained School Engagement Procedure. *Exceptional Children, 65*(1), 7-21. https://doi.org/10.1177/001440299806500101

Soares, A. L. G., Howe, L. D., Matijasevich, A., Wehrmeister, F. C., Menezes, A. M. e Gonçalves, H. (2016). Adverse childhood experiences: Prevalence and related factors in adolescents of a Brazilian birth cohort. *Child abuse & neglect, 51,* 21-30. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.11.017

Spear, L. (2009). *The Behavioral Neuroscience of Adolescence.* Norton and Co. Recuperado de https://wwnorton.co.uk/books/9780393705423-the-behavioral-neuroscience-of-adolescence

Steinberg, L., Graham, S., O'Brien, L., Woolard, J., Cauffman, E. e Banich, M. (2009). Age Differences in Future Orientation and Delay Discounting. *Child Development, 80*(1), 28-44. https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2008.01244.x

Strandh, M., Winefield, A., Nilsson, K. e Hammarström, A. (2014). Unemployment and mental health scarring during the life course. *The European Journal of Public Health, 24*(3), 440-445. https://doi.org/10.1093/eurpub/cku005

Sutter, M., Kocher, M. G., Glätzle-Rützler, D. e Trautmann, S. T. (2013). Impatience and uncertainty: Experimental decisions predict adolescents' field behavior. *American Economic Review, 103*(1), 510–531. https://doi.org/10.1257/aer.103.1.510

Sviatschi, M. M. (2022). Making a narco: Childhood exposure to illegal labor markets and criminal life paths. *Econometrica, 90*(4), 1835-1878.

Székely, M. e Karver, J. (2021). Youth out of school and out of work in Latin America: A cohort approach. *International Journal of Educational Development, 80,* 102294. https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2020.102294

Testa, A., Jackson, D. B., Ganson, K. T. e Nagata, J. M. (2022). Adverse childhood experiences and criminal justice contact in adulthood. *Academic pediatrics, 22*(6), 972-980., https://doi.org/10.1016/j.acap.2021.10.011

Trucco D. e Ullman H. (2015). *Juventud: realidades y retos para un desarrollo con igualdad,* Santiago do Chile, CEPAL.

Turanovic, J. J. (2019). Victimization and desistance from crime. *Journal of developmental and life-course criminology, 5,* 86-106. https://doi.org/10.1007/s40865-018-0100-2

Turra, C. e Fernandes, F. (2021). *La transición demográfica: Oportunidades y desafíos en la senda hacia el logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe.* Documentos de Projetos LC/TS.2020/105. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). https://hdl.handle.net/11362/46805

UNESCO (2009). Indicadores da educação. Especificações técnicas. https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/education-indicators-technical-guidelines-sp.pdf

UNESCO (2013). *ICT in Education in Latin America and the Caribbean: A regional analysis of ICT integration and e-readiness.* Montreal: UNESCO.

UNESCO (2014). *Proposed indicators for assessing technical and vocational education and training.* Paris: UNESCO.

UNODC (2019) Global study on homicide. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Vienna.

UNFPA (2020). *Consecuencias socioeconómicas del embarazo en la adolescencia en seis países de América Latina. Implementación de la Metodología Milena en Argentina, Colombia, Ecuador, Guatemala, México e Paraguay.* Fundo das Nações Unidas para a População – Escritório Regional

UNICEF (2022). *Perfil estadístico de la violencia contra la infancia en América Latina y el Caribe.* Fundo de las Nações Unidas para a Infância, Nova York.

Valenzuela, J. P., Bellei, C. e Ríos, D. de los. (2013). Socioeconomic school segregation in a market-oriented educational system. The case of Chile. *Journal of education Policy, 29*(2), 217-241. https://doi.org/10.1080/02680939.2013.806995

Vieira do Nascimento, D., Mutize, T. e Roser Chinchilla, J. F. (2020). *Hacia el acceso universal a la educación superior: tendencias internacionales.* ISBN en trámite. UNESCO-IESALC

Villettaz, P., Gillieron, G., Killias, M. (2015). The Effects on Re-offending of Custodial vs. Non-custodial Sanctions: An Updated Systematic Review of the State of Knowledge. Campbell Systematic Reviews, Campbell Collaboration, Volume 11, no. 1. https://doi.org/10.4073/csr.2015.1

West, S. L. e O'Neal, K. K. (2004). Project DARE outcome effectiveness revisited. *American journal of public health, 94*(6), 1027-1029. https://doi.org/10.2105/AJPH.94.6.1027

White, H. (2017). *The effects of sentencing policy on re-offending: A summary of evidence from 12 Campbell systematic reviews.* Resumo de Políticas Campbell no. 4.

Wilson, D. B. e Lipsey, M. W. (2024). Scaling up effective juvenile delinquency programs by focusing on change levers: Evidence from a large meta-analysis. *Criminology & Public Policy.* https://doi.org/10.1111/1745-9133.12663

Wilkins, J. e Bost, L. W. (2016). Dropout prevention in middle and high schools: From research to practice. *Intervention in School and Clinic, 51*(5), 267-275. https://doi.org/10.1177/1053451215606697

Wilkins, N., Tsao, B., Hertz, M., Davis, R., Klevens, J. (2014). Connecting the Dots: An Overview of the Links Among Multiple Forms of Violence. Atlanta, GA: Centro Nacional de Prevenção de Lesões e Controle, Centros de Controle e Prevenção de Doenças Oakland, CA: Instituto de Prevenção. https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/connecting_the_dots-a.pdf

Wilson, D. B., MacKenzie, D. L. e Mitchell, F. N. (2005). Effects of correctional boot camps on offending. *Campbell Systematic Reviews, 1*(1), 1-45. https://doi.org/10.4073/csr.2005.6

Wilson, D.B., Gill, C., Olaghere, A., y McClure, D. (2016). *Juvenile curfew effects on criminal behavior and victimization. A systematic review.* Campbell Systematic Reviews, 12, 1-97. https://doi.org/10.4073/csr.2016.3

Wilson, D. B., Brennan, I. e Olaghere, A. (2018). Police-initiated diversion for youth to prevent future delinquent behavior: A systematic review. *Campbell systematic reviews, 14*(1), 1-88. https://doi.org/10.4073/csr.2018.5

Winkelmann, R. (1996). Employment prospects and skill acquisition of apprenticeship-trained workers in Germany. *ILR Review, 49*(4), 658-672. https://doi.org/10.1177/001979399604900400

Wodon, Q., C. Fèvre, C. Malé, A. Nayihouba e H. Nguyen. (2021). *Ending Violence in Schools: An Investment Case.* Banco Mundial e Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças, Washington, DC. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35969

Yew, E. H. e Goh, K. (2016). Problem-based learning: An overview of its process and impact on learning. *Health professions education, 2*(2), 75-79. https://doi.org/10.1016/j.hpe.2016.01.004

Zoettl, P. A. (2023). Zoettl, P. A. (2023). To kill and to die: on the joys and sorrows of juvenile drug dealers in Bahia, Brazil. *Critical Sociology, 49*(2), 253-267. https://doi.org/10.1177/08969205211073500

Anexos

Anexo eletrônico em espanhol no seguinte link

BID

BID